

# **PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE DIREITO**

**Rolim de Moura  
2015**

**DADOS DA MANTENEDORA:**

<b>Código da Mantenedora*:</b>	1328		
<b>CNPJ*:</b>	04.767.589/0001-09		
<b>Razão Social*:</b>	SOCIEDADE ROLIMOURENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA		
<b>Categoria Administrativa*:</b>	Pessoa Jurídica de Direito Privado - Com fins lucrativos - Sociedade Mercantil ou Comercial		
<b>CEP*:</b>	78987000	<b>Caixa Postal:</b>	15
<b>UF*:</b>	RO	<b>Município*:</b>	Rolim de Moura
<b>Bairro*:</b>	ZONA RURAL	<b>Endereço*:</b>	RODOVIA RO 383 KM 01 SUL
<b>Complemento:</b>		<b>Nº*:</b>	S/N
<b>Telefone(s)*:</b>	(69) 34491800	<b>Fax:</b>	(69) 34491800
<b>E-mail*:</b>	presidencia@farol.edu.br		

**REPRESENTANTE LEGAL**

<b>CPF:</b>	424.562.079-04	<b>Nome:</b>	Maria de Lourdes Castro Bettiol
<b>Sexo:</b>	Feminino	<b>RG:</b>	2023654
<b>Órgão Expedidor:</b>	SSP	<b>UF:</b>	PR
<b>Telefone(s):</b>	(69) 34491800	<b>Fax:</b>	(69) 34491800
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:presidencia@farol.edu.br">presidencia@farol.edu.br</a>		

### DADOS DA MANTIDA

<b>Código da Mantida:</b>	2022		
<b>Nome da Mantida:</b>	FACULDADE DE ROLIM DE MOURA		
<b>Sigla:</b>	FAROL	Disponibilidade do Imóvel:	Próprio
<b>CEP:</b>	76940000	Caixa Postal:	15
<b>UF:</b>	RO	Município:	Rolim de Moura
<b>Bairro:</b>	Zona Rural	Endereço Sede:	Rodovia 383
<b>Complemento</b>	Saída para Santa Luzia d'Oeste	Nº:	Km 01
<b>Telefone(s)</b>	(69) 34491800	Fax:	(69) 34491800
<b>Site:</b>	www.farol.edu.br	E-mail:	presidencia@farol.edu.br
<b>Organização Acadêmica:</b>	Faculdade		

### PESQUISADOR INSTITUCIONAL

<b>CPF:</b>	424.562.079-04	<b>Nome:</b>	Maria de Lourdes Castro Bettiol
<b>Sexo:</b>	Feminino	RG:	198546
<b>Órgão Expedidor:</b>	SSP	UF:	RO
<b>Telefone(s):</b>	34424004	Fax:	34424004
<b>E-mail:</b>	presidencia@farol.edu.br		

### 1 DADOS GERAIS

<b>Cód. Curso:</b>	<b>108588</b>
<b>Modalidade:</b>	Presencial
<b>Grau:</b>	Bacharelado
<b>Denominação do Curso:</b>	DIREITO
<b>Duração da Hora-aula</b>	60 minutos

### 2 MATRIZ CURRICULAR

Turno	Periodicidade	Integralização	Vagas totais anuais	Carga horária do curso
<b>Noturno</b>	Semestral	10.0	100	4880Horas
<b>Total</b>			100	4880Horas

### 3 COORDENADOR

CPF *	Nome	Titulação Máxima	Vinculo Empregatício	Regime de Trabalho
607.076.072-72	Vanderlei Casprechen	Especialista	CLT	Integral

### 4 ENDEREÇO DE OFERTA

Campus	Endereço	Bairro	Cidade	UF	CEP
<b>Unidade SEDE</b>	Rodovia 383	Zona Rural	Rolim de Moura	RO	76940000

## **CONCEPÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS DE OFERTA E VOCAÇÃO DO CURSO**

A base legal do presente projeto parte de reflexão e confronto entre diferentes concepções sobre a formação docente e suas práticas, para o qual contribuíram o pensamento acadêmico, a avaliação das políticas públicas em educação, os movimentos sociais e as experiências inovadoras em andamento em academias diversas.

Assim, a proposta é considerar o contexto educacional global brasileiro, bem como as linhas orientadoras de modernização dos Cursos de Graduação em Direito.

Com isso, partiu-se de uma determinada base legal em função de uma nova concepção para o Curso de Direito, ou seja, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, a qual traçou inovações consideráveis para a formação de bacharéis em Direito.

Assim, o curso objetiva formar profissionais qualificados para o exercício das carreiras jurídicas, conscientes de sua participação nos processos de transformação da sociedade, Estado e repensando o próprio Direito enquanto sujeitos históricos capazes de atender às demandas sociais, científicas, políticas e econômicas do local onde se inserem e do próprio país, sempre fundados em um compromisso ético.

O Curso de Direito da FAROL estará fundamentado em atividades de ensino, pesquisa e extensão, com oferecimento de cursos voltados para o aperfeiçoamento teórico-prático dos acadêmicos, prática pedagógica focada na formação de egressos compatível com os objetivos do curso, grupos de estudo e pesquisa, orientando-se no projeto institucional, o qual define vocação, princípios e valores institucionais, definição da filosofia educacional da Instituição, da prática pedagógica, de forma a determinar princípios e valores norteadores e indicadores de qualidade, enfim, políticas gerais da FAROL.

Assim, aponta-se, de forma complementar ao estabelecido como perfil desejado para os bacharéis, a capacidade para a realização do trabalho individual e em equipe, preparando para a vida e fomentando a formação de um profissional dotado de conhecimento técnico, ético e crítico.

Enquanto conhecimento técnico entende-se o conjunto de instrumentos e mecanismos voltados para a atuação profissional em nível judicial e administrativo, dominando conhecimentos essenciais para a atuação jurídica.

Os conhecimentos éticos são os elementos fundamentais para a compreensão da relação existente entre o Direito e a Justiça, a função social do profissional do Direito, principalmente em relação à formação de opinião bem como sua participação social enquanto membro de uma coletividade dotada de pluralidade cultural e econômica.

Quanto à criticidade, implica cientificidade, como o ato de compreender a sociedade, analisando diferentes realidades sociais, compreendendo os fenômenos jurídicos em uma dimensão ampla, teórica e praticamente fundamentados, evitando posturas somente baseadas no senso comum, na reprodução de mitos, compreensões preconceituosas e conservadoras da sociedade, o que prejudica e impede o real desenvolvimento técnico-científico.

Enfim, a proposta do Curso de Direito da FAROL é formar profissionais que pensem o Direito e a realidade, com ações voltadas para a construção de uma nova história, promovendo a junção entre teoria e prática, cuja dicotomia leva à formação fragmentada de um profissional, portanto, não apto a transformar o seu meio.

Contudo, a Instituição acredita que a responsabilidade social do Curso de Direito e dos respectivos docentes é muito grande, pois lhes cabem escolher as concepções de vida e de sociedade que devem ser trazidas à consideração dos acadêmicos e os conteúdos e metodologias que lhes propiciarão um domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento da capacidade de raciocínio. Assim, no cotidiano de sala de aula não devem ser priorizados aspectos isolados e ligados apenas à criação de competências profissionais, sendo imprescindível a interdisciplinaridade.

O princípio da interdisciplinaridade aplicada à organização dos conteúdos fará com que os mesmos se liguem às diversas áreas do conhecimento, **O QUE SERÁ INCENTIVADO E ESTIMULADO** no Curso de Direito por meio de:

- a) promoção de seminários envolvendo áreas afins, para a discussão do ensino e perspectivas para a interdisciplinaridade;
- b) desenvolvimento de projetos interdepartamentais de pesquisa e extensão;
- c) realização de palestras e semanas de estudos que visem dar outros enfoques e perspectivas colaborando para uma formação mais pluralista.

## **FINALIDADES E OBJETIVOS GERAIS**

De forma generalizada, o Curso de Direito da FAROL tem enquanto finalidades e objetivos:

- a) formar profissional apto a integrar o mercado de trabalho com qualidade e competência, quer seja na esfera pública ou privada;
- b) desenvolver nos profissionais a capacidade de atualização, autoinstrução e autoaperfeiçoamento, características essenciais ao bom profissional de direito, de modo a construir o saber jurídico que lhes será exigido durante todo o curso de sua vida profissional;
- c) incentivar a iniciativa e estimular o espírito empreendedor, de modo a formar profissionais com uma visão crítica e criativa, fundamentada em uma compreensão da sua situação histórica, social e cultural, para repensar e recriar a sociedade em que vive e exerce o direito, sendo assim um agente de transformação e formador de opiniões.

## **PERFIL DO EGRESSO**

A Faculdade de Rolim de Moura – FAROL tem as bases de sua ação pedagógica centradas na qualidade, organização e informação, visando o Curso de Direito a construção do saber jurídico e funcionando como um núcleo dinâmico de formação de recursos humanos com padrão de excelência.

Desta feita, o Curso de Bacharelado em Direito, em consonância com esses propósitos, assume a sua parcela de responsabilidade, contribuindo para a formação de profissionais

capazes de, a partir da análise do ambiente em que irão atuar e dos conhecimentos técnicos e humanísticos adquiridos, atuar de forma competente e ética, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região ou do próprio país.

De acordo com esses pressupostos, o Projeto Pedagógico do curso, traça linhas de concepção educacional e fornece as orientações metodológicas do mesmo, tendo em vista a formação de Bacharéis em Direito para o mundo moderno, cada vez mais exigente no que diz respeito a profissionais competentes e motivados para o exercício da profissão, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, geopolítico e econômico de Rondônia e quiçá do País.

Para isso, deve ser privilegiada a sua formação global, qual seja também enquanto negociador e árbitro, a partir de uma base humanística e técnica de onde possa haurir a sua capacidade lógica e argumentativa, antecedentes históricos e sociais da questão abordada, a utilização da linguagem de forma correta e compatível com o ouvinte, ações fundamentadas não somente em aspectos doutrinários, mas também legais e jurisprudenciais.

A educação integral objetiva a formação de um cidadão, habilitado a compreender os fenômenos sociais e sua relação com a ciência jurídica, habilitando-o como um agente de transformação graças ao incentivo ao desenvolvimento da sua consciência crítica e do papel das Instituições no estado de direito.

Assim, os egressos poderão exercer a carreira jurídica em suas diversas oportunidades, como pesquisadores, docentes, magistrados, promotores de Justiça ou em quaisquer áreas que permitam o ingresso de bacharéis em Direito competentes e qualificados.

Por outro lado, o Bacharel em Direito poderá também atuar no processo de gestão, administrando escritórios de advocacia, assessoria ou consultoria jurídica, tendo em vista ser sabido que o profissional de Direito, no exercício das carreiras que lhe são próprias, necessita administrar equipes de trabalho de modo a obter, através do esforço coordenado, o resultado esperado.

Assim, a sua formação deve incluir uma parte importante de relacionamento interpessoal e gestão, o que será conquistado por meio de disciplinas técnicas e atinentes à prática jurídica.

Tendo em vista o perfil do egresso, o Curso de Direito da FAROL visa proporcionar:

- Permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- Conduta ética associada à responsabilidade social e profissional;
- Capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação;
- Capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e sociais;
- Capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- Capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional;
- Domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente;
- Consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

O moderno profissional de Direito deve distanciar-se do formalismo extremo e apego aos modelos legais previamente postos, tendo que adaptar-se à dinâmica do mercado de trabalho, para o qual há de preparar-se de forma adequada, assegurando-lhe o pleno exercício de sua cidadania e o respeito pelos seus concidadãos, habilitando-se a pensar e a produzir. Nesse sentido, o egresso deve ter alguns caracteres básicos: pensar, fazer-se oportunidade e produzir novas concepções.

Ao final do Curso de Direito, o acadêmico deve estar preparado para ingressar na realidade de um mercado de trabalho dinâmico e competitivo, em que dele serão exigidas não apenas as habilidades pertinentes à profissão, mas, também, uma visão criativa e criadora do Direito.

## COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Para alcançar o perfil desejado do egresso, o Curso de Direito propiciará aos acadêmicos o desenvolvimento das seguintes habilidades, por meio de uma ação pedagógica de qualidade e comprometida com a filosofia institucional:

- a) leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos;
- b) interpretação e aplicação do direito;
- c) pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e demais fontes jurídicas, de forma a evidenciar todas as facetas do Direito e não a tradicional visão da área;
- d) correta utilização da linguagem (clareza, precisão e propriedade), fluência verbal e escrita, com riqueza de vocabulário;
- e) utilização de raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica;
- f) julgamento e tomada de decisões;
- g) domínio de tecnologias e métodos para permanente compressão e aplicação do direito;
- h) assimilação, articulação e sistematização de conhecimentos para o exercício da profissão;
- i) utilização dos recursos de informática necessários para o exercício profissional;
- j) disponibilidade cognitiva e emocional para lidar com situações emergentes, inerentes à complexidade da existência humana.

De maneira mais específica, requer-se enquanto habilidades do bacharel em Direito:

- a) interpretação do Direito e sua aplicação no âmbito individual e social;
- b) produção criativa do Direito;
- c) compreensão interdisciplinar do Direito e dos instrumentos e técnicas para sua aplicação à realidade individual e social;
- d) equacionamento de problemas em harmonia com as exigências sociais, inclusive mediante o emprego de meios extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;

e) percepção do fenômeno jurídico em suas formas de expressão cultural.

### **ÁREA DE ATUAÇÃO DOS EGRESSOS**

Poderá atuar o egresso nas seguintes áreas (pública ou privada): Advocacia, Magistratura Estadual/Federal, Ministério Público Estadual/Federal, Magistério Superior, Delegado de Polícia Estadual/Federal, Diplomacia, assessorias e consultorias e outras. Atualmente, a FAROL conta com acadêmicos e profissionais atuando em vários setores e órgãos, tais como Ministério Público (servidores efetivos, assistentes e estagiários) Poder Judiciário, serviços de segurança dentre outros além, de já contar com 102 aprovados no exame de ordem da OAB, isso até o XVI exame unificado, o revela o seu compromisso e a qualidade do trabalho por ela desenvolvido.

### **FORMAS DE ACESSO AO CURSO**

A forma de acesso ao curso é por meio de Vestibular, de caráter classificatório, com exceção da prova de redação, de caráter eliminatório. As provas, às quais deverão ser submetidos todos os candidatos inscritos, abrangerão o conhecimento máximo do ensino médio. E será disciplinado por regulamento e edital próprio, veiculado anualmente para cada campanha.

A classificação será por ordem decrescente da média das provas realizadas, com número de questões e pontuação estabelecidas pela Comissão encarregada da execução do processo.

As matrículas obedecerão a uma ordem de classificação, havendo chamadas sucessivas para o preenchimento de vagas remanescentes de chamadas anteriores.

Acadêmicos participantes do ENEM terão sua nota considerada para efeito de cálculo da média que define a classificação, sendo esta opção facultada ao candidato em tempo oportuno.

Posteriormente, inicia-se o processo de matrícula para preenchimento das vagas oferecidas, havendo a possibilidade de ingresso em relação às vagas remanescentes após as matrículas, dos portadores de curso superior ou transferidos de instituições ou de cursos compatíveis.

## **REGIME ESCOLAR E DURAÇÃO DO CURSO**

O Curso de Direito da FAROL está organizado em regime seriado semestral e se organiza em termo médio de 10 períodos letivos, num total de 4.880 horas, distribuídas, segundo as Diretrizes Curriculares do curso, em três eixos (Eixo de Formação Fundamental, Eixo de Formação Profissional e Eixo de Formação Prática), onde se incluem: disciplinas curriculares; estágio curricular supervisionado; atividades complementares e Trabalho de Conclusão de Curso, cujas cargas horárias serão descritas oportunamente.

## **INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR**

O curso de Direito poderá ser integralizado em, no mínimo, 10 semestres e, no máximo, 16 semestres, incluindo-se as disciplinas de formação fundamental, profissional e prática.

Com a fixação de pré-requisitos de matrícula, desenvolvendo-se o ensino numa escalada vertical, alcançando-se cada período após aprovação no anterior, será considerada a permissão da promoção ao período seguinte com até três dependências. Contudo, o acadêmico fica impedido de matricular-se na disciplina que tenha pré-requisito e que o mesmo não logrou êxito em aprovação na mesma. O acadêmico que reprovar em mais de três disciplinas deverá cursar novamente o período de forma integral, mesmo que tenha obtido aproveitamento em algumas disciplinas.

Fica ressalvada a possibilidade da permissão pela Coordenação de curso e/ou pelo Colegiado de Curso de que o acadêmico, como forma de assegurar a continuidade no curso, evitando-se a interrupção anual (período de novos ingressos) a possibilidade dos alunos cursarem as disciplinas seguintes, mesmo sem a aprovação naquela da qual é pré-requisito, nos casos de:

- α) Tenha cursado a disciplina na FAROL e não tenha obtido a aprovação;
- β) Venha transferido de outra instituição ou curso, para que seja incorporado a uma das turmas em andamento;
- χ) Tendo cursado a disciplina em outra instituição de ensino, mas reprovado na mesma, cuja deliberação neste caso será do colegiado do curso;

Em qualquer caso, para as situações de autorização de cursar a disciplina seguinte sem a prévia aprovação do pré-requisito, nos casos aqui expressamente autorizados, é condicionada a solicitação específica do acadêmico, bem como o mesmo firmar termo de compromisso e de responsabilidade assumindo:

a) Dever de cursar a disciplina em regime especial (dependência) tão logo seja oferecida pela FAROL;

b) Assumindo as responsabilidades por eventuais dificuldades no acompanhamento da turma e da disciplina nova;

Não será, contudo, permitida a matrícula na disciplina pretendida no caso de haver o descumprimento duplo de pré-requisito (cursar disciplina que haja dupla vinculação de pré-requisitos não concluídas), ou seja, haver nova reprovação ou não cumprimento de pré-requisito da qual já tenha cursado sem essa observância.

Em casos específicos e situações aqui não previstas, serão objeto de deliberação pelo colegiado de curso de Direito.

### 2.2.8.1 PRÉ-REQUISITOS

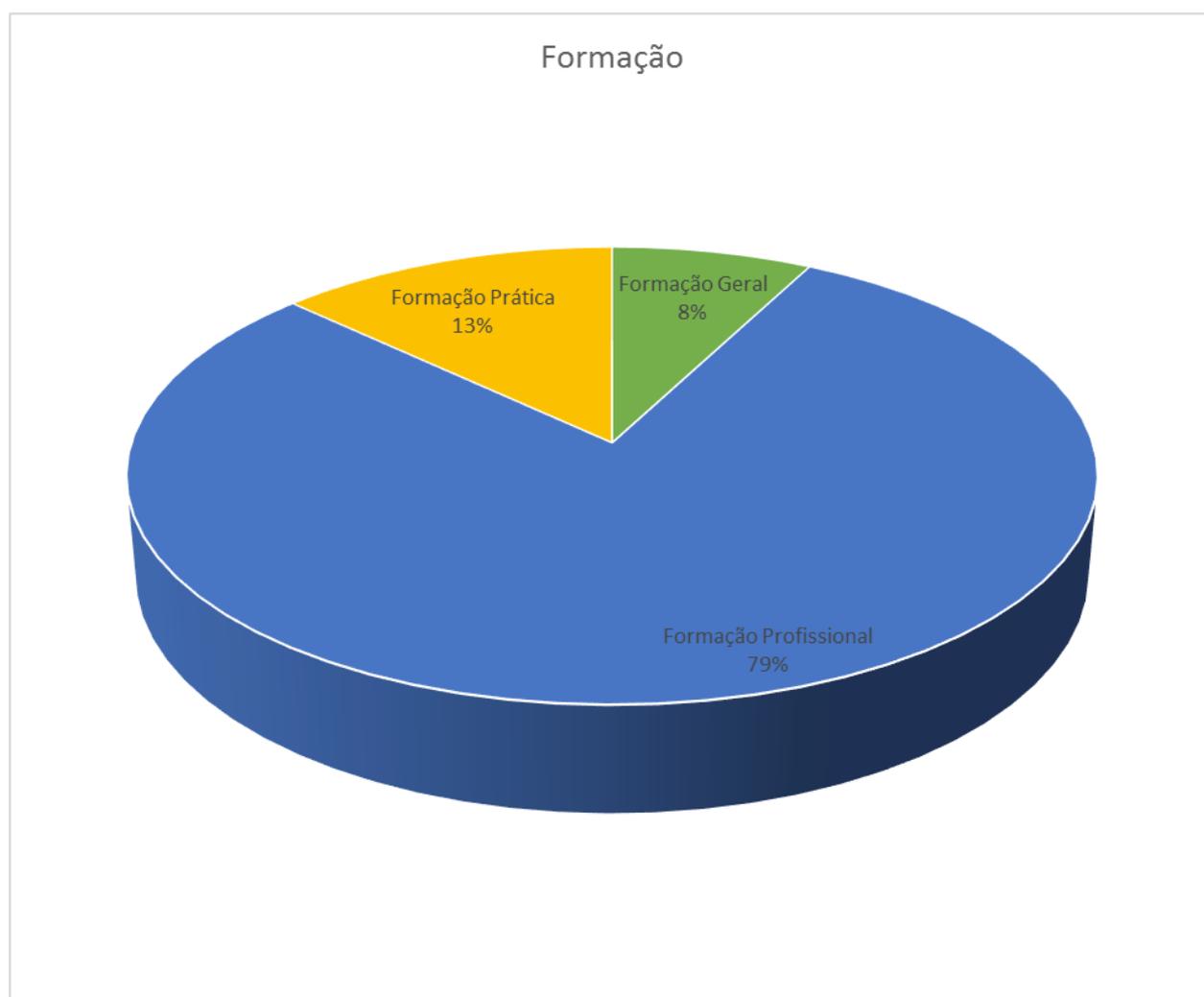
<b>CÓD</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CH</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>
<b>1º PERÍODO</b>			
<b>1.1</b>	<b>Introdução ao Estudo do Direito</b>	<b>80ha</b>	
<b>1.2</b>	<b>Filosofia Jurídica</b>	<b>60ha</b>	
<b>1.3</b>	<b>Sociologia Geral e Antropologia</b>	<b>40ha</b>	
<b>1.4</b>	<b>Teoria Geral do Estado</b>	<b>60ha</b>	
<b>1.5</b>	<b>Metodologia da Pesquisa Científica</b>	<b>40ha</b>	
<b>1.6</b>	<b>Língua Portuguesa</b>	<b>80ha</b>	
<b>1.7</b>	<b>Direitos Humanos</b>	<b>40ha</b>	
<b>2º PERÍODO</b>			
<b>2.1</b>	<b>Direito Constitucional – I</b>	<b>80ha</b>	<b>1.1, 1.4</b>
<b>2.2</b>	<b>Economia Política</b>	<b>40ha</b>	
<b>2.3</b>	<b>Sociologia Jurídica</b>	<b>40ha</b>	<b>1.3</b>
<b>2.4</b>	<b>Teoria Geral do Processo e da Jurisdição</b>	<b>60ha</b>	<b>1.1</b>
<b>2.5</b>	<b>Direito Civil I – Parte Geral – I</b>	<b>60ha</b>	<b>1.1</b>
<b>2.6</b>	<b>Direito Penal – I</b>	<b>80ha</b>	<b>1.1</b>
<b>2.7</b>	<b>Direito Indígena</b>	<b>40ha</b>	
<b>3º PERÍODO</b>			
<b>3.1</b>	<b>Direito Constitucional – II</b>	<b>80ha</b>	<b>2.1</b>
<b>3.2</b>	<b>Direito Processual Civil – I – Processo de Conhecimento</b>	<b>80ha</b>	<b>2.4</b>
<b>3.3</b>	<b>Direito Administrativo – I</b>	<b>60ha</b>	<b>1.1, 1.4</b>
<b>3.4</b>	<b>Direito Civil – II – Dir. das Obrigações I</b>	<b>60ha</b>	<b>2.5</b>

<b>3.5</b>	<b>Direito Penal – II</b>	<b>80ha</b>	<b>2.6</b>
<b>3.6</b>	<b>Libras</b>	<b>40ha</b>	
	<b>4º PERÍODO</b>		
<b>4.1</b>	<b>Direito Civil – III – Obrigações II – Contratos</b>	<b>60ha</b>	<b>2.5, 3.4</b>
<b>4.2</b>	<b>Direito Penal – III</b>	<b>80ha</b>	<b>2.6</b>
<b>4.3</b>	<b>Direito Administrativo – II</b>	<b>60ha</b>	<b>3.3</b>
<b>4.4</b>	<b>Direito do Trabalho – I</b>	<b>80ha</b>	<b>1.1</b>
<b>4.5</b>	<b>Direito Processual Civil – II – Sentença e Recursos</b>	<b>80ha</b>	<b>2.4, 3.2</b>
<b>4.6</b>	<b>Direito Constitucional III</b>	<b>40ha</b>	<b>3.1</b>
	<b>5º PERÍODO</b>		
<b>5.1</b>	<b>Direito do Trabalho – II</b>	<b>80ha</b>	<b>4.4</b>
<b>5.2</b>	<b>Direito Civil IV – Dir. das Coisas</b>	<b>80ha</b>	<b>2.5</b>
<b>5.3</b>	<b>Direito Penal –IV</b>	<b>80ha</b>	<b>2.6</b>
<b>5.4</b>	<b>Direito Processual Civil – III – Execução</b>	<b>80ha</b>	<b>2.4</b>
<b>5.5</b>	<b>Direito Processual Penal – I</b>	<b>80ha</b>	<b>2.4, 2.6</b>
	<b>6º PERÍODO</b>		
<b>6.1</b>	<b>Legislação Penal Especial</b>	<b>80ha</b>	<b>2.6</b>
<b>6.2</b>	<b>Direito Civil V – Responsabilidade Civil</b>	<b>80ha</b>	<b>2.5</b>
<b>6.3</b>	<b>Direito Processual Civil – IV – Proc. Cautelares e Especiais</b>	<b>80ha</b>	<b>2.4, 4.5</b>
<b>6.4</b>	<b>Direito Processual Penal – II</b>	<b>80ha</b>	<b>5.5</b>
<b>6.5</b>	<b>Direito Processual do Trabalho – I</b>	<b>80ha</b>	<b>2.4, 4.4, 5.1</b>
	<b>7º PERÍODO</b>		
<b>7.1</b>	<b>Direito Civil VI – Família</b>	<b>80ha</b>	<b>2.5</b>
<b>7.2</b>	<b>Direito Processual Penal – III</b>	<b>80ha</b>	<b>6.4</b>
<b>7.3</b>	<b>Dir. Empresarial I - Sociedades Comerciais</b>	<b>60ha</b>	<b>1.1</b>
<b>7.4</b>	<b>Direito Processual do Trabalho – II</b>	<b>60ha</b>	<b>2.4, 6.5</b>
<b>7.5</b>	<b>Prática Jurídica I – Direito Civil – I</b>	<b>60ha</b>	<b>2.4, 2.5, 3.2, 4.5, 6.3</b>
<b>7.6</b>	<b>Estágio Curricular Supervisionado I</b>	<b>80ha</b>	<b>6.3, 6.4, 6.5</b>
<b>7.7</b>	<b>Psicologia aplicada ao direito</b>	<b>60ha</b>	<b>1.1</b>
	<b>8º PERÍODO</b>		
<b>8.1</b>	<b>Prática Jurídica III – Direito Penal I</b>	<b>60ha</b>	<b>7.2</b>
<b>8.2</b>	<b>Direito Empresarial II –Títulos de Crédito</b>	<b>60ha</b>	<b>7.3</b>
<b>8.3</b>	<b>Dir. Internacional Público e Privado</b>	<b>80ha</b>	<b>1.1</b>
<b>8.4</b>	<b>Direito Civil VII – Sucessões</b>	<b>60ha</b>	<b>2.5, 7.1</b>
<b>8.5</b>	<b>Prática Jurídica - II – Direito Civil II</b>	<b>80ha</b>	<b>7.1, 7.5</b>
<b>8.6</b>	<b>Estágio Curricular Supervisionado II</b>	<b>80ha</b>	<b>6.3, 7.2, 7.4</b>
<b>8.7</b>	<b>Trabalho de Conclusão de Curso – Projeto de Pesquisa</b>	<b>60ha</b>	<b>1.1, 1.5</b>
	<b>9º PERÍODO</b>		
<b>9.1</b>	<b>Direitos Difusos, Coletivos e Consumidor</b>	<b>60ha</b>	<b>1.1</b>
<b>9.2</b>	<b>Direito Tributário</b>	<b>80ha</b>	<b>1.1, 3.1</b>
<b>9.3</b>	<b>Medicina Legal</b>	<b>60ha</b>	<b>1.1, 6.1</b>

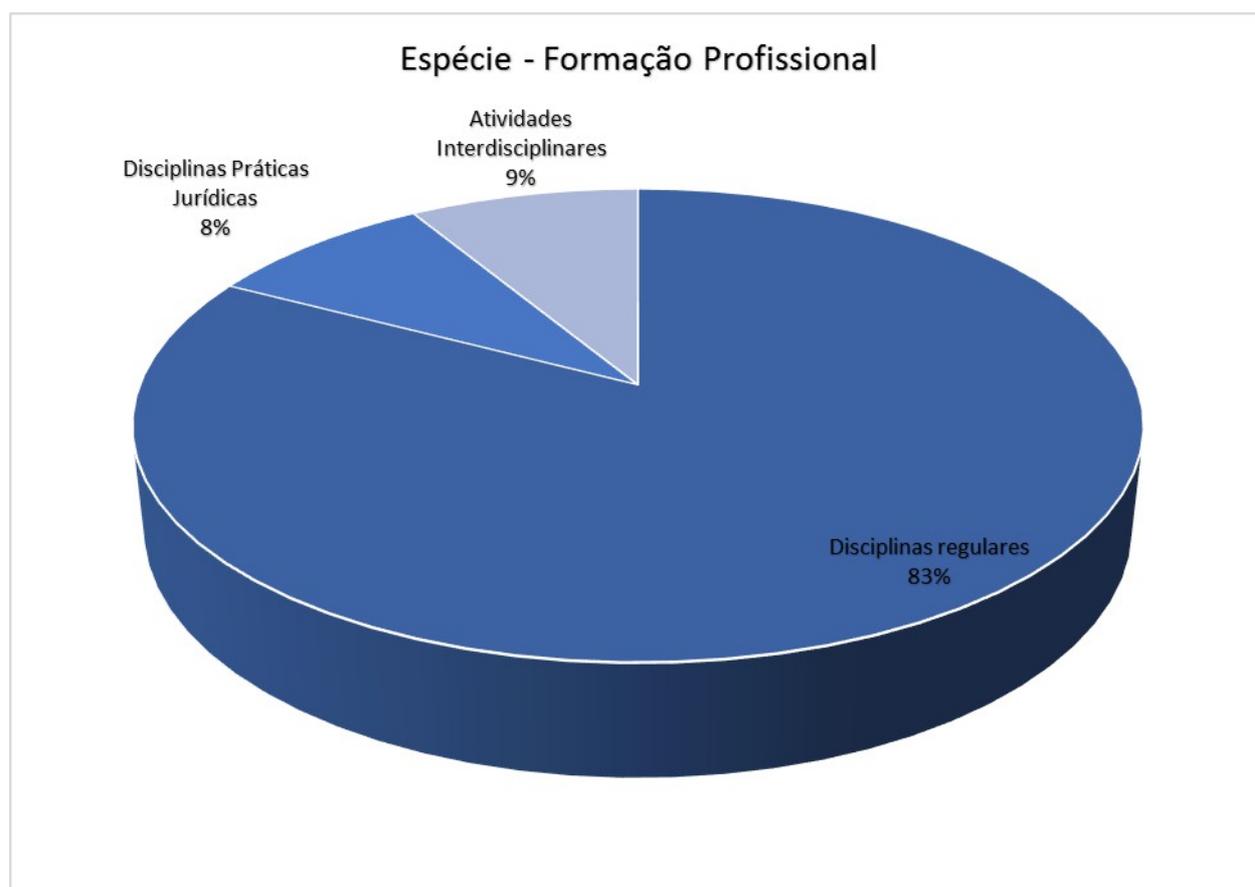
<b>9.4</b>	<b>Ética Geral e Profissional</b>	<b>60ha</b>	<b>1.1</b>
<b>9.5</b>	<b>Prática Jurídica IV – Direito Penal II</b>	<b>60ha</b>	<b>8.1</b>
<b>9.6</b>	<b>Estágio Curricular Supervisionado – III</b>	<b>80ha</b>	<b>6.3, 7.2, 7.4</b>
<b>9.7</b>	<b>Trabalho Conclusão de Curso - Pesquisa</b>	<b>40ha</b>	<b>8.7</b>
<b>9.8</b>	<b>Tópicos Avançados: Estatuto da Criança e do adolescente e Estatuto do Idoso</b>	<b>40ha</b>	<b>1.1</b>
	<b>10º PERÍODO</b>		
<b>10.1</b>	<b>Prática Jurídica V – Direito do Trabalho</b>	<b>80ha</b>	<b>4.4, 5.1, 7.4</b>
<b>10.2</b>	<b>Direito Ambiental e Agrário</b>	<b>60</b>	<b>1.1</b>
<b>10.4</b>	<b>Direito Previdenciário</b>	<b>60ha</b>	<b>4.4, 5.1</b>
<b>10.5</b>	<b>Direito Financeiro</b>	<b>40</b>	<b>1.1</b>
<b>10.6</b>	<b>Estágio Curricular Supervisionado IV</b>	<b>80ha</b>	<b>6.3, 7.2, 7.49.6</b>
<b>10.7</b>	<b>Trab. Conclusão de Curso – Apresentação</b>	<b>60ha</b>	<b>9.7</b>
	<b>Disciplinas Optativas</b>		
	<b>Propriedade Intelectual, Registros Públicos e Direito imobiliário</b>	<b>40ha</b>	<b>1.1</b>
	<b>Direito Eleitoral</b>	<b>40ha</b>	<b>1.1, 3.1</b>
	<b>Direito Bancário</b>	<b>60ha</b>	<b>1.1, 8.2</b>
	<b>Criminalística</b>	<b>60ha</b>	<b>1.1, 6.1</b>
	<b>Métodos alternativos de solução de conflito</b>	<b>40ha</b>	<b>1.6</b>

**REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO DO CURSO DE DIREITO DA FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA**

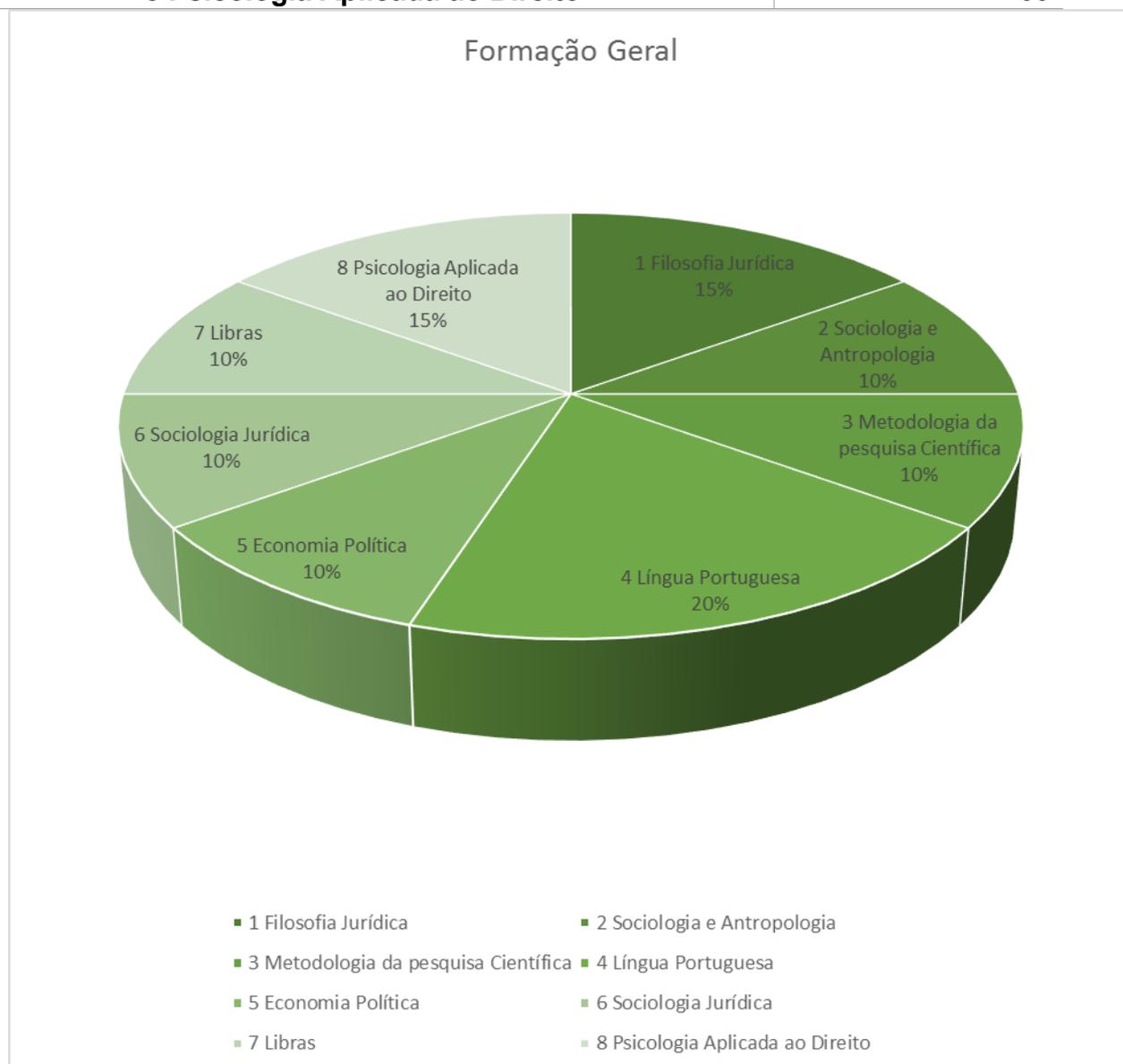
<b>Espécie – Formação</b>	<b>Horas</b>
<b>1 Formação Geral</b>	<b>400</b>
<b>2 Formação Profissional</b>	<b>4140</b>
<b>3 Formação Prática</b>	<b>680</b>
<b>4 Total</b>	<b>4880</b>



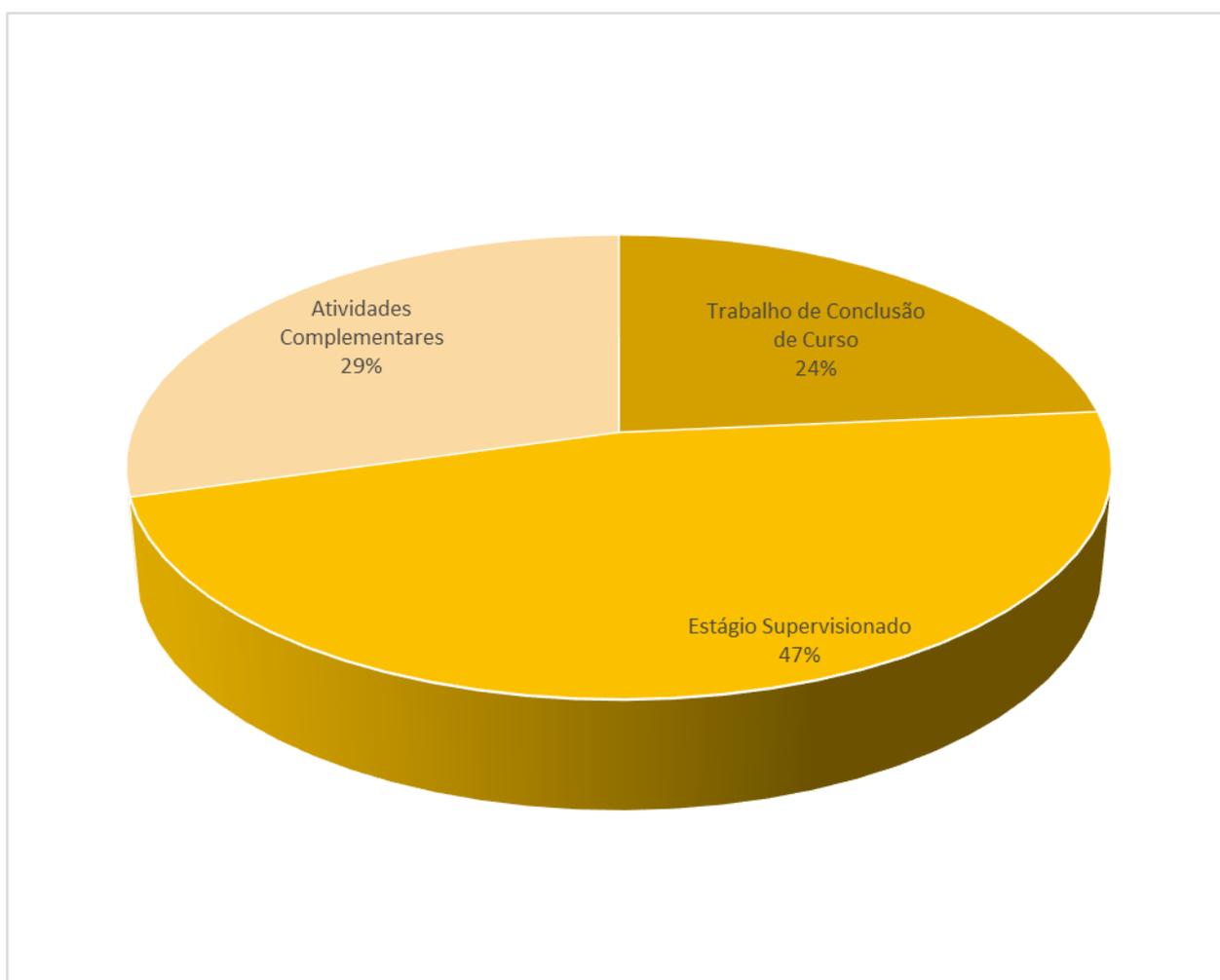
<b>Espécie – Formação Profissional</b>	<b>Horas</b>
<b>1 Disciplinas regulares</b>	<b>3440</b>
<b>2 Disciplinas de Práticas Jurídicas</b>	<b>360</b>
<b>3 Atividades Interdisciplinares</b>	<b>360</b>
<b>4 Total</b>	<b>4140</b>



Espécie – Formação Geral	Horas
1 Filosofia Jurídica	60
2 Sociologia e Antropologia	40
3 Metodologia da pesquisa Científica	40
4 Língua Portuguesa	80
5 Economia Política	40
6 Sociologia Jurídica	40
7 Libras	40
8 Psicologia Aplicada ao Direito	60



<b>Espécie – Formação Prática</b>	<b>Horas</b>
<b>1 Trabalho de Conclusão de Curso</b>	160
<b>2 Estágio Supervisionado</b>	320
<b>3 Atividades Complementares</b>	200
<b>4 Total</b>	680



## INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Composição Curricular	<b>10 Períodos</b>
Período Mínimo a integralização	<b>10 Períodos</b>
Período Máximo de integralização	<b>16 Períodos</b>

Cada período representa um semestre letivo.

## 2.2.8.4 EMENTAS

### 1º PERÍODO

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	1º
DISCIPLINA:	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	C/H:	80
<b>EMENTA</b>			
O Fenômeno Jurídico; O Direito e a ética; Correntes Doutrinárias do Direito; A Norma Jurídica; Legislação; Jurisprudência; Estrutura da Norma; Eficácia Legal e Eficácia Jurídica; O Direito e a Justiça; O direito Positivo; Divisão Clássica do Direito: Direito Público e Direito Privado.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudar a teoria da norma jurídica; Estabelecer o Direito como Ciência e seu caráter fenômeno; Verificar os pressupostos da teoria do ordenamento jurídico e as condições de interpretação do Direito.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
O Fenômeno Jurídico: homem, sociedade e Direito. O Mundo do Direito. O Direito e a Ética. Diversas significações do Direito. Correntes doutrinárias do Direito. Jusnaturalismo. Positivismo. Outras tendências. A norma jurídica: conceito. Fontes das Normas Jurídicas: divisão. Legislação. Jurisprudência. Princípios Gerais de Direito. Prática costumeira. Doutrina. Fonte negocial. Estrutura da norma. Classificação da Norma Jurídica. A norma jurídica. Suporte fático e preceito. Eficácia legal e eficácia jurídica Integração da norma. O Direito e a Justiça. A idéia do Direito e seus fins: a Justiça e a Segurança Jurídica. Panorama do Direito Positivo. O problema da sistematização jurídica. Divisão clássica do Direito. Direito Público e Direito Privado. Sub-ramos. A jurisdição como processo peculiar ao direito (plano de existência). Fontes, Vigência.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo. Saraiva. 2007 DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: saraiva. 2011 FERRAZ JR. Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas.2010 FULLER, Lon L. O caso dos exploradores de caverna. São Paulo: Universitária de Direito. 2011 NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense. 2012			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
MARTINS, Ives. Manual de Iniciação ao Direito. São Paulo: Pioneira. 2010 POLETTI, Ronaldo. Introdução ao Direito. São Paulo: Saraiva. 2010 BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de Filosofia do Direito. Tradução de Márcio Pugliesi;1990 BOBBIO, Norberto. A era dos Direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Campus; 1990 HERKENHOFF, Joao Batista. Para Gostar do Direito. São Paulo. Livraria do Advogado. 2010 KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. 2010			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	1°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>FILOSOFIA JURÍDICA</b>	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
Filosofia e Direito: conceito; histórico; Sócrates, Platão, Aristóteles. Fundamentos filosóficos; O problema da Filosofia e o Problema do Direito; A questão da verdade; O Jusnaturalismo; O contratualismo; Locke; Kant; Comte; Questões contemporâneas da Filosofia do direito. Ontologia; Deontologia e fenomenologia; Direito Alternativo			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estabelecer os pressupostos básicos da filosofia enquanto ciência, sua necessidade e sua conexão com o direito.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>1. Filosofia e Direito</p> <p>I. Conceitos de filosofia e de direito. II. Breve histórico da origem da Filosofia. Sócrates – aproximação à concepção de justiça. III. Platão – o mito da caverna e a concepção de justiça. IV. Aristóteles – a concepção de justiça no livro V da Ética à Nicômaco.</p> <p>2. A filosofia do direito e os fundamentos filosóficos do direito</p> <p>I. O problema da Filosofia e o problema do direito: o conhecimento - ceticismo e dogmatismo. I. IA questão da verdade. I. II A lógica aristotélico-tomista e a questão do método no direito: indução dedução analogia II. O jusnaturalismo. II. I conceituações e principais filósofos e sua relação com a formação das concepções modernas de direito. II. II. O Contratualismo: conceituações e principais filósofos e sua relação com a formação das concepções modernas de direito. IV. Locke: a experiência como fonte do conhecimento – o empirismo e o surgimento da teoria liberal de Estado - liberalismo. V. Kant: criticismo, a fundamentação da metafísica dos costumes. VI. Comte: o positivismo.</p> <p>3. Questões contemporâneas da Filosofia do Direito</p> <p>I. Problemas da ciência do direito: ontologia, deontologia e fenomenologia. II. A concepção de direito alternativo.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo: Atlas. 2010</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 12ª Ed. São Paulo: Ática. 2005</p> <p>GUSMÃO, Paulo Dourado de. – Filosofia do Direito. 6ªed. Rio de Janeiro. Forense. 2008</p> <p>NADER. Paulo. Filosofia do Direito. Ed. Forense. 16ª Ed. Rio de Janeiro. 2007</p> <p>JUNIOR, Cretella Júnior. Curso de Filosofia do Direito. 11ª Ed. Ed. Forense. Rio de Janeiro. 2008</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>MORRIS, Clarence. Os grandes filósofos do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2002.</p> <p>ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito. Uma crítica à verdade na ética e na ciência. São Paulo: Saraiva, 1996.</p> <p>GROPPALI, Alexandre. Filosofia do Direito. Edit Lzn. 2003</p> <p>COTRIM, Gilberto. Fundamentos da Filosofia: Ser, saber e fazer. Ed. Saraiva. São Paulo. 2003</p> <p>LEITE, Tavares, Flamarion. Manual de Filosofia Geral e Jurídica (das origens a Kant). Edit Forense. Rio de Janeiro. 2006</p> <p>KANT. Immanuel. Seção segunda da Fundamentação da Metafísica dos Costumes. In: _____. Crítica da razão pura: e outros textos filosóficos. São Paulo: Victor Civita. 2006</p> <p>KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes. 2006</p> <p>PLATÃO. A república. 6a ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 2006</p> <p>HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da filosofia do direito. Traduzida por Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes 2003</p>			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	1°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>SOCIOLOGIA GERAL E ANTROPOLOGIA</b>	<b>C/H:</b>	40
<b>EMENTA</b>			
Construção das identidades sociais e da subjetividade; Realidade brasileira e suas particularidades regionais; sociologia como ciência da sociedade; A formação da sociologia e os autores clássicos; As transformações no mundo do trabalho; Globalização.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudar os fundamentos teóricos, filosóficos e conceituais das Ciências sociais (antropologia, ciência política e sociologia), bem como sua aplicabilidade como recurso analítico ao contexto nacional e internacional para a compreensão dos fenômenos sociais, políticos e culturais das sociedades contemporâneas, em especial da sociedade brasileira.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>1. A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade.</p> <p>2. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais, com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sociologia como ciência da sociedade; <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Senso comum, objetividade e conhecimento científico;</li> <li>b. Características básicas do pensamento sociológico;</li> <li>c. O significado das Ciências sociais no mundo moderno.</li> </ol> </li> <li>2. A formação da Sociologia e os autores clássicos. <ol style="list-style-type: none"> <li>a. K. Marx e a análise materialista;</li> <li>b. Durkheim e análise funcionalista;</li> <li>c. Max Weber e a análise compreensiva.</li> </ol> </li> <li>3. As transformações no mundo do trabalho. <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Industrialização e acumulação na sociedade moderna;</li> <li>b. Taylorismo, Fordismo;</li> <li>c. Pós-fordismo: automação e acumulação flexível.</li> </ol> </li> <li>4. Globalização. <ol style="list-style-type: none"> <li>a. A globalização como tendência histórica da sociedade moderna;</li> <li>b. Os vetores econômicos, políticos e culturais da globalização.</li> <li>c. As características atuais do mundo globalizado;</li> </ol> </li> </ol> <p>Os dilemas de nossa época e os desafios do pensamento social.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 2.ed., São Paulo: Moderna 2005</p> <p>DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Nacional 2002</p> <p>NEGRÃO, José João Negrão. Para conhecer o neoliberalismo. São Paulo: Publisher Brasil 1998</p> <p>ALVES, Alaor Caffé et all. Direito. Sociedade e economia: leituras marxistas. São Paulo, Manole. 2005</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal 2012</p> <p>MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis, RJ: Vozes 2006</p> <p>COULANGES, Fustel. A cidade Antiga. 2006</p>			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	1°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>TEORIA GERAL DO ESTADO</b>	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
Ciências sociais, Ciência Política e Teoria do Estado. Poder; Estado; formas de governo, de Estado; sistemas de Governo; Regime Político; Participação Política.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudar os fundamentos teóricos da formação do Estado moderno: a justificativa racional da soberania, as teorias contratualistas, o constitucionalismo, dominação, poder e autoridade. Demonstrar como se deu a formação do Estado moderno. Demonstrar como se deu a formação do Estado brasileiro e o conceito de neopatrimonialismo.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Ciências Sociais, Ciência Política e Teoria do Estado. a) Poder e dominação: a questão da legitimidade. b) Estado: conceito, origem histórica e elementos constitutivos. c) Formas de Estado. d) Formas de Governo. e) Sistemas de Governo. f) Regime político. g) Participação política.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
Bastos, Celso ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciências Políticas. Saraiva. 2004 BONAVIDES, Paulo. Teorias do estado. São Paulo. Malheiros. 2008 MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. Saraiva. 2008 DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. Saraiva.2012 ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Teoria Geral do Estado. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
SÓFOCLES, Antígona 2006 IHERING, Rudolf Von, “A Luta pelo direito” 2009 FRIEDI, Reis. Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado. 2. Ed. São Paulo: Editora Forense. 2006 Bobbio, Norberto. Estado, Governo e Sociedade. São Paulo: Editora Paz e Terra 2007 REALE, Miguel. Teoria tridimensional do direito. São Paulo: Editora Martins Fontes 2006 MAQUIAVEL, O príncipe. 2005			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	1°

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA</b>	<b>C/H:</b>	40
<b>EMENTA</b>			
Conhecimento, ciência, Universidade e Direito. Organização da Atividade Intelectual; O relatório Monográfico; A lógica do relatório monográfico.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudo da lógica, dos processos lógicos e as regras da lógica. Estudo da metodologia para a compreensão da pesquisa científica, a estrutura básica do conhecimento humano e a elaboração de um projeto de pesquisa. Conhecer e entender os recursos e ferramentas dos ambientes virtuais, para a aplicação em pesquisa na internet e domínio de tecnologias de comunicação e da informação.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1 – Conhecimento, Ciência, Universidade e Direito: Definição, espécies e níveis do conhecimento humano. Conhecimento científico. Características da cientificidade e diversidade de ciências. Situação da Ciência Jurídica. Condições favoráveis e desfavoráveis da produção científica. Método científico. Trabalhos científicos – normas da ABNT: tipos/níveis de trabalhos científicos e apresentação. 2 – Organização da atividade intelectual: Caminhos da investigação científica e da descoberta. Metodologia do estudo e da pesquisa. Metodologia do estudo universitário. Organização da atividade intelectual: plano e ambiente de estudo, aulas e leituras complementares. A questão da lógica da pesquisa e da descoberta do conhecimento - superação da concepção dogmática. Pesquisa Científica: modalidades de projetos, fases de uma pesquisa e relatório de pesquisa. Etapas da pesquisa. Diferenças entre estudar e pesquisar. O estudo por meio da pesquisa das etapas do projeto: escolha do assunto, determinação do tema, formulação de problemas e hipóteses. Técnicas do estudo e da pesquisa bibliográfica. As etapas da coleta. Análise e interpretação dos dados e as técnicas correspondentes. O levantamento bibliográfico e o conhecimento da biblioteca. A análise dos dados via leitura informativa (hermenêutica) e apontamentos em fichas. Peculiaridades das pesquisas de campo e de laboratório. O Direito e as pesquisas experimentais. Lógica indutiva e formulação das leis. Leis e aplicação das leis. 3 – O relatório monográfico: Relatar os resultados obtidos: última etapa de uma pesquisa. A estrutura do relatório, partes essenciais (corpo do trabalho), partes obrigatórias e outras pertinentes. A apresentação técnica da ABNT. 4 – A lógica do relatório monográfico: Comunicação lógica dos resultados obtidos. A arte ou técnica de chegar a conclusões. As inferências indutivas e dedutivas. Argumentar para persuadir. Conteúdo de um relatório, petição, recurso, etc.: termos, proposições e argumentações, expressando idéias, juízos e raciocínios. Pensamento e linguagem jurídica. Formulários ou peças lógicas? Memorização ou criação lógica? Datilógrafos, digitadores ou redatores? Criadores ou reprodutores? Os termos e seus significados. Terminologia técnica do Direito. Hermenêutica da linguagem. As diferentes proposições e juízos. As proposições comuns ( A, E, I, O) e as especiais (definições, divisões e classificações ). As argumentações e raciocínios corretos e os falaciosos. Sofismas mais corrente.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas. 2006 MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. MINAYO, M. C. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002. ANDRADE M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall CHIZOTTI, A. Pesquisas em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 5. ed. São Paulo, Cortez			

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	1º
DISCIPLINA:	LÍNGUA PORTUGUESA	C/H:	80
<b>EMENTA</b>			
Abordagem textual, texto, discurso, intertextualidade. Leitura: criação de vínculos leitor/texto, através do conhecimento veiculado pelo texto escrito. Interpretação: leitura nas entrelinhas, inferências. O diálogo oralidade/escrita. Da fala para a escrita - atividades de retextualização. Produção escrita: parágrafo, resumo e paráfrase. Tipologia textual. Fatores de textualidade: coerência e coesão. Problemas de textualidade: ambiguidade, redundância, cacofonia, eco, etc. Elementos de referência: anáforas, catáforas, exóforas, dêiticos. Comunicação jurídica: argumentação. Vocabulário jurídico. A estrutura frásica na linguagem jurídica. Enunciação e discurso jurídico. O parágrafo e a redação jurídica. Português e prática forense. Estilística jurídica. Lógica jurídica. Teoria e prática de textos jurídicos. Redação de diferentes tipos de textos jurídicos. Técnicas de oratória, leitura e discurso em público. Empostação de voz, movimentação, indumentária. Defesa de pontos de vista e posicionamentos.			
<b>OBJETIVOS</b>			
<b>Relacionar sistematicamente a análise lingüística ao contextoma de ocorrência dos enunciados, considerando as variáveis situacionais de registro: a) no campo cognitivo e de experiência; b) nas relações de distanciamento/proximidade expressas no texto; c) no modo de organização e expressão do discurso..</b>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1. A abordagem textual 2. Texto, Discurso, Intertextualidade: 2.1. Texto Escrito X Texto Falado; 2.2. Tipologia e Modalidades Textuais: Descrição, Narração, Dissertação, Injunção; 2.3. Linguagem e argumentação. 2.3.1. argumento e contra-argumento; 2.3.2. argumento, réplica e tréplica; 2.4. Polifonia, autenticidade e plágio: inserção de idéias alheias e textualidade. 3. Fatores de textualidade 3.1. Coesão 3.2. Coerência. 3.3. Elementos de referência e correferência: anáforas, catáforas, dêiticas 3.4. Problemas de textualidade: ambigüidade, redundância, cacofonia, eco, prolixidade, obscuridade. 4. Redação de diferentes tipos de textos 5. Técnicas de oratória, leitura e discurso em público. 5.1. Empostação de voz, movimentação, indumentária. 5.2. Defesa de pontos de vista e posicionamentos;			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
DAMIÃO, R. T; HENRIQUES, A. Curso de Português Jurídico. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2000. CAMARGO, M. M. L. Hermenêutica e argumentação: uma contribuição ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Renovar 2003 CHALITA, G. A sedução no discurso: o poder da linguagem. São Paulo: Maxlinonad, 1998 LIMA, R. Gramática Normativa da língua portuguesa. 41. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2001			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
CEREJA, W. R; MAGALHÃES, T. C. Interpretação de textos: construindo competências e habilidades em leitura. São Paulo: Atual, 2006 FARACO, C. A. & TEZZA, C. Prática de texto: língua portuguesa para estudantes universitários. 12 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2008 COSTA, J. M. da. Manual de redação profissional. Campinas: Millenium. 2007 MONTEIRO, C. S. Teoria da argumentação jurídica e noção retórica. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.2006 ROSA, Eliasar. Linguagem forense: antigo: Os erros mais comuns nas petições. 10. ed. Rio de Janeiro 2003 PERINI, M. A. A gramática descritiva do português. 4. ed. 4. impressão. São Paulo: Ática, 2011.			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>1°</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITOS HUMANOS</b>	<b>C/H:</b>	<b>40</b>
<b>EMENTA</b>			
Evolução dos Direitos Humanos. Fundamentação dos direitos humanos. Direitos humanos. Mecanismos jurídicos de proteção dos direitos humanos. Direitos humanos e igualdade. Direitos humanos e responsabilidade. Positivização dos direitos humanos. Organizações internacionais. Organização das Nações Unidas. Organizações regionais.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Fomentar embasamento teórico-jurídico aos recém-ingressos, dimensionando a importância assumida pela disciplina na aplicação e interpretação das diversas áreas do direito, tanto nas relações domésticas como internacionais, aguçando nos alunos uma postura crítica, inerente a condição de futuros profissionais do direito, notadamente, exigindo que se posicionem em relação a temas polêmicos, debatidos por nossos tribunais, e assim preparando-os para uma carreira que exige constante argumentação e reflexão.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Evolução dos Direitos Humanos. Fundamentação dos Direitos Humanos. Jus-racionalismo moderno e Direitos Humanos. Jus-positivismo. Direitos Humanos. Humanismo e Direitos Humanos. Mecanismos jurídicos de proteção dos direitos humanos. Direitos Humanos e igualdade. Direitos Humanos e responsabilidade. Positivização dos direitos humanos. Organizações internacionais. Organização das Nações Unidas. Organizações Regionais: União Européia e Organização dos Estados Americanos. Temas de pesquisa: Pena de morte, eutanásia, tortura, terrorismo. Sistema Carcerário. Escravidão. Violência; urbana, rural, doméstica, trabalho, rural.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva. 2007 Mello, Celso de a e Torres, Ricardo Lobo (diretores). Arquivos de Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Renovar 1999 SIQUEIRA, Paulo Hamilton e OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado. Direitos humanos e cidadania: RT 2010 TRINDADE. Antônio Augusto Cançado. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos, volume 1, Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 2ª ed. 2003 FILHO. Nestor Sampaio Penteadó. Direitos Humanos – doutrina e legislação. 3ª ed. São Paulo. Método. 2010.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais, São Paulo: Livraria do Advogado, 2011 ARAÚJO, Luiz Ivani de Amorim. Curso de direito internacional público. Rio de Janeiro: Forense 2011 MELLO, Celso Duvivier Albuquerque. Curso de direito internacional público. Rio de Janeiro: Renovar. 2004 MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade. São Paulo. Saraiva 2009 MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas. 2007 Rezek, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. São Paulo: Saraiva 2011			

## 2º PERÍODO

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	2º
DISCIPLINA:	DIREITO CONSTITUCIONAL- I	C/H:	80
<b>EMENTA</b>			
DIREITO CONSTITUCIONAL; DA CONSTITUIÇÃO; PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO ESTADO BRASILEIRO; DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; DIREITOS DE NACIONALIDADE; DIREITOS DE CIDADANIA; DIREITOS SOCIAIS; DIREITOS POLÍTICOS; ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA. SISTEMAS DE LEGALIDADE EXTRAORDINÁRIA			
<b>OBJETIVOS</b>			
Desenvolver a formação humanística, técnico e prático-jurídica, além do juízo crítico e reflexivo sobre o fenômeno jurídico como forma de capacitar o bacharel de Direito na compreensão de tal fenômeno, no desenvolvimento da argumentação, da lógica, do raciocínio, na pesquisa e produção científica. Abordar os pontos mais importantes da disciplina, permitindo ao futuro profissional obter uma visão global e aprofundada do Direito Constitucional de forma crítica e reflexiva. Avaliar a relevância do Direito Constitucional no sistema jurídico pátrio e principalmente nas relações humanas.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
DIREITO CONSTITUCIONAL: Conceito; Objeto; Conteúdo. DA CONSTITUIÇÃO: Conceito; Classificação; Hermenêutica Constitucional; Aplicabilidade da Norma Constitucional; Poder Constituinte e Poder Constituído; A evolução constitucional no Brasil. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO ESTADO BRASILEIRO: Princípios e normas; Princípios constitucionais positivos; República federativa do Brasil; Poder e divisão de poderes. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: Finalidade; Direitos Fundamentais; Garantias Fundamentais; Destinatários da proteção; Direito à vida; Estudo do artigo 5.º e incisos da CF. DIREITOS DE NACIONALIDADE. DIREITOS DE CIDADANIA. DIREITOS SOCIAIS: Direitos dos Trabalhadores; Direitos coletivos dos trabalhadores; Direitos de seguridade. DIREITOS POLÍTICOS: Direitos políticos positivos; Direitos políticos negativos; Partidos políticos. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA: regras de organização; Adoção da Federação; A indissolubilidade do vínculo federativo; Capital Federal; União; Estados-membros; Autonomia estadual; Municípios. Lei Orgânica municipal; Prefeito Municipal – responsabilidade criminal e política; Vereadores – Imunidade material; territórios. Formação dos Estados; Formação dos Municípios, Vedações constitucionais de natureza federativa; Repartição das competências; Intervenção, Intervenção federal; Intervenção do Estado nos Municípios.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas. 2007 SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros. 2011 ARAÚJO, Luiz Alberto David de; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional, São Paulo: Saraiva. 2008 MENDES, Gilmar Ferreira, et al. Curso de Direito Constitucional. São Paulo. 2012			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. 22ª Ed. São Paulo. Malheiros. 2007 BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 2006 MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional, São Paulo: Atlas 2006 SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais. São Paulo: Malheiros 2008 MENDES, Gilmar Ferreira, Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade. São Paulo. Saraiva. 2009 SARLET, Ingo Wolfgang. Eficácia dos Direitos Fundamentais. Porto Alegre. Livraria do Advogado. 2011			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	2°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>ECONOMIA POLÍTICA</b>	<b>C/H:</b>	40
<b>EMENTA</b>			
Apresentar os conceitos fundamentais da Economia. Evolução histórica das ciências econômicas. Introdução às análises micro e macroeconômica. Noções de economia monetária. Funções econômicas do setor público. Relações econômicas internacionais. Aspectos do desenvolvimento econômico. Fundamentos da Economia Política; Macroeconomia e finanças Públicas; Temas atuais de Economia Política; Globalização financeira; Crise Financeira.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Dotar o aluno de condições para avaliar e entender como ocorreu o processo de aceleração econômica mundialmente e no Brasil, interligando essa disciplina Economia Política com o direito.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1. Fundamentos da Economia Política <ul style="list-style-type: none"> <li>1.1. Teoria do Valor</li> <li>1.2. Repartição da Renda</li> <li>1.3. O Excedente Econômico e Acumulação de Capital</li> <li>1.4. A Concentração do Capital</li> <li>1.5. Moeda e Crédito</li> <li>1.6. Ciclo de Negócios, Nível de Produção e Emprego</li> <li>1.7. Desenvolvimento Econômico</li> </ul> 2. Macroeconomia e Finanças Públicas <ul style="list-style-type: none"> <li>2.1 Questões Básicas de Macroeconomia               <ul style="list-style-type: none"> <li>2.1.1. Crescimento Econômico</li> <li>2.1.2. Desemprego</li> <li>2.1.3. Inflação</li> </ul> </li> <li>2.2. Política Fiscal, Déficit e Dívida Pública</li> <li>2.3 Política Monetária, Taxas de Juros e Produção</li> <li>2.4 Temas atuais de Economia Política:               <ul style="list-style-type: none"> <li>2.4.1 Financeirização da Riqueza</li> <li>2.4.2 Globalização Financeira</li> <li>2.4.3 Crises Financeiras</li> </ul> </li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
GASTALDI, J. Petreli. Elementos de economia Política. São Paulo. 2005 LACERDA, Antônio Correa de Lacerda, BOCCI, João Ildebrando. Et AL. Economia Brasileira. 2005 BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983. São Paulo: Brasiliense. 2003 MANKIW, Gregory N. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Campus. 2001 ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas. 2003 VASCONCELLOS, Marco A. S.; GARCIA, Manuel E. Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva 2005			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia brasileira. São Paulo: Atlas, 2001. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (Org.); MONTORO FILHO, André Franco (et. Al). Manual de Economia - Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2005 SINGER, Paul. Aprender Economia, Editora Brasiliense. São Paulo 2011			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	2°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>SOCIOLOGIA JURÍDICA</b>	<b>C/H:</b>	40
<b>EMENTA</b>			
<p>O objeto e o método da sociologia jurídica. O Direito e os Juristas nos autores clássicos da Sociologia. Os autores clássicos da Sociologia Jurídica. A abordagem tradicional e a abordagem sociológica dos problemas do Estado e do Direito Nacional. As possibilidades concretas de aplicação do método sociológico na atividade jurista. O Judiciário e sua problemática nos países centrais e nos países periféricos latino-americanos e no Brasil. Posição do Conflito: Principais Vertentes/ Interpretação Marxista/Modo de Produção Capitalista/ Materialismo Histórico/ Socialismo/ Interpretação Histórico-Estrutural. O reconhecimento dos direitos coletivos das minorias étnicas no Brasil. Os Direitos de outras minorias étnico-raciais no Brasil. Relações Étnico -Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana</p>			
<b>OBJETIVOS</b>			
<p>Possibilitar ao acadêmico de Direito, leituras interpretativas dos fatos, acontecimentos e fenômenos sociais ao longo da história da sociedade ocidental, pelos sociólogos juristas. Não obstante, analisando e compreendendo os problemas sociais, políticos, econômicos e jurídicos. Estudar os aspectos das diversidades culturais e da cultura afro-brasileira.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Objeto e método da Sociologia Jurídica. O Direito e os Juristas. Os autores clássicos da Sociologia Jurídica. A abordagem tradicional e a abordagem sociológica dos problemas do Estado e do Direito nacional. As possibilidades concretas de aplicação do método sociológico na atividade do jurista. O Judiciário e sua problemática nos países centrais, nos países periféricos latino-americanos e no Brasil. O reconhecimento dos direitos coletivos das minorias étnicas no Brasil. Os Direitos de outras minorias étnico-raciais no Brasil. Relações Étnico -Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>LUHMAN, Niklás. Sociologia do Direito I. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro 1985          _____ . Sociologia do Direito II. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro 1985          SOUTO, Cláudio. FALCÃO, Joaquim. (org.) Sociologia e Direito. Textos básicos para a disciplina de Sociologia Jurídica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning 2005          MACHADO NETO, Antônio Luís. Sociologia Jurídica. 6° ed. São Paulo: Saraiva 1987          CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programas de sociologia jurídica. Rio de Janeiro. Forense. 2010</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>SOUTOSALDANHA, Nelson. Sociologia do Direito. Rio de Janeiro. Renovar. 2010          TREVES, Renato. Sociologia do Direito: origens, pesquisas e problemas. Tradução de Marcelo Branchini. São Paulo. Manoel.2004          SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro. Graal. 2012          ROUSSEAU. Jean Jaques. O Contrato Social. 2008          COULANGES. Fustel. A cidade Antiga 2007</p>			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>2°</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>TEORIA GERAL DO PROCESSO E DA JURISDIÇÃO</b>	<b>C/H:</b>	<b>60</b>
<b>EMENTA</b>			
Introdução. Lide e modos de composição da lide. Direito Processual. Jurisdição. Ação. Processo. Relação Processual. Exceção. Competência. Processo e Procedimentos. Cognição. Procedimentos sumário e Ordinário. Legitimação para o processo e legitimação para a causa. Capacidade postulatória e representação. Substituição e Sucessão Processual. Conceito de Terceiros e a sua possibilidade de intervenção no processo. Litisconsórcio. Da Prova.			
<b>OBJETIVOS</b>			
- Formar profissional habilitado para defender os direitos ou interesses que lhe forem confiados em qualquer Juízo ou Tribuna. Elaborar pareceres técnicos, examinar fatos e circunstâncias relativas aos fatos a si apresentados para fundamentar a propositura de uma inicial ou defesa, atuando sempre com muito denodo e ética profissional.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Estado – sociedade – Jurisdição – Lide. Processo e Direito processual. Princípios Gerais do Direito Processual. Norma Processual. Fontes da Norma Processual. Eficácia da Lei Processual no espaço e no tempo. Interpretação da Lei Processual. Jurisdição: Espécies, limites ( )arts. 1 e 2 do CPC). Ação: natureza jurídica, teorias, classificação (arts. 3 a 6 do CPC) Jurisdição voluntária Poder Judiciário. Processo – natureza jurídica, pressupostos, sujeitos (arts. 7 ao 85 do CPC), conhecimento, cautelar e execução. Organização Judiciária (arts. 86 a 153). Competência: competência absoluta e relativa Exceção – conceito e espécies. Procedimento ordinário e sumário Atos Processuais – conceito, classificação, vícios. Prova – conceito, discriminação, ônus e valoração.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010 SILVA. Ovídio A. Baptista e GOMES, Fábio Luiz. Teoria Geral do Processo Civil. Revista dos Tribunais.2011 CARNEIRO, Athos Gusmão. Jurisdição e Competência. São Paulo: Saraiva 2012 NERY JÚNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. São Paulo: Revista dos Tribunais 2003			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
THEODORO JUNIOR, Humberto. As reformas do Código de Processo Civil. Rio de Janeiro. Forense.2007 PORTANOVA, Rui. Princípios do processo civil. Porto Alegre: Livraria do Advogado 2008 MARINONI, Luiz Guilherme. Novas linhas do processual civil. São Paulo: Malheiros 1996			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	2°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL</b>	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
<p>1 – A jurisdicização como processo peculiar ao Direito ( plano da existência). Fontes. Vigência. 2 – A norma jurídica. Suporte fático e preceito. Eficácia legal e eficácia jurídica. 3 – Relações jurídicas. Concepções: clássica, objetiva e normativista. Elementos da relação jurídica: I- Sujeitos da relação jurídica: a)- pessoa natural; 4- capacidade de direito. Personalidade: início e fim. Capacidade de fato ou de exercício. Plena capacidade, incapacidade relativa e absoluta. Restrições de direito. Atributos da personalidade: nome, estado e domicílio. 5- pessoa jurídica - origem, denominação, nacionalidade, sede, natureza jurídica, constituição e extinção; classificação; regime jurídico das fundações, sociedades civis e associações; grupos despersonalizados. Despersonalização da pessoa jurídica. 6- Os bens como objeto da relação jurídica. Conceito e classificação. Das coisas fungíveis e infungíveis; do bem de família. 7- Dos atos e fatos jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação e fraude. Nulidades. 8- Da prescrição: causas de interrupção e suspensão. Prazos.</p>			
<b>OBJETIVOS</b>			
<p>Possibilitar um conhecimento mais amplo do acadêmico em relação ao ordenamento jurídico, privado, pois é o que rege as relações entre particulares, favorecendo uma concepção crítica-reflexiva do Direito, destacando a relevância da jurisprudência, a efetividade dos Princípios Gerais do Direito e outras fontes da norma jurídica.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>1 – Relações jurídicas. Concepções: clássica, objetiva e normativista. Elementos da relação jurídica: I- Sujeitos da relação jurídica: a)- pessoa natural - capacidade de direito. Personalidade: início e fim. Capacidade de fato ou de exercício. Plena capacidade, incapacidade relativa e absoluta. Restrições de direito. Atributos da personalidade: nome, estado e domicílio. b)- pessoa jurídica - origem, denominação, nacionalidade, sede, natureza jurídica, constituição e extinção; classificação; regime jurídico das fundações, sociedades civis e associações; grupos despersonalizados. Despersonalização da pessoa jurídica. II- Os bens como objeto da relação jurídica. Conceito e classificação. Das coisas fungíveis e infungíveis; do bem de família. III- Dos atos e fatos jurídicos. Vícios de consentimento. Condição, termo e encargo. Nulidades e anulabilidades. IV- Da prescrição: causas de interrupção e suspensão. Prazos. V- Da decadência.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: teoria geral do direito civil. SP: Saraiva 2007            VENOSA, Silvio. Direito Civil. São Paulo: Saraiva 2007            NADER, Paulo. Curso de Direito Civil – Parte Geral Tomo I. Rio de Janeiro: Forense. 2011            RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Volume I. São Paulo. Saraiva 2007            DINIZ, Maria Helena. Código Civil anotado. São Paulo. Saraiva. 2010</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro I - 2010            VIANA, Marco Aurélio S. Curso de Direito Civil – Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense, 2003.            NERY Junior, Nelson. Código Civil Comentado. São Paulo. Saraiva. 2010            COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil – vol. I 2012</p>			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	2°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PENAL - I</b>	<b>C/H:</b>	80
<b>EMENTA</b>			
<p>Conceito de direito penal; Disciplinas relacionadas; Finalidade; Formação histórica; História do direito penal no Brasil; Princípios constitucionais relacionados; Fontes do direito penal; Integração da norma penal; Conflito aparente de normas; Princípio da legalidade; Aplicação no tempo e no espaço; Norma e a lei; Classificação dos crimes; Conceito de Crime; Objeto e sujeito do crime; Fato típico; Conduta - elementos e teorias; Nexo de Causalidade; Resultado e Tipicidade. Consumação e Tentativa. Ilícitude. Culpabilidade. Concurso de Agentes</p>			
<b>OBJETIVOS</b>			
<p>Fomentar conhecimentos iniciais pertinentes ao direito penal, com espeque na doutrina e jurisprudência mais abalizadas, utilizando de linguagem técnico-jurídica e das premissas estabelecidas pela andragogia, aguçando uma postura crítica, exigindo que se posicionem em relação a temas polêmicos, debatidos por nossos tribunais, e assim preparando-os para uma carreira que exige constante argumentação e reflexão, bem como introdução crítica ao Direito Penal Brasileiro, tendo como dispositivo de análise a interpretação da lei penal diante das garantias fundamentais preconizadas na Constituição Federal.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>PROPEDEÚTICA PENAL: O Direito penal como controle social. 1 – Definição, natureza, funções e limites do direito de punir. História das idéias penais ocidentais (Direito Penal Medieval, Direito Penal iluminista, cientificismo criminológico, Tecnicismo Jurídico-Penal. Fontes do Direito Penal. Teorias contemporâneas: criminologia crítica, direito penal mínimo, garantismo penal). Direito Penal no Brasil. Caracterização da dogmática enquanto ciência do Direito Penal. Relações primárias entre Direito Penal, Criminologia e Política Criminal. TEORIA GERAL DA NORMA PENAL: a)- Norma Penal Conceito, estrutura, objetivos, interpretação e limites do Direito penal. Princípios penais modernos e seus fundamentos. Lei penal e suas Características; b)- Princípio da Legalidade (norma penal no tempo): subdivisões: Reserva legal absoluta (fontes) e relativa (norma penal em branco e formas de complementação); analogia; irretroatividade da lex gravior (tempo do crime, sucessão de leis penais, lei temporária e excepcional, lei intermediária, crimes permanentes e continuados). Aplicação da lei penal. c)- Princípio da Territorialidade (norma penal no espaço): lugar do crime (teorias de delimitação e o posicionamento nacional); extraterritorialidade condicionada e incondicionada; pena cumprida no estrangeiro. d)- Princípio da Pessoalidade e da Individualização (norma penal em relação às pessoas): princípio da igualdade perante a lei penal; conceitos e implicações do princípio da pessoalidade; imunidades parlamentares e diplomáticas; extradição. TEORIA GERAL DO DELITO: Introdução: Diferença entre ilícitos penais e civis. Delito: conceito formal, material e dogmático. Divisão dos delitos. Do Crime. Do concurso de Pessoas. Capacidade penal: sujeito ativo e passivo. Objeto jurídico e objeto material. a)- Conduta: Ação: teorias da ação; teorias (causalismo, finalismo e teoria social da ação); conceitos de ação; requisitos e elementos da ação; causas que excluem a ação. Omissão: dever jurídico geral de agir (omissão própria) e dever jurídico especial de agir (omissão imprópria). Omissão causal e o resultado. Consciência do perigo e vontade de ação. b)- Resultado: O resultado como fundamento e elemento estrutural do crime. Resultado material, formal e de mera conduta. c)- Relação de Causalidade: nexo causal; teoria da adequação, da equivalência e teoria da imputação objetiva; posicionamento nacional; concausas (anteriores e concomitantes); Rompimento do nexo causal: superveniência de causa e caso fortuito. d)- Tipicidade: tipo, juízo de tipicidade e tipicidade (conceito formal e material); funções do tipo e sua relação com o princípio da legalidade; espécies e elementos do tipo; tipos abertos; causas de exclusão da tipicidade: princípio da insignificância e princípio da adequação social. Concurso aparente de tipos. e)- Tipicidade subjetiva: tipos dolosos de ação: conceitos; elementos do dolo (consciência e vontade); espécies de dolo (direto e eventual). Teoria da vontade. Natureza do dolo. Elementos subjetivos especiais. f)- Tipicidade subjetiva: tipos negligentes de ação: o problema no finalismo. Conceito,</p>			

natureza, elementos e normogênese. Espécies e modalidades do fato negligente. Cuidado objetivo (previsibilidade do resultado, princípio da confiança). – CONSUMAÇÃO E TENTATIVA (conceito, elementos e punibilidade da tentativa; desistência voluntária e arrependimento eficaz; arrependimento posterior; crime impossível). Erro penal : erro de tipo erro essencial, erro determinado por terceiro e acidental: vencibilidade e invencibilidade. ILICITUDE: I- Conceituação. Terminologia: ilicitude e antijuridicidade. A ilicitude na teoria geral do direito (ilicitude penal e extra-penal). Ilicitude formal e material ( Teoria do bem jurídico penal : conceito, princípios, características e funções). Ilicitude objetiva e subjetiva. Estrutura, natureza e classificação dos tipos permissivos. Lesão e perigo. Desvalor da ação e desvalor do resultado. Classificação geral das causas de justificação; II- Causas legais de justificação em espécie: a)- Legítima defesa: conceito, fundamento individual e social, natureza jurídica, elementos objetivos e subjetivos, requisitos, excesso doloso e culposo. Legítima defesa putativa e legítima defesa antecipada. b)- Estado de necessidade justificante: conceito, fundamento e natureza jurídica, elementos subjetivos e objetivos, requisitos, excesso. Estado de necessidade defensivo e agressivo. Colisão de bens jurídicos: estado de necessidade exculpante. Estado de necessidade em conflitos transindividuais. c)- Estricto cumprimento do dever legal e exercício regular de um direito: conceitos, distinções e requisitos, elementos subjetivos e objetivos. A questão da tipicidade conglobante nas ações impostas pelo poder público. Ofendículas. III- Causas supralegais de exclusão da ilicitude em espécie: Consentimento do ofendido: a teoria do consentimento do ofendido na teoria do delito, disponibilidade de bens, elementos objetivos e subjetivos, condições, requisitos e elementos. Consentimento como causa de atipia e de licitude. CONCURSO DE AGENTES: Conceitos, teorias, requisitos. A superação do modelo causal pela teoria do domínio do fato. Autoria e participação. Autoria direta, mediata e coautoria. Participação: instigação e cumplicidade. O favorecimento. Punibilidade e circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECCARIA, Cesare de Bonesana, Marquês de. Dos delitos e das penas. São Paulo: Martins Fontes.2005  
MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal: parte geral- arts 1º a 120º do CP. 17.ed São Paulo:Atlas  
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Rio de Janeiro. Impetus. 2008  
NUCCI, Guilherme de Souza. Leis Penais e processuais penais. São Paulo. RT. 2011  
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. São Paulo. Saraiva. 2010

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONDE, Munhoz; BITENCOURT, Cezar. Teoria geral do delito. São Paulo: Saraiva. 2000.  
DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 6ª ed. Rio de Janeiro. Renovar. 2011  
CARRARA, Francesco. Programa do Curso de direito criminal. São Paulo: Saraiva 1956

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	2º
DISCIPLINA:	Direito Indígena	C/H:	40
<b>EMENTA</b>			
Direito Indígena. Acordos, Tratados, Convenções e Declarações Indígenas Internacionais. Estatuto do Índio. O Reconhecimento dos Direitos Indígenas Apresentação parte antropológica direito indígena; Povos Indígenas; Estatuto do Índio; Garantias Constitucionais dos Índios; Direito e Demarcação de Terras Indígenas; Índios e outras relações jurídicas.			
<b>OBJETIVOS</b>			
O Estudo de Direito Indígena, pretende-se sensibilizar os discentes do Curso de Direito para a potencialidade do debate do Direito Indígena, sob a ótica do Direito Constitucional e Direitos Humanos.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Gênese do Direito Indígena. Evolução Histórica da Legislação Indigenista. O Direito nas Constituições Brasileiras: análise dos arts. 20,XI; 22,XIV; 49, XVI; 109,XI; 129 V; 176; 210; 215; 231- ADCT ART. 67. Tutela indígena: a capacidade jurídica dos índios e o exercício de direitos. Direitos indígenas fundamentais; Declaração universal dos direitos dos povos indígenas. Dos Princípios e Definições; Dos Direitos Cíveis e Políticos, Das Terras dos Índios, Dos Bens e Renda do Patrimônio Indígena, Da Educação, Cultura e Saúde. Das Normas Penais. Direitos Indígenas na concepção humanística. Declaração universal dos direitos dos povos indígenas, Direitos autorais indígena, As terras Indígenas e o processo demarcatório, Análise da eventual recepção pela Constituição Federal de 1988, O Papel da FUNAI e do Ministério Público, Institutos de Proteção do Índio.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
MARÉS, Carlos Frederico. O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 1999. MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003 BARRETO, Helder Girão. Direitos Indígenas: vetores constitucionais. Curitiba: Juruá, 2003. BARRETO, Helder Girão. Direitos Indígenas: Vetores Constitucionais. Curitiba: Juruá, 2003.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 9 ed ver., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006 DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil. 24 ed rev. e atual. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2007. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. 5 ed rev.e atual. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2007. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. 13 ed rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009 ARAUJO, Luiz Alberto David; JUNÍOR, Vidal Serrano Nunes. Curso de Direito Constitucional. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			

### 3º PERÍODO

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	3º
DISCIPLINA:	DIREITO CONSTITUCIONAL –II	C/H:	80
<b>EMENTA</b>			
Organização dos Poderes e do Ministério Público; Processo Legislativo; Defesa do Estado e das Instituições Democráticas;			
<b>OBJETIVOS</b>			
Desenvolver a formação humanística, técnico e prático-jurídica, além do juízo crítico e reflexivo sobre o fenômeno jurídico como forma de capacitar o bacharel em Direito na compreensão de tal fenômeno, no desenvolvimento da argumentação, da lógica, do raciocínio, na pesquisa e produção científica. Abordar os pontos mais importantes da disciplina, permitindo ao futuro profissional obter uma visão global e aprofundada do Direito Constitucional de forma crítica e reflexiva. Avaliar a relevância do Direito Constitucional no sistema jurídico pátrio e principalmente nas relações humanas. Estudar a organização dos Poderes Públicos, das funções essenciais da justiça e dos instrumentos de defesa do Estado e das instituições democráticas. Interpretação dos princípios constitucionais da tributação e das finanças públicas, bem como da intervenção do Estado na atividade econômica e na ordem social.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1 - ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Separação das funções estatais; Poder Legislativo: funções, Congresso Nacional; Câmara dos Deputados; Senado Federal; Tribunal de Contas; Estatuto dos Congressistas: Imunidades. Poder Executivo: Estrutura do Poder executivo, Responsabilidade do Presidente da República; Crime de responsabilidade; Crimes comuns. Poder Judiciário: Conceito; Garantias do Poder Judiciário; Organização. Escolha dos Membros dos Tribunais superiores; distribuição das competências jurisdicionais; Ministério Público: histórico, Posicionamento Constitucional, Conceito; Princípios do Ministério Público; Funções, Garantias do Ministério Público; vedações constitucionais; Ministério Público junto aos Tribunais de Contas; Advocacia Pública: indispensabilidade do advogado, Imunidade do Advogado; Defensoria Pública. 2. PROCESSO LEGISLATIVO: Conceito; Classificação; Processo Legislativo ordinário; Espécies normativas. Emendas Constitucionais. Lei Complementar. Medida Provisória. Lei Delegada, Decreto Legislativo Resolução; Leis orçamentárias. 3. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: Estado de Defesa e estado de sítio. Forças armadas. Segurança Pública.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas. 2010 SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros. 2088 ARAUJO, Luiz Alberto David de; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional, Saraiva. MENDES, Gilmar Ferreira, et al. Curso de Direito Constitucional. 4ª Ed. São Paulo. 2012			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. 22ª Ed. São Paulo. Malheiros. 2007 BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional, São Paulo: Atlas SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais. São Paulo: Malheiros 2008 MENDES, Gilmar Ferreira, et al. Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade. São Paulo. Saraiva. 2009			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>3°</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL I – Processo de Conhecimento</b>	<b>C/H:</b>	<b>80</b>
<b>EMENTA</b>			
1. Atos processuais. Ônus processuais. Atos das partes; atos do juiz; atos do escrivão. Tempo e lugar dos atos processuais. Prazos processuais. Comunicação dos atos processuais. Nulidades. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo e procedimento. Petição inicial. Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Teoria geral das provas. Meios de prova.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudo da relação processual a partir de sua pluralização subjetiva através dos institutos de intervenção de terceiros e de seu desenvolvimento no tempo e no espaço. Análise crítica da distinção entre processo e procedimento e do desdobramento entre as formas de cognição plenária e sumária.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1. Atos processuais – Da forma dos atos processuais – Do tempo e do lugar dos atos processuais – dos prazos – Das comunicações dos atos – Das nulidades – Da distribuição e do registro – do valor da Causa. 2.- Da formação, da suspensão e da extinção do processo. 3.- Do processo e do procedimento – procedimento ordinário e procedimento sumário. 4.- Do procedimento ordinário: Da petição inicial, da resposta do réu, da revelia, das providências preliminares, do julgamento conforme o estado do processo, das provas, da audiência.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. – São Paulo. Saraiva 2008 THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense. 2007 SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. v. 1. São Paulo: Saraiva.2012 ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. São Paulo: Revista dos Tribunais 2011 DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros 2009 CÂMARA, Alexandre de Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 2011			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
SILVA, Ovídio A. Baptista da. Curso de processo civil. Porto Alegre: Fabris, 1993 WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais 2010 CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de Processo Civil. Bookseller. 2002 NERY JÚNIOR, Nelson e outros. Código de Processo civil comentado e legislação civil extravagante em vigor. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>3°</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO ADMINISTRATIVO – I</b>	<b>C/H:</b>	<b>60</b>
<b>EMENTA</b>			
Evolução histórica do Direito Administrativo. Princípios da Administração Pública. Administração Pública. Atos Administrativos. Poderes Administrativos. Serviços Públicos. Regime Jurídico Administrativo. Servidores Públicos. Bens Públicos. Desapropriação. Concessão e Permissão de Serviços Públicos.			
<b>OBJETIVOS</b>			
A disciplina busca apresentar ao estudante informações teórico-científica de relevância para o entendimento dos princípios do Direito Administrativo. Abrange a evolução histórica, o embasamento doutrinário, os princípios gerais, os conceitos, as categorias, os institutos, as problemáticas teóricas, o acervo terminológico específico, enfim, proporcionar conhecimentos específicos sobre o Direito Administrativo no momento atual. E, ainda, estudar o conjunto de princípios e regras e as decisões judiciais que regem e orientam a atuação da Administração Pública no Brasil, bem como sua relação jurídica com os Administrados.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1- EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO. Conceito de direito Administrativo. Relações com os demais ramos do Direito Administrativo. Fontes. 2- PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Princípio da supremacia do interesse público. Princípio da indisponibilidade do interesse público. Princípio da legalidade. Princípio da impessoalidade. Princípio da moralidade. Princípio da publicidade. Princípio da eficiência. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Princípio da autotutela. Princípio da continuidade dos serviços públicos. 3- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Administração pública no aspecto objetivo. Administração pública em sentido subjetivo. Administração pública em sentido estrito. 4- ATOS ADMINISTRATIVOS. Conceitos de ato administrativo. Classificação. Atributos dos atos administrativos. Presunção de legitimidade. Imperatividade. Auto-executoriedade. Atos administrativos em espécie. Requisitos de validade de atos administrativos. Competência. Forma. Finalidade. Motivo. Teoria dos motivos determinantes. Classificação dos atos. Quanto ao alcance. Quanto ao destinatário. Quanto ao objeto. Quanto ao conteúdo. Quanto a espécie. Extinção dos atos administrativos. Anulação. Revogação. Cassação. Convalidação de atos administrativos. Conversão. 5- PODERES ADMINISTRATIVOS. Introdução. Poder vinculado e poder discricionário. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder regulamentar. Poder de polícia. Distinção entre atividade de polícia administrativa e outras atividades estatais. Classificação e meios de atuação. Sanções aplicáveis e limites de atuação da administração pública. Atributos do poder de polícia. Prescrição. Abuso de Poder. 6- SERVIÇOS PÚBLICOS. Conceito. Classificação. Formas de prestação dos serviços públicos; Concessão e permissão de serviço público. Obrigações da concessão e permissão. Prerrogativa do poder concedente. Extinção da concessão ou permissão. 7- REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO. Regime público e privado na administração pública. Regime jurídico administrativo. Regime jurídico único e a extinção de sua obrigatoriedade pela EC 19/1998. 8 - SERVIDORES PÚBLICOS. Introdução. Acesso a funções, cargos e empregos públicos. Direito de associação sindical e direito de greve. Da remuneração dos agentes públicos. Limites de remuneração dos servidores públicos. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios. Vedação à acumulação de cargos, empregos e funções públicas. Servidores em exercício de mandatos eletivos. Planos de carreira e sistema remuneratórios dos servidores públicos. Direitos trabalhistas atribuídos pela Constituição aos serviços públicos. Estabilidade. Regime de previdência dos servidores públicos. 9 - BENS PÚBLICOS. Classificação. Bens do domínio público do Estado. Conceito. Natureza jurídica. Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais. Conceito. Características. Alienação dos bens de uso comum e de uso especial. Alienação dos bens dominicais. Intervenção na Propriedade Privada. Introdução. Servidão Administrativa. Requisição. Ocupação			

temporária. Limitações administrativas. Tombamento. 10- Desapropriação. Pressupostos. Bens desapropriáveis. Competência. Indenização. Desapropriação Indireta. Tredestinação. Retrocessão. 11- Concessão e permissão de serviços públicos. Concessão de serviço público simples. Concessão de serviços público precedida da execução de obra pública. Natureza jurídica. Concessão da empresa pública. Encargo do Concedente/ Encargo do Concessionário. Permissão de Serviços Públicos. Concessão de Serviços Públicos.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas 2010

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores 2010

FILHO CARVALHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris

JUSTEN FILHO, Marçal, Curso de Direito Administrativo. São 2012

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros Editores.2011

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: São Paulo: Saraiva.2011

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 4ª ed., atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.2012

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>3°</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO CIVIL II – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES I</b>	<b>C/H:</b>	<b>60</b>
<b>EMENTA</b>			
1 - Introdução ao Direito das Obrigações. Noções gerais. Modalidades de obrigações . Efeitos das Obrigações. Transmissão das Obrigações.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Possibilitar um conhecimento mais amplo do acadêmico em relação ao ordenamento jurídico, privado, pois é o que rege as relações entre particulares, favorecendo uma concepção crítica-reflexiva do Direito, destacando a relevância da jurisprudência, a efetividade dos Princípios Gerais do Direito e outras fontes da norma jurídica, além de propiciar uma visão do Direito enquanto conhecimento historicamente construído, através das influências dos fatores morais, econômicos, políticos e culturais da sociedade, de forma a contribuir para a transformação ou perpetuação da realidade, o que dependerá essencialmente da qualidade dos operadores do Direito. E, ainda, estudo das relações de caráter patrimonial e transitório que se estabelecem entre os indivíduos de uma comunidade, produzindo efeitos no mundo jurídico.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Introdução. Conceito. Elementos constitutivos. Distinção entre direitos reais e pessoais. Fontes das obrigações. Das modalidades das obrigações. Das obrigações de dar. Das obrigações de fazer ou não fazer. Das obrigações alternativas. Das obrigações divisíveis e indivisíveis. Das obrigações solidárias. Das obrigações “propter rem”. Da transmissão das obrigações. Da cessão de crédito. Da cessão de débito. Da cessão de contrato. Do adimplemento e da extinção das obrigações. Do pagamento. Do pagamento em consignação. Do pagamento com sub-rogação. Da imputação do pagamento. Da dação em pagamento. Da novação. Da compensação. Da confusão. Da remissão de dívidas. Do inadimplemento das obrigações. Da mora. Das perdas e danos. Dos juros legais, Da cláusula penal. Das arras. Dos atos unilaterais.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
DINIZ, Maria Helena. Direito Civil. Curso de Direito Civil Brasileiro. 19ª edição Volume: 2. São Paulo: Saraiva 2002 MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil Vol. 4 - Parte Especial, 32ª Edição. São Paulo: Saraiva 2002 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro - Vol. I Parte Geral. São Paulo: Saraiva 2010 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro Vol. II - Teoria Geral das Obrigações. São Paulo: Saraiva 2010 NADER, Paulo. Curso de Direito Civil - Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense 2011			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
NERY JUNIOR, Nelson. Código Civil Comentado. São Paulo. Saraiva. 2009 COSTA MACHADO. Código Civil Comentado. São Paulo, Manoel. 2011 DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. São Paulo. Saraiva. 2005 Wald, Arnoldo. Curso Direito Civil Brasileiro – São Paulo 2010			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	Direito	<b>PERÍODO:</b>	3°
<b>DISCIPLINA:</b>	Direito Penal II	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
Das Penas e das Medidas de Segurança. Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Aplicação da pena. Os princípios constitucionais de individualização e fundamentação da pena. Concurso de crimes e aplicação da pena. Lei de Execução penal. Penas Restritivas de Direito. Execução das Penas e da Medida de Segurança. Extinção da Punibilidade. Prescrição: conceito, fundamentos, natureza jurídica, causas de suspensão e interrupção. Prescrição em abstrato, prescrição em concreto (retroativa, intercorrente e executória) Prescrição pela pena projetada.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Proporcionar ao acadêmico entendimento e domínio de institutos da parte geral do Código Penal e a sabedoria para aplicá-los aos tipos penais comuns e de leis especiais, bem como fazer um estudo – relacionado com as garantias e os direitos fundamentais de um arcabouço estrutural dos direitos Humanos – sobre a Teoria Geral do Crime (tipicidade – ilicitude – culpabilidade), bem como suas causas de exclusão.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1 – Aplicação da Pena: a)- Aplicação da Pena e constituição: Os princípios constitucionais de individualização e fundamentação da pena. Limites das penas; b)- As fases da determinação da pena: circunstâncias judiciais, circunstâncias agravantes e atenuantes, causas de aumento e de diminuição. Concurso de circunstâncias. Cálculo da pena; c)- Concurso de crimes e a aplicação da pena: concurso material, concurso formal, crime continuado; d)- Aplicação da pena de multa; e)- Suspensão condicional da pena: histórico, conceito, espécies, requisitos e condições. Período de prova. A revogação e a prorrogação do sursis; f)- Efeitos da condenação: ressarcimento, confisco e efeitos específicos. 2 – Execução da pena e das medidas de segurança: a)- Pena privativa de liberdade: reclusão e detenção, regimes prisionais (fechado, semiaberto e aberto), regimes especiais, direitos do preso; b)- Incidentes da execução penal: detração penal: detração penal com e sem nexos processual. Remição: real e ficta. Sistema progressivo: requisitos, condições e regressão de regime. O regime meritocrático estabelecido pela LEP. Incidente de insanidade; c)- Penas restritivas de direito: prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviços comunitários, interdição temporária de direitos. Aplicação, condições, requisitos e revogação. Pena restritiva de direitos como incidente da execução penal; d)- Pena de Multa: pagamento, conversão e suspensão; e)- Livramento condicional: conceito, requisitos, condições, concessão, efeitos, revogação e extinção. f)- Medida de Segurança: conceitos, espécies, distinção entre pena e medida, princípio vicariante, aplicação, revogação e extinção. 3– Extinção da Punibilidade: a)- Causas de extinção da punibilidade: conceito e efeitos. b)- Causas de extinção em espécie: morte do agente; anistia, graça e indulto, comutação da pena; retroatividade da lei penal; decadência e preempção; renúncia e perdão; retratação; perdão judicial; casamento da vítima. c)- Causas de extinção em espécie: prescrição: conceito, fundamentos, natureza jurídica, causas de suspensão e interrupção. Prescrição em abstrato, prescrição em concreto (retroativa, intercorrente e executória), prescrição pela pena projetada. Prescrição na pena de multa e na legislação especial. Causas de extinção em espécie: prescrição: conceito, fundamentos, natureza jurídica, causas de suspensão e interrupção. Prescrição em abstrato, prescrição em concreto (retroativa, intercorrente e executória), prescrição pela pena projetada. Prescrição na pena de multa e na legislação especial.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de Direito Penal. (Parte Geral) , São Paulo: Atlas.2007 CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. (Parte Geral). São Paulo: Saraiva. 2010 NORONHA, Edgard Magalhães. Direito Penal. (parte Geral) . São Paulo: Saraiva. 2008 GRECO. Rogério. Curso de Direito Penal. Impetus. São Paulo. 2009			

NUCCI. Guilherme de Souza. Leis Penais e Processuais Penais. São Paulo. RT. 2008

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de direito penal. São Paulo: Saraiva, 1994.

DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 6ª ed. Renovar. Rio de Janeiro.2010

BECCARIA, Cesare de Bonesana. Dos delitos e das penas. 2011

JESUS. Damásio Evangelista de. Código Penal Comentado. São Paulo. Saraiva. 2010

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	2°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>LIBRAS – LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA – BÁSICO</b>	<b>C/H:</b>	40
<b>EMENTA</b>			
As deficiências e as diversidades. Evolução histórica. Aspectos clínicos. A Língua de Sinais. Noções básicas. Noções de variação. Praticar Libras.			
<b>OBJETIVOS</b>			
O Estudo de Libras, sua importância e implicações na formação do ser humano e da sociedade. A importância da acessibilidade e da existência de inclusão das pessoas com deficiência.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
Lucinda Ferreira Obra: Por uma gramática de línguas de sinais. Tempo Brasileiro. 2010 ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi. Atividades ilustradas em Sinais da Libras. Revinter. 2004 QUADROS, Ronice Muller, e Lodemair Becker Karnopp. Língua de Sinais brasileira: estudos linguísticos. Artmed. 2004			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
SACKS, Oliver W Obra: Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos – São Paulo Editor – Ano 1998 SKLIAR, Carlos Obra: A Surdez: um olhar sobre as diferenças – Porto Alegre – ano 1998 ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi. Leitura e Surdez. Um estudo com adultos não oralizados. . Revinter. 2004			

**4º PERÍODO**

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>4º</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO CIVIL III – OBRIGAÇÕES II – CONTRATOS</b>	<b>C/H:</b>	<b>60</b>
<b>EMENTA</b>			
Da Formação dos Contratos, Da Estipulação em Favor de Terceiro. Da Promessa de Fato de Terceiro. Dos Vícios Redibitórios. Da Evicção. Dos Contratos Aleatórios . Do Contrato Preliminar. Do Contrato com Pessoa a Declarar. Da Extinção do Contrato. Das Várias Espécies de Contrato: Da Compra e Venda. Da Troca ou Permuta. Do Contrato Estimatório. Da Doação. Da Locação de Coisas. Do Empréstimo. Da Prestação de Serviço. Da Empreitada. Do Depósito. Do Mandato . Da Comissão. Da Agência e Distribuição . Da Corretagem. Do Transporte. Do Seguro. Da Constituição de Renda. Do Jogo e da Aposta. Da Fiança. Da Transação. Do Compromisso			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudo da teoria geral dos contratos, dos contratos em espécie, da liberdade contratual e da função social dos contratos.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Dos contratos: conceito, classificação. Da formação dos contratos. Da promessa de fato de terceiro. Dos contratos aleatórios. Da extinção do contrato. Da compra e venda. Da troca ou permuta. Do contrato estimatório. Da doação. Da locação de coisas. Do empréstimo. Da prestação de serviço. Da empreitada. Do depósito. Do mandato. Da comissão. Da agência e distribuição. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da constituição de renda. Do jogo e da aposta. Da fiança. Da transação. Do compromisso.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
NADER, Paulo. Curso de Direito Civil: Contratos. Vol. 3, 6ª ed., Editora Forense, Rio de Janeiro: 2012. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil - Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos – Vol. 2, 11ª ed., Editora Atlas, São Paulo: 2011. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil - Dos Contratos em Espécie – Vol. 3, 10ª ed., Editora Atlas, São Paulo: 2010. DINIZ, Maria Helena. Curso De Direito Civil Brasileiro: Teoria Das Obrigações Contratuais E Extracontratuais. Vol. 3, 30ª ed., Saraiva, São Paulo: 2014.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
RODRIGUES, Silvio. Dos Contratos e das Declarações Unilaterais de Vontade. Vol. 3, 30ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2004. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Contratos e Atos Unilaterais. Vol. 3, 7ª ed., Saraiva, São Paulo: 2010. DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 17ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2014. NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. Código Civil Comentado. 10ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2013.			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	4°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PENAL III</b>	<b>C/H:</b>	80
<b>EMENTA</b>			
<p>CRIMES EM ESPÉCIES: 1 – Introdução: a estrutura da parte especial. 2 – Crimes contra a pessoa: Homicídio: espécies e generalidades. Participação em suicídio. Infanticídio. Aborto: espécies e generalidades. Lesão corporal, espécies e generalidades. Crimes de perigo para a vida e a saúde. Rixa. Crimes contra a honra e contra a liberdade individual: calúnia, injúria e difamação. Constrangimento ilegal. Ameaça. Seqüestro e cárcere privado. 3 – Crimes contra o patrimônio: Furto, espécies e generalidades. Roubo e extorsão, extorsão mediante seqüestro. Apropriação indébita. Estelionato e outras fraudes. Receptação. Dos crimes contra a propriedade imaterial.</p>			
<b>OBJETIVOS</b>			
<p>O estudo, frente ao arcabouço estrutural dos Direitos Humanos, da resposta penal ao autor da conduta punível, compreendendo o exame das teorias da pena, dos tipos de penas e sua aplicação, das medidas de segurança, da execução penal e seus incidentes, além das causas extintivas da punibilidade.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>CRIMES EM ESPÉCIES: 1 – Introdução: a estrutura da parte especial. 2 – Crimes contra a pessoa: Homicídio: espécies e generalidades. Participação em suicídio. Infanticídio. Aborto: espécies e generalidades. Lesão corporal, espécies e generalidades. Crimes de perigo para a vida e a saúde. Rixa. Crimes contra a honra e contra a liberdade individual: calúnia, injúria e difamação. Constrangimento ilegal. Ameaça. Seqüestro e cárcere privado. 3 – Crimes contra o patrimônio: Furto, espécies e generalidades. Roubo e extorsão, extorsão mediante seqüestro. Apropriação indébita. Estelionato e outras fraudes. Receptação. 4. Dos crimes contra a propriedade imaterial</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal. São Paulo: Saraiva. 2009  MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de Direito Penal. , São Paulo: Atlas. 2007  NUCCI. Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais. São Paulo. RT. 2008  GRECO, Rogério. Curso e Direito Penal. Impetus. 2008  CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva. 2010</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de direito penal. São Paulo: Saraiva, 1987.  DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. Renovar. Rio de Janeiro. 2010  PRADO, Luiz Régis. Curso de direito penal brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais 2007  JESUS. Damásio Evangelista de. Código Penal Comentado. São Paulo. Saraiva. 2006  ZAFFARONI, Eugenio Raul. Manual de Direito Penal. Parte geral, São Paulo. RT</p>			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	4°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO DO TRABALHO – I</b>	<b>C/H:</b>	80
<b>EMENTA</b>			
Evolução histórica do direito do Trabalho. Relação de emprego. Contrato Individual de trabalho. Empregado. Empregador. Conceito de remuneração e salário.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Constituição, evolução e estrutura do direito do trabalho. Formação, execução, alteração, suspensão e interrupção do contrato individual do trabalho.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1 – Introdução: conceito de trabalho, evolução e ordenamento jurídico do trabalho. A revolução industrial e a intervenção do Estado. A legislação do trabalho no Brasil. Campo de aplicação. Direito Internacional do Trabalho - OIT. Direito Constitucional do Trabalho. Conceito e fontes do Direito do Trabalho. Natureza jurídica do Direito do Trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. 2 – Relação de emprego: conceito e características da relação de emprego. Análise dos sujeitos e do objeto. O fato gerador da relação de emprego. Teorias. 3 – Contrato individual do trabalho. Contrato de trabalho: conceito e características. Contrato a prazo determinado. Lei 9601/98. Requisitos para a formação do contrato de trabalho: capacidade do agente, licitude do objeto. Consentimento. Forma e prova do contrato de trabalho. Alterações do contrato de trabalho. Interrupção e suspensão do contrato de trabalho. 4 – Empregado. Conceito e tipologia básica. Dever fundamental, deveres complementares e especiais - análise. Empregado doméstico e empregado rural - caracterização e estudo das leis específicas. 5 – Empregador. Conceito e tipologia básica. Direitos e deveres. 6 – Conceito de remuneração e de salário. Salário profissional e salário mínimo. Fixação do salário: modos, bases e critérios. Forma de pagamento do salário. Salário compressivo. Política salarial. Igualdade de salários. Proteção legal do salário: diante do empregador, do empregado e dos respectivos credores. Adicionais. Gratificação natalina. Salário família. Participação nos lucros.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
BARROS, Alice M. de, Curso de Direito do Trabalho. São Paulo. LTR. 2011 DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho, São Paulo. LTR 2011 MARTINS. Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo. Atlas. 2003 NASCIMENTO, Amaury Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. São Paulo: LTr 2005 SUSSEKIND, Arnaldo Lopes et al. Instituições de direito do trabalho. 19.ed. São Paulo: LTR 2000			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva. 2011 TEIXEIRA FILHO. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo. LTR. 2009 SAAD. Eduardo Gabriel Et Al. CLT Comentada. São Paulo. LTR. 2007 CATHARINO. José Martins. Tratado Jurídico do salário. São Paulo. LTR. 1997 ANDRADE. Everaldo Gaspar Lopes de. Princípios do Direito do Trabalho: Seus fundamentos teóricos filosóficos. São Paulo. LTR, 2008.			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	4°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL II – SENTENÇA E RECURSOS</b>	<b>C/H:</b>	80
<b>EMENTA</b>			
Dos Recursos; Dos Recursos para o Supremo Tribunal Federal e Supremo Tribunal de Justiça; Da Ação Rescisória. Da nova ordem Processual: alterações introduzidas pelo novo Código de Processo Civil acerca do tema: sentença e recursos.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudo do processo de conhecimento, com avaliação dogmática e crítica de suas fases intermediária de julgamento conforme o estado do processo e probatória. Análise do sistema probatório processual civil e estudo da sentença como prestação jurisdicional e do instituto da coisa julgada enquanto garantia constitucional. Discussão sobre o sistema dos Juizados Especiais Cíveis e, no âmbito das revisões jurisdicionais, da ação rescisória.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Da sentença e da coisa Julgada. Do processo nos tribunais. Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécies Ação Rescisória Da nova ordem Processual: alterações introduzidas pelo novo Código de Processo Civil acerca do tema: sentença e recursos.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense. 2005 DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito processo civil. São Paulo: Malheiros. 2009 WALBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010 GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. – São Paulo. Saraiva 2000 NERY JÚNIOR, Nelson e outros. Código de Processo civil comentado e legislação civil extravagante em vigor. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010 CÂMARA, Alexandre de Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 2011			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. v. 1. São Paulo: Saraiva. 2011 ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. São Paulo: Revista dos Tribunais 2008 DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros 2009 SILVA, Ovídio A. Baptista da. Curso de processo civil. Porto Alegre: Fabris, 2011 CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de Processo Civil. Bookseller. 2002 NEGRÃO, Theotônio. Código de Processo Civil e Legislação processual em vigor. Saraiva 2011 MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Recurso extraordinário e recurso especial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996. COSTA MACHADO. Código de Processo Civil Interpretado. 2011			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	4°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO ADMINISTRATIVO – II</b>	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
Contrato Administrativo. Administração Indireta. Reforma Administrativa e Terceiro Setor. Atuação do Estado no Domínio Econômico. Licitações Públicas. Tipos de licitação. Improbidade Administrativa. Responsabilidade Civil do Estado. Processo Administrativo.			
<b>OBJETIVOS</b>			
A disciplina busca apresentar ao estudante informações teórico-científica de relevância para o entendimento dos princípios do Direito Administrativo. Abrange a evolução histórica, o embasamento doutrinário, os princípios gerais, os conceitos, as categorias, os institutos, as problemáticas teóricas, o acervo terminológico específico, enfim, proporcionar conhecimentos específicos sobre o Direito Administrativo no momento atual.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1- Contrato Administrativo. Introdução. Conceito de contrato administrativo e de contrato da administração. Características gerais dos contratos administrativos. Prazo de duração dos contratos administrativos. Prerrogativas da administração nos contratos administrativos. Cláusulas exorbitantes. Poder de alteração unilateral do contrato. Fiscalização da execução do contrato. Ocupação temporária. Possibilidade de rescisão unilateral do contrato. Extinção dos Contratos administrativos. Anulação. Rescisão. 2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. Descentralização. Descentralização e desconcentração. Conceito. Características. Classificação. Autarquia. Fundação. Conceito. Natureza jurídica. Fundação de direito público. Fundação de direito privado. Empresas estatais. Sociedade de economia mista e empresa pública. Distinção quanto ao tipo de atividade. 3- Reforma Administrativa e Terceiro Setor. Reforma do Estado e administração gerencial. Contratos de gestão. Terceiro setor – entidades paraestatais. Serviços sociais autônomos. Organizações sociais (OS). Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). 4- Atuação do Estado no Domínio Econômico. Introdução. Ordem Econômica. Forma de Atuação Estatal. Estado Regulador. Estado Executor. Exploração Indireta. Monopólio Estatal. 5- Licitações Públicas. Introdução. Princípios orientadores das licitações públicas. Publicidade dos atos. Igualdade entre os licitantes. Sigilo na apresentação das propostas. Vinculação ao instrumento convocatório. Julgamento objetivo. Adjudicação obrigatória ao vencedor. Competitividade. Fase do procedimento licitatório. Modalidades de licitação. Concorrência. Tomada de preço. Convite. Concurso. Leilão. Pregão. Consulta. 6 – Tipos de licitação. Alienação de bens pela administração pública. Inexigibilidade e dispensa de licitação. Inexigibilidade de licitação. Dispensa de licitação. Licitação dispensável. Licitação dispensada. Anulação e revogação da licitação. 7- Improbidade Administrativa. Aspectos gerais. Base constitucional e regulamentação legal. Sujeitos passivos. Sujeitos ativos. Natureza das sanções cominadas e aplicadas. Procedimentos administrativos e ações judiciais. Juízo competente. Prescrição. 8- Responsabilidade Civil do Estado. Conceito. Evolução. – Responsabilidade objetiva decorrente de atuação administrativa, o art. 37§ 6º da Constituição Federal. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Responsabilidade decorrente de omissão da administração pública. Reparação de dano com base no art. 37 § 6º da CF.. Ação regressiva contra o agente causador do dano. Responsabilidade administrativa, civil e penal do agente público. Responsabilidade civil por atos legislativos e atos jurisdicionais. 9- Processo Administrativo e, no âmbito da Administração Federal (Lei 9.784/1999). Introdução. Abrangência. Princípios. Direitos e deveres dos administrados. Início do processo e legitimados a sua instauração. Impedimento e suspeição. Processo sumário. Sindicância. Verdade sabida. Forma, tempo e lugar dos atos do processo. Intimação do processo. Instrução e decisão. Desistência e extinção do processo. Recurso administrativo. Contagem de prazos. Controle da Administração Pública. Introdução. Classificação. Controle Legislativo. Controle exercido por meio de comissões. Controle exercido pelos tribunais de contas. Controle judicial. Meios de controle. Habeas corpus. Habeas data. Mandado de			

injunção. Mandado de segurança individual. Mandado de segurança coletivo. Ação popular. Ação civil. Recursos Administrativos. Controle Legislativo. Controle Judicial. Súmulas vinculantes. O Poder Público em Juízo. Capacidade Processual. Representação Judicial. Particularidades Processuais. Despesas Judiciais

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, .2009  
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 2010  
FILHO CARVALHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris 2009  
JUSTEN FILHO, Marçal, Curso de Direito Administrativo. São Paulo. Saraiva. 2012  
JUSTEN FILHO, Marçal. Comentário a Lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo. Dialética. 2011

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2011  
GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: São Paulo: Saraiva 2011  
MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais 2011  
FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade Mecum de licitações e Contratos. Editora Forum 2010  
FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Lei 8666/93 Comentada. Editora Forum. 2009

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	4°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO CONSTITUCIONAL –III</b>	<b>C/H:</b>	40
<b>EMENTA</b>			
1. Remédios Constitucionais; 2. Controle de constitucionalidade. 3. Demais ações Constitucionais. Análise dos aspectos processuais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com ênfase nas ações constitucionais e na evolução e peculiaridades do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade			
<b>OBJETIVOS</b>			
Desenvolver a formação humanística, técnico e prático-jurídica, além do juízo crítico e reflexivo sobre o fenômeno jurídico como forma de capacitar o bacharel em Direito na compreensão de tal fenômeno, no desenvolvimento da argumentação, da lógica, do raciocínio, na pesquisa e produção científica. Abordar os pontos mais importantes da disciplina, permitindo ao futuro profissional obter uma visão global e aprofundada do Direito Constitucional de forma crítica e reflexiva. Proporcionar aos alunos a compreensão do direito constitucional positivo brasileiro e do seu papel dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, especificamente no que tange aos aspectos processuais, habituando-os ao uso do texto constitucional como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
I. PROCESSO CONSTITUCIONAL: 1. Constituição e Processo. 2. Garantias Constitucionais Processuais. II. AÇÕES CONSTITUCIONAIS: 1. Habeas Corpus. 2. Habeas Data. 3. Mandado de Segurança individual e coletivo. 4. Mandado de Injunção. 5. Ação Popular. 6. Ação Civil Pública. III. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. 1. Noção, evolução, modalidades. 2. Controle difuso. 3. Controle concentrado genérico: 3.1. ADIN 3.2. ADC 3.3. ADPF 4. Controle concentrado por omissão. 5. Reclamação. 6. Representação interventiva.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas. 2010 SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros. 2088 ARAUJO, Luiz Alberto David de; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional, São Paulo: Saraiva. 2011 MENDES, Gilmar Ferreira, et al. Curso de Direito Constitucional. 4ª Ed. São Paulo. 2012			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. 22ª Ed. São Paulo. Malheiros. 2007 BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 2004 MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional, São Paulo: Atlas 2006 SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais. São Paulo: Malheiros 2008 MENDES, Gilmar Ferreira, et al. Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade. São Paulo. Saraiva. 2009			

## 5º PERÍODO

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	5º
DISCIPLINA:	DIREITO DO TRABALHO – II	C/H:	80
<b>EMENTA</b>			
Regulamento do Trabalho: Geral e Especial. Estabilidade, garantias de emprego e FGTS. Extinção do contrato de trabalho. Contratos especiais de trabalho. Relação Coletiva. Prescrição e Decadência.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Proporcionar aos acadêmicos um estudo analítico e reflexivo sobre as principais categorias jurídicas, institutos e princípios de Direito do Trabalho, definindo noções básicas e as normas tutelares do Direito Individual e Coletivo, buscando a contextualização para possibilitar o desenvolvimento da capacidade crítica relacionada aos temas da disciplina. Enfocar, no estudo, aspectos regionais, buscando um relacionamento da disciplina (direito material) com o Direito Processual do Trabalho e a Prática Jurídica Trabalhista. Estudar a contraprestação do trabalho prestado. Extinção do contrato individual de trabalho. Direito coletivo e relações coletivas de trabalho.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Regulamento do trabalho. Regulamentação geral do trabalho. Jornada de trabalho: trabalho extraordinário, trabalho noturno, horários de trabalho, turnos ininterruptos de revezamento, regime compensatório e intervalos. Repouso semanal e em feriados. Férias. Regulamentação do trabalho de mulheres e de menores. Regulamentação especial do trabalho. Estabilidade, Garantias de emprego e FGTS. Extinção do contrato de trabalho. Terminologia. Classificação das causas extintivas. Causas comuns: morte do empregado, dano moral, força maior e factum principis, aposentadoria. Ato fundado em justa causa. Princípios informadores das faltas graves. Análise dos arts. 482 e 483 da Consolidação das Leis do Trabalho. Faltas graves especiais. Extinção do contrato a prazo determinado. Extinção do contrato a prazo indeterminado. A forma na extinção do contrato de trabalho. Prescrição. Aviso prévio. Indenização de antigüidade. Indenização. Contratos especiais de trabalho: contrato de aprendizagem, trabalho temporário, trabalho avulso, contrato de estágio, contrato de atleta profissional, contrato de técnico estrangeiro. Relação Coletiva. Conceito e função dos sindicatos. Associações. Liberdade. Autonomia e unidade sindical. Dissídios. Convenções Coletivas. Greve. Estabilidade. Procedimento dos dissídios individuais e coletivos. Prescrição e Decadência			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
BARROS, Alice M. de. Curso de Direito do Trabalho, São Paulo: LTr 2011 CARRION, Valentim. Comentários a CLT. São Paulo: Saraiva 2011 DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho, São Paulo: LTr 2005 MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho, São Paulo: Atlas 2005 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho, São Paulo: LTr 2005 SUSSEKIND, Arnaldo Lopes.etc. al. Instituições de Direito do Trabalho, São Paulo: LTr 2000			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
SAAD, Eduardo Gabriel. Etc. Al. CLT Comentada. São Paulo: LTr, 2007 CATHARINO, José Martins. Tratado Jurídico do Salário. São Paulo: LTr, 1997 ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Princípios de Direito do Trabalho: seus fundamentos teóricos e filosóficos. São Paulo. LTR. 2008. TEIXEIRA FILHO. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo. LTR. 2007			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	5°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO CIVIL IV – DIREITO DAS COISAS</b>	<b>C/H:</b>	80
<b>EMENTA</b>			
Condomínio. Incorporações. Direitos reais nas coisas alheias de uso e gozo. Efitense. Servidão. Hipoteca. Penhor. Anticrese			
<b>OBJETIVOS</b>			
As relações jurídicas reais, estudo da posse, propriedade e sua função social a partir da perspectiva constitucional, propiciando ao aluno conhecimento teórico-prático consistente, capacitação e competência para a aplicação do direito aos problemas hodiernos da vida social, especialmente no tocante à relação jurídica estabelecida entre o homem e as coisas e seus reflexos no direito de propriedade. As relações jurídicas reais, estudo do instituto denominado condomínio, Efitense, Servidão, hipoteca, penhor, e a função social a partir da perspectiva constitucional.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Teoria Geral dos Direitos Reais. Conceituação e taxinomia dos Direitos Reais. Princípios orientadores. Seqüela. Preferência. Distinções entre Direitos Reais e demais direitos patrimoniais. Teoria Clássica. Teoria personalíssima. Posição atual. Classificação dos Direitos Reais. Enumeração dos Direitos Reais. Posse. Distinção entre detenção, posse e propriedade (teorias básicas). Noções fundamentais da posse (conceituação, natureza, objeto, etc). Composses. Servidores da posse. Aquisição, perda e classificações da posse. Efeitos da posse. Direitos aos interditos possessórios. Direitos aos frutos. Direito de retenção. Direito a indenização. Propriedade. Descrição analítica, sintética e descritiva. Histórico do Direito de propriedade. Sujeitos e objeto do Direito de propriedade. Modalidades de propriedades. Propriedade perpétua e resolúvel. Propriedade plena e restrita. Propriedade mobiliária e imobiliária. Propriedade rural e urbana. Limitações ao direito de propriedade. Aquisição de propriedade. Aquisição pela transcrição. Matrícula. Compreensão. Histórico. Outros modos: acessão; usucapião e sucessão hereditária. Sistema registrário imobiliário. Princípios. Procedimento registral. Retificações de registro. Da desapropriação. Ocupação. Especificação. Confusão, comissão, adjunção e tradição. Condomínio ou co-propriedade. Condomínio tradicional. Formação e modo de exercício. Extinção. Condomínio em edificações. Incorporações. Disposições legais sobre os direitos dos condôminos. Direitos Reais nas coisas alheias de uso e gozo. Efitense. Servidão. Conceito e caracterização. Espécies de servidão. Constituição e extinção. Usufruto. Uso. Hipoteca: conceito, compreensão, tratamento jurídico; espécies de hipoteca, extinção. Penhor: conceito e caracterização. Espécies de penhor: comum, rural, industrial. Anticrese: conceito, caracterização.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
NADER. Paulo. Curso e Direito Civil. São Paulo. Atlas. 2011 DINIZ. Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito das Coisas. Saraiva. 2007 VENOSA. Sílvio de Salvio. Direito Civil. São Paulo. Saraiva. 2010 PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Teoria do Direito Privado. Bookseller. 2007			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
DINIZ. Maria Helena. Código Civil Anotado. Saraiva. 2010 NERY JUNIOR, Nelson et al. Código Civil Comentado. Saraiva. 2011 COSTA MACHADO. Código Civil Interpretado. Manoel. 2011 MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. Direito das Coisas. Saraiva. 2011			

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	5°
DISCIPLINA:	DIREITO PENAL IV	C/H:	80
<b>EMENTA</b>			
<p>Dos crimes de concorrência desleal. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a liberdade sexual. Da corrupção de menores. Do lenocínio e do tráfico de pessoas. Do ultraje público ao pudor. Dos crimes contra a família: Dos crimes contra o casamento. Dos crimes contra o estado de filiação. Dos crimes contra a assistência familiar. Dos crimes contra o pátria poder tutela ou curatela. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes de perigo comum. Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos. Dos crimes contra a saúde pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Da moeda falsa. Da falsidade de títulos e outros papéis públicos. Da falsidade documental. De outras falsidades. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral. Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira. Dos crimes contra a administração da Justiça. Dos crimes contra as finanças públicas.</p>			
<b>OBJETIVOS</b>			
<p>Estudo acerca da Parte Especial do Código Penal desde os ângulos dogmático, criminológico e político-criminal.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Dos crimes de concorrência desleal. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a liberdade sexual. Da corrupção de menores. Do lenocínio e do tráfico de pessoas. Do ultraje público ao pudor. Dos crimes contra a família: Dos crimes contra o casamento. Dos crimes contra o estado de filiação. Dos crimes contra a assistência familiar. Dos crimes contra o pátria poder tutela ou curatela. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes de perigo comum. Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos. Dos crimes contra a saúde pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Da moeda falsa. Da falsidade de títulos e outros papéis públicos. Da falsidade documental. De outras falsidades. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral. Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira. Dos crimes contra a administração da Justiça. Dos crimes contra as finanças públicas.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva 2010          DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 6ª ed. Rio de Janeiro. Renovar 2010          GREGO, Rogério. Curso de Direito Penal. Rio de Janeiro: Impetrus 2008          MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal: parte geral- arts 1º a 120º do CP. 17.ed São Paulo:Atlas 2007          NORONHA, Edgard Magalhães. Direito Penal. (parte Geral) 36ªed. São Paulo: Saraiva 2009</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>NUCCI, Guilherme de Souza. Leis Penais e Processuais penais. São Paulo: RT 2009          BECCARIA, Cesare de Bonesana, Marquês de. Dos delitos e das penas. São Paulo: Martins Fontes 2005          TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de direito penal. São Paulo: Saraiva 2005          JESUS. Damásio Evangelista de. Código Penal Comentado. São Paulo. Saraiva. 2006</p>			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	5°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL III – EXECUÇÃO</b>	<b>C/H:</b>	80
<b>EMENTA</b>			
<p>Processo de Execução. Títulos judiciais e extrajudiciais. Espécies de Execução – execução de obrigação de fazer e não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Cumprimento de sentença – Liquidação de sentença. Execução contra a Fazenda Pública. Embargos à Execução e Embargos de Terceiro. Arrematação. Remissão. Suspensão e Extinção da Execução. Novo Direito Processual Civil: aspectos relevantes da reforma do novo CPC.</p>			
<b>OBJETIVOS</b>			
<p>Estudo da jurisdição executiva como uma das formas de prestação jurisdicional efetiva e tempestiva, com ênfase no conhecimento dos fundamentos teóricos da execução e desenvolvimento da dogmática no procedimento de cumprimento de sentença e no processo de execução de títulos extrajudiciais.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>1. Teoria Geral do Processo de Execução. 2. Das Partes e dos requisitos. 3. Competência e responsabilidade patrimonial. 4. Das Diversas espécies de execução – Considerações preliminares 5. A Execução para coisa certa 6. A execução para coisa incerta 7. A Execução da obrigação de fazer e não fazer. 8. A Execução por quantia certa contra devedor solvente: . considerações preliminares . citação do devedor e a nomeação de bens . penhora, intimação, avaliação 9. Arrematação: . considerações gerais . procedimento da arrematação . pagamento ao credor 10. Remição: 11. Execução contra a Fazenda Pública e seus pressupostos. 12. Execução de Prestação alimentícia. 13. Embargos do Devedor: . Disposições gerais . Formas de procedimentos dos embargos 14. Dos Embargos à execução fundada em sentença 15. Dos Embargos à execução fundada em título extrajudicial. 16. Dos Embargos à arrematação e à adjudicação. 17. Dos Embargos na execução por carta 18. Execução por quantia certa contra devedor insolvente: . Da insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio . Da declaração judicial de insolvência 19. A suspensão e extinção do processo de execução. Novo Direito Processual Civil: aspectos relevantes da reforma do novo CPC.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense. 2003 DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito processo civil. São Paulo: Malheiros. 2004 GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. – São Paulo. Saraiva 1003 NERY JÚNIOR, Nelson e outros. Código de Processo civil comentado e legislação civil extravagante em vigor. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010 CÂMARA, Alexandre de Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 1003</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. v. 1. São Paulo: Saraiva. 2003 ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. São Paulo: Revista dos Tribunais 2000 DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros 2010 SILVA, Ovídio A. Baptista da. Curso de processo civil. Porto Alegre: Fabris, 2005 CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de Processo Civil. Bookseller. 2004 NEGRÃO, Theotônio. Código de Processo Civil e Legislação processual em vigor. Saraiva 2010 COSTA MACHADO. Código de Processo Civil Interpretado. 2011</p>			

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	5°
DISCIPLINA:	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	C/H:	80
<b>EMENTA</b>			
Introdução ao estudo do Direito Processual Penal . Processo, Procedimento e Princípios do Processo Penal. Tipos de processo penal – Acusatório – Inquisitivo – Misto - Eficácia da lei processual penal no tempo e no espaço. Imunidades. Fontes do Direito processual penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Ação Civil. Sujeitos processuais. Jurisdição e Competência. Questões e Processos Incidentes.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudo da Teoria Geral do Direito processual Penal, tendo em vista ademais a investigação preliminar, a Ação Penal, a Jurisdição e suas delimitações de competência, bem como as conseqüentes questões incidentais que possam ocorrer no direito processual penal.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1 – Introdução ao estudo do Direito Processual Penal –conceito – Denominação - Relações com outros direitos Legislação Brasileira. 2 - Jurisdição e Competência conceito de jurisdição. Jurisdição penal ordinária e especial -Características da Jurisdição - Princípios da jurisdição - Finalidades da jurisdição -Espécies de Jurisdição - Jurisdição necessária - Conceito de competência - Espécies de competência -Critérios para saber qual juiz competente - Competência absoluta e relativa - Delegação de competência - Competência pelo lugar da infração - Competência por distribuição - Competência por conexão - Competência por continência Foro prevalente - Separação de processos - Competência por prevenção. 3 - Processo - Processo, procedimento e relação jurídica processual - Elementos identificadores da relação processual - Sujeitos processuais - Objeto da relação processual - Pressupostos processuais - Formas de procedimento - Princípios gerais informadores do processo – Imparcialidade do juiz, Igualdade processual - contraditório - ampla defesa - da disponibilidade e da indisponibilidade – Oficialidade – Oficiosidade – Da motivação das decisões judiciais – Publicidade – Lealdade processual – Economia processual – Duplo grau de jurisdição. Pretensão punitiva - Princípios informadores do processo penal 4 – Verdade real – Legalidade – Oficialidade – Autoritariedade – Indisponibilidade – Publicidade – Contraditório – Iniciativa das partes – Devido processo legal – Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos – Estado de Inocência – Favor rei. - Tipos de processo penal – Acusatório – Inquisitivo – Misto - Eficácia da lei processual penal no tempo e no espaço. 5 - Imunidades - Imunidades Diplomáticas - Imunidades parlamentares - Prerrogativas de foro - Imunidade para servir de testemunha 6 - Fontes do Direito processual penal – Conceito – Espécies - Fontes de produção - Fonte formal – Costume - Princípios gerais do direito - Lei processual 7 - Inquérito Policial – Conceito – Natureza - Instauração do inquérito - Atos da autoridade policial Formas de inquérito - Poderes e deveres da Autoridade Policial - O inquérito e o direito de defesa - A remessa do inquérito a juízo - Prazo para conclusão do inquérito - Valor das provas colhidas no inquérito - Arquivamento do inquérito 8 - Ação Penal – Conceito – Características - Espécies de ação penal no direito brasileiro - As condições da ação penal – possibilidade jurídica do pedido – Interesse de agir – Legitimação para agir. Ação penal pública incondicionada – Titularidade e os princípios que a regem - Ação penal pública condicionada: a representação do ofendido e a requisição do Ministro da Justiça . Ação penal privada e os princípios que a regem. 9- Ação Civil Ex Delicto. Considerações preliminares – Conceito – Sistemas de Reparação – Sistema Pátrio – Efeitos da condenação penal no plano Cível – Efeitos da Condenação Penal não condenatória – Sentença que concede o perdão Judicial – Juizados Especiais – Legitimação – Competência. 10- Sujeitos Processuais. Juiz – Ministério Público – Querelante – Acusado – Defensor – Defensor constituído – Defensor Dativo – Curador – Assistente. 11- Competência Conceito – Critérios de fixação da competência – Competência material – Competência funcional – Competência absoluta e relativa – As jurisdições especiais e comuns –			

Critério Territorial – Competência por conexão ou continência – Separação de processos – Competência por prerrogativa de função. 12- Questões e processos Incidentes. Questões prejudiciais – Incidentes previstos no código de Processo Penal – Exceções – Incompatibilidades e Impedimentos – Conflito de Jurisdição – Conflito de Atribuições – Medidas Assecuratórias -

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CAPEZ , Fernando. Curso de Processo Penal. 7ª ed. São Paulo, Saraiva, 2009  
GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. 6ª ed. São Paulo: Saraiva 2001  
BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de Processo Penal. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva 2008  
MIRABETTE, Julio Fabrini. Processo Penal, 18ª Ed. São Paulo, Atlas 2008

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

RANGEL, Paulo – Direito Processual Penal – 13 ed., Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.  
CARNELUTTI, Francesco. As misérias do processo penal. Tradução. ED. CONAN, 2000  
FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Prática de Processo Penal, Ed. Saraiva, 1997.  
MIRABETTE, Júlio Fabrini. Código de processo Penal Interpretado. Ed. Atlas, São Paulo.2009  
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado – Ed. RT/. 2011  
JESUS, Damásio E. de. Código de Processo Penal Anotado. Ed. Saraiva. 2009

**6° PERÍODO**

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>6°</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL</b>	<b>C/H:</b>	<b>80</b>
<b>EMENTA</b>			
Leis federais e seus aspectos penais e processuais penais. Leis federais aspectos processuais penais. Contravenções penais.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Sedimentar visão geral das ciências criminais, comungando os conhecimentos já transmitidos durante a abordagem ao Código Penal, em sua inteireza, com aqueles pertinentes as leis penais especiais, norteados pelos ensinamentos da doutrina e jurisprudência mais abalizadas, arraigando o uso de linguagem técnico-jurídica e aguçando nos discentes uma postura critica, movida por constante argumentação e reflexão.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Leis federais e seus aspectos penais e processuais penais: Abuso de autoridade e tortura (lei 4.898/65 e 9.455/97); Código de defesa do Consumidor (lei 8078/90); Discriminação racial (lei 7.716/89); Estatuto do desarmamento (lei 10.826/03); Estatuto da criança e do adolescente (lei 8069/90); Estatuto do Idoso (lei 10.741/03); Lei antidrogas (lei 11.343/06); Nova lei de falências (lei 11.101/05); Genocídio (2.889/56); crimes econômicos (leis 8137/90; 9613/98 e 7.492/86); Meio ambiente (lei 9.605/98 e demais leis correlatas, inclusive no âmbito estadual); Trânsito (9.507/97). Leis federais aspectos processuais penais: Crimes Hediondos (lei 8072/90); Crime organizado (lei 9034/95); Juizado especial criminal (lei 9099/95) e Proteção a mulher (lei 11340/06). Contravenções penais: Decreto-Lei 3.688/41; retenção de documentos (lei 5.553/68);			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
CAPEZ, Fernando. Curso De Direito Penal: Legislação Penal Especial, Vol. 4. Ed. São Paulo: Saraiva 2011 GOMES, Luiz Flavio; CUNHA, Rogério Sanches. Legislação Criminal Especial. São Paulo: RT 2010 NUCCI, Guilherme de Souza. Leis Penais e Processuais Penais Comentadas. Ed. São Paulo: RT 2010 MORAES, Alexandre de. Legislação Penal especial. São Paulo. Atlas 2010			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
ARRUDA, Samuel Miranda. Drogas: Aspectos Penais E Processuais Penais. São Paulo: Método 1990 CAPEZ, Fernando. Legislação Penal Especial, São Paulo, Saraiva. 2010 SILVA, Amaury. Lei De Drogas anotda artigos por artigos.. São Paulo: RT. 2006 ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto Da Criança E Do Adolescente. Ed. São Paulo: Atlas. 2010 JESUS, Damásio Evangelista. Crimes De Trânsito: Anotações A Parte Criminal. São Paulo: Saraiva. 2006 SILVA, Jose Geraldo; LAVORENTI, Wilson; GENOFRE, Fabiano. Leis penais especiais anotadas. 6ª Ed. Campinas: Millenium Editora. 2002			

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	6°
DISCIPLINA:	DIREITO CIVIL V – Responsabilidade Civil	C/H:	80
<b>EMENTA</b>			
RESPONSABILIDADE CIVIL. 1- Ato ilícito e responsabilidade civil. 2- Dever de indenizar 3- autor do dano e pessoas solidárias 4- Responsabilidade Civil e Criminal – independência 5- Danos causados por animais 6- Responsabilidade Civil Subjetiva 7- Responsabilidade Civil Objetiva 8- Exclusão da Responsabilidade 9- Indenização.			
<b>OBJETIVO</b>			
Entender as funções e estudar os elementos caracterizadores da responsabilidade civil. Distinguir, diante do caso concreto, as diferentes formas de responsabilização civil previstas no ordenamento jurídico, aplicando as teorias correlatas. Analisar e discutir jurisprudência relativa às diferentes formas de responsabilização civil.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
RESPONSABILIDADE CIVIL. 1- Ato ilícito e responsabilidade civil. 2- Dever de indenizar 3- autor do dano e pessoas solidárias 4- Responsabilidade Civil e Criminal – independência 5- Danos causados por animais 6- Responsabilidade Civil Subjetiva 7- Responsabilidade Civil Objetiva 8- Exclusão da Responsabilidade 9- Indenização.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
NADER, Paulo. Curso de direito civil: Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense 2006 VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: responsabilidade civil. São Paulo: Atlas 2004 VENOSA, Sílvio de Salvo. Venosa, Código Civil Interpretado. São Paulo : Atlas 2004 DINIZ, Maria Helena. Curso de direito Civil: responsabilidade civil. 2 São Paulo: Saraiva. 2010 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. 4. ed. São Paulo: Saraiva 2010 PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil: teoria das obrigações São Paulo: Saraiva. 2010			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
PEREIRA, Caio Mário da Silva: Instituições de direito civil: parte geral. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. t.III. MONTEIRO, Washington de Barros. Direito Civil. Responsabilidade Civil. Saraiva. 2011 DINIZ. Maria Helena. Código Civil Comentado. Saraiva. 2006 COSTA MACHADO. Código Civil interpretado. Manoel. 2011 NERY JUNIOR. Nelson. Código Civil Comentado. Saraiva. 2010			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	6°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV – CAUTELARES E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS</b>	<b>C/H:</b>	80
<b>EMENTA</b>			
<p>Processo cautelar e tutela de urgência. Pressupostos e requisitos processuais. Classificações. Poder Geral de Cautela do Juiz – Constituição Federal e art. 798 e 799 do CPC. Discricionariedade (possibilidade de escolha ou opção dentro dos limites traçados pela lei) e limites (restrições aos pressupostos). Tutela cautelar e tutela antecipatória. Procedimento geral do processo cautelar. Sentença. Procedimentos cautelares específicos. Ação de Consignação em Pagamento. Ação de Depósito. Ação de anulação e substituição de títulos ao Portador. Ação de Prestação de Contas. Ações Possessórias. Ação de Nunciação de Obra Nova. Ação de Usucapião. Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares. Inventário e Partilha. Ação de Habilitação. Ação de Restauração de autos. Vendas a Crédito com Reserva de Domínio. Ação Monitoria. Juízo Arbitral. Adequações do novo Código de Processo Civil.</p>			
<b>OBJETIVOS</b>			
<p>Estudo da jurisdição de urgência pelos seus principais mecanismos, o instituto da antecipação de tutela e o processo cautelar, bem como de procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, com foco no devido processo legal e na prestação jurisdicional efetiva e tempestiva. Estudo dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, com foco no devido processo legal e na prestação jurisdicional efetiva e tempestiva.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Do Processo Cautelar. Das Medidas Cautelares Das ações possessórias – reintegração de posse; manutenção de posse; interdito proibitório; usucapião, divisão e remarcação de terras particulares. Dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: Ação de consignação em pagamento; Ação de depósito; Ação de anulação e substituição de títulos ao portador; Ação de prestação de contas; Ações possessórias; considerações gerais sobre a posse e a proteção possessória; Disposições gerais relativas às ações possessórias; ações de manutenção e reintegração de posse; interdito proibitório; a tutela da posse e o litisconsórcio multitudinário; Ação de nunciação de obra nova; Ação de usucapião; Ação de divisão e demarcação de terras particulares; Inventário e partilha; Ação de habilitação; Ação de restauração de autos; Vendas a crédito com reserva de domínio; Ação monitoria. Pata todos os itens anteriores: Considerações gerais; Natureza Jurídica dos Institutos; regras procedimentais; Cabimento; Particularidades; valor da causa; resposta; Outras possibilidades: Juízo arbitral; Dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária; Juizados Especiais Cíveis. Adequações ao novo Código de Processo Civil</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol. II, 49ª ed., Editora Forense, Rio de Janeiro: 2014; THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol. III, 44ª ed., Editora Forense, Rio de Janeiro.; WAMBIER, Luiz Rodrigues e TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil. Vol. 3, 11ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo; NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. Código de Processo Civil Comentado e Legislação Civil Extravagante. 14ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo:.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>GAJARDONI, Fernando da Fonseca e SILVA, Márcio Henrique mendes da. Manual dos Procedimentos Especiais Cíveis: da Legislação Extravagante. 2ª ed., Editora Método, São Paulo; MARINONI, Luiz Guilherme e MITIDIERO, Daniel. Código de Processo Civil. 3ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo; MARINONI, Luiz Guilherme e ARENHART, Sergio Cruz. Curso de Processo Civil: Procedimentos Especiais. 2ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo; CÂMARA, Alexandre de Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Vol. III, 17ª ed., Editora Lumen Juris, Rio de</p>			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	6°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL - II</b>	<b>C/H:</b>	80
<b>EMENTA</b>			
Teoria da Prova. Provas em Espécie. Prisão. Liberdade Provisória. Da comunicação dos Atos Processuais, da Sentença e dos Atos Jurisdicionais. Procedimento e Processo. Procedimentos: Disposições Gerais. Procedimento Comum: Ordinário e Sumário (Crimes de Competência do Juiz Comum). Procedimento dos Crimes da Competência do Tribunal do Júri. Processos Especiais. Juizados Especiais Criminais. Suspensão Condicional do Processo. Nulidades.			
<b>OBJETIVOS</b>			
A abordagem acerca da Teoria Geral das Provas processuais Penais, dos Procedimentos em matéria penal, da Sentença Penal, bem como das prisões.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>01. Teoria da Prova. Conceito – finalidade, Objeto da prova – Alegações excluídas da atividade probatória – Presunções – Meios de prova – Procedimento probatório – classificação da Prova – Prova emprestada – Provas ilícitas e provas ilegítimas – Princípios que informam a atividade probatória – sistemas de apreciação das provas – Ônus da Prova – A questão da constitucionalidade do art. 156, I. 02. Provas em Espécie. Perícias peritos – Laudo pericial – Perícia por Precatória – Valor probatório do Laudo Pericial – Exame de Corpo de delito – Demais perícias previstas no Código De processo penal – Interrogatório do acusado – Confissão – Perguntas ao ofendido – Prova testemunhal: conceito, direitos, deveres, classificação – Reconhecimento de pessoas e coisas – Acareação – Prova documental – Prova indiciária – Busca e apreensão. 03. Da Prisão – Conceito e modalidades – Cautelaridade: social e processual – Prisão e inviolabilidade de domicílio – Prisão Especial – Mandado de prisão – prisão em Flagrante – Prisão Preventiva – Lei antidrogas e dos Crimes Hediondos – Prisão Temporária.</p> <p>04. liberdade provisória – conceito – hipóteses de cabimento – Classificações – Liberdade provisória vinculada sem fiança – Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação – Liberdade provisória mediante fiança - conceito de fiança. 05. Da comunicação dos atos processuais, Da Sentença e dos Atos Jurisdicionais. – Atos processuais – classificação dos atos jurisdicionais – Classificação das decisões – Comunicação dos atos processuais – Partes ou requisitos da sentença – Prazos – Princípio da correlação – Matérias que independem da alegação – Autonomia decisória do Juiz – Emendatio Libelli – Mutatio Libelli – Prescrição – Sentença absolutória – Sentença condenatória – Publicação – Intimação. 06- Procedimento e Processo – Noções introdutórias – Pressupostos processuais – Sistemas de processo penal – Fases procedimentais – Procedimento monofásico e procedimento bifásico – Procedimento comum e procedimentos especiais – Concurso de procedimentos. 07- Procedimentos: Disposições Gerais. Procedimento Comum: Ordinário e sumário (Crimes de competência do Juiz Comum). – Procedimentos: disposições Gerais – Procedimento comum ordinário – Procedimento comum sumário. 08. Procedimento dos Crimes da Competência do Tribunal do Júri – Considerações preliminares: sistemas de júri – Princípios constitucionais – A reforma do procedimento do Júri – Procedimento bifásico – Organização do Júri – Dos Jurados – Primeira fase – Pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária – Segunda fase – Desaforamento – Da organização da pauta – Julgamento em Plenário – Quesitos – Votação – Sentença – Atribuições do Juiz Presidente. 09. Processos Especiais – Introdução – Processo dos Crimes de falência e a nova lei falimentar – Processos dos crimes contra a honra – Processo dos crimes contra a propriedade imaterial. 10- Juizados Especiais Criminais – Introdução – Competência – Princípios e finalidades – Fase preliminar – Conciliação – Transação penal – Procedimento sumaríssimo – Audiência de Instrução e Julgamento – Sentença – Execução. 11- Suspensão condicional do processo – Introdução – Admissibilidade – Requisitos – Propositura, aceitação e</p>			

homologação – Período de prova – condições – Causas de revogação – prorrogação do período de prova – Extinção da punibilidade. 12- Nulidades – Noções preliminares – Sistema de instrumentalidade das formas – Atos inexistentes – Atos irregulares – Espécies de nulidade – Princípios referentes às nulidades – Nulidades do art.564 do CPP – Convalidação dos atos atípicos – Nulidades na Lei 9099/95 – Inquérito Policial.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ , Fernando. Curso de Processo Penal. 7ª ed. São Paulo, Saraiva, 2009  
GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. 6ª ed. São Paulo: Saraiva 2010  
BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de Processo Penal. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva 2010  
MIRABETTE, Julio Fabrini. Processo Penal, 18ª Ed. São Paulo, Atlas 2009

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RANGEL, Paulo – Direito Processual Penal – 13 ed., Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.  
CARNELUTTI, Francesco. As misérias do processo penal. Tradução. ED. CONAN 2003  
FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Prática de Processo Penal, Ed. Saraiva 2005  
MIRABETTE, Júlio Fabrini. Código de processo Penal Interpretado. Ed. Atlas, São Paulo. 2009  
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado – Ed. RT/. 2010  
JESUS, Damásio E. de. Código de Processo Penal Anotado. Ed. Saraiva. 2009

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	6°
DISCIPLINA:	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - I	C/H:	8 0

<b>EMENTA</b>
Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho. Organização e Acesso à Justiça do Trabalho. - Ministério Público do Trabalho. Competência. Ação Trabalhista. Atos, Termos, Prazos e Despesas Processuais. Partes, Procuradores e Intervenção de Terceiros. Petição Inicial. Tutela Antecipada. Audiência. Resposta do Réu. Provas. Nulidades Processuais.
<b>OBJETIVOS</b>
Conceito; princípios; formas de soluções dos conflitos laborais; organização e competência da justiça do trabalho. Dissídio Individual; petição inicial; resposta do réu; audiência; produção de prova; sentença e coisa julgada.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
1 – Características e princípios informadores do Direito Processual do Trabalho. 2 – Organização e competência da Justiça do Trabalho. 3 – Dissídios individuais: As partes e sua representação. Legitimação processual. Capacidade postulatória. Substituição processual. Intervenção de terceiros; Forma e ajuizamento da reclamação. Nulidades. Petição Inicial: requisitos, valor da causa. Assistência judiciária gratuita, alteração do pedido; A notificação inicial. Audiência. Defesa direta e indireta: formas e procedimentos. Reconvenção. Conciliação. Homologação; A prova no processo do trabalho. Ônus da prova. Meios de prova: documental, pericial, testemunhal, depoimento pessoal e inspeção judicial. A confissão. Indícios e presunções. Prova emprestada. A sentença. Estrutura. Valor da condenação. Custas. Julgamento "extra, ultra, citrapetita". Coisa julgada. Recursos. Pressupostos. Recurso ordinário. Recurso de revista. Embargos. Agravo de petição. Agravo de instrumento. Recurso adesivo. Agravo regimental. Recurso extraordinário. Embargos de declaração. Procedimentos especiais: correição parcial. Ação Rescisória. Inquérito judicial para apuração de falta grave. Mandado de segurança. Ação de consignação e pagamento. Habeas corpus. Ação monitória. Medidas cautelares. Tutela antecipada. Ação de Cumprimento. Dissídios coletivos. Noções gerais.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho São Paulo: Atlas 2007 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva 2010 LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo. LTr 2007 TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Curso de Direito Processual do trabalho. São Paulo: LTr 2007 SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. São Paulo. LTr 2009
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000. SAAD, Eduardo Gabriel. Comentários a CLT. São Paulo. LTr. 2009 ALMEIDA. Amadeu Paes de. CLT Comentada. Saraiva.2007

7º Período

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	7º
DISCIPLINA:	DIREITO CIVIL - VI –FAMÍLIA	C/H:	80
<b>EMENTA</b>			
Evolução do Direito de Família; Casamento. Parentesco. Regime de Bens. Alimentos. Bem de Família. União Estável. Tutela e Curatela.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudo do Direito de Família, seus efeitos pessoais e patrimoniais a partir da perspectiva da evolução social, efetiva e econômica.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Do Direito de Família Do casamento Das relações de parentesco Do regime de bens entre os cônjuges Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores Dos alimentos Do bem de família Da união estável Da tutela e da curatela.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Direito de Família. 2007 NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. Direito de Família. Forense. 2011 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Saraiva. 2006 RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Família. São Paulo: Editora Saraiva. 2007 VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Contratos. São Paulo: Editora Atlas. 2007			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil: Direito das sucessões. Forense. 2002 MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: Direito de Família. Saraiva. 2003 VENOSA, Silvio de Salvo. Código Civil Interpretado. Atlas. 2007 GAGLIANO, Pablo Stolze e outro. Novo Curso e Direito Civil. Direito de Família. Saraiva. 2010			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	7°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL - III</b>	<b>C/H:</b>	80
<b>EMENTA</b>			
Teoria Geral dos Recursos. Recurso em Sentido Estrito. Apelação. Embargos de Declaração. Embargos Infringentes e de Nulidade. Agravos. Carta Testemunhável. Correição Parcial. Recurso Extraordinário. Recurso Especial. Recurso ordinário Constitucional. Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado de Segurança.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Abordagem temática sobre os Vícios Processuais Penais, os recursos e Ações autônomas de Impugnação em matéria penal, bem como os meios de impugnação em Execução penal.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Teoria Geral dos Recursos – Conceito = Fundamentos – Princípios – Reexame necessário ou recurso de ofício – Requisitos ou pressupostos de admissibilidade: o juízo de prelibação antecede o de delibação – Efeitos. 2 Recurso em Sentido Estrito – Noções preliminares – Cabimento – Hipóteses do art. 581 do CPP – Competência – Prazos e Procedimentos – Efeitos. 3 Apelação – Noções Preliminares – Legitimidade – Hipóteses de cabimento – Decisões do Tribunal do Júri – Prazo e Processamento – Efeitos – Recolhimento à prisão para apelar: legislação extravagante – Lei 9099/95 – Reformatio in pejus e reformatio in melius. 4 Embargos de Declaração – Noções preliminares – cabimento – prazo e processamento – Lei 9099/95. 5 Embargos Infringentes e de Nulidade – Noções Gerais – cabimento – competência – legitimação – procedimento – efeitos – interposição no STF. 6 Agravos – Espécies de Agravo previstas no sistema processual penal – Agravo em execução. 7 Carta Testemunhável – Noções preliminares – cabimento – Prazo e processamento – efeitos. 8 Correição Parcial – conceito e natureza jurídica – cabimento – legitimidade – procedimento – efeitos. 9 Recurso Extraordinário – Introdução – Cabimento – Legitimidade – procedimento – Efeitos 10 Recurso Especial – Noções gerais – Cabimento – Legitimidade – Procedimento – Efeitos. 11 Recurso Ordinário constitucional – Breve preliminar – Cabimento – procedimento. 12 Revisão Criminal – Noções preliminares – legitimidade – competência – Pressupostos e admissibilidade – Cabimento – procedimento – Julgamento e efeitos – Indenização por erro judiciário. 13 Habeas Corpus – Noções Introdutórias – Espécies – Legitimidade – competência – Cabimento – Processamento – Recursos – Efeitos. 14 Mandado de Segurança contra Ato Jurisdicional – Conceito e natureza Jurídica – Legitimidade – Cabimento – Competência – Prazo e Processamento -			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
CAPEZ , Fernando. Curso de Processo Penal. 7ª ed. São Paulo, Saraiva, 2007 GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. 6ª ed. São Paulo: Saraiva 2003 BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de Processo Penal. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva 2006 MIRABETTE, Julio Fabrini. Processo Penal, 18ª Ed. São Paulo, Atlasb2003			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
RANGEL, Paulo – Direito Processual Penal – 13 ed., Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007. CARNELUTTI, Francesco. As misérias do processo penal. Tradução. ED. CONAN, 2000 FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Prática de Processo Penal, Ed. Saraiva, 1997. MIRABETTE, Júlio Fabrini. Código de processo Penal Interpretado. Ed. Atlas, São Paulo. 2007 NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado – Ed. RT/2010 JESUS, Damásio E. de. Código de Processo Penal Anotado. Ed. Saraiva.2009			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	7°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO EMPRESARIAL I – SOCIEDADES COMERCIAIS</b>	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
Evolução histórica do direito Comercial. O comerciante. Teoria da Empresa e do estabelecimento comercial. Sociedades comerciais. Acionistas. Órgãos da Sociedade. Transformação, incorporação, fusão e cisão. Dissolução. Liquidação e extinção das sociedades.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudo da definição conceitual de empresa, empresário e tipos societários, bem como dos contratos empresariais e dos direitos de propriedade industrial.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Direito Comercial: noções gerais, histórico e fontes. O Comerciante. A capacidade e os impedimentos para o exercício do comércio. As obrigações e livros dos comerciantes. Teoria da empresa e do estabelecimento comercial. O registro da empresa e o nome empresarial. O comerciante individual. As sociedades mercantis: conceito, classificação e constituição. A personalidade jurídica das sociedades comerciais. Efeitos da Personalificação. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica das sociedades mercantis. Sociedades por cotas de responsabilidade limitada. Natureza jurídica. Características. Capital social. Cotas sociais. Responsabilidade dos sócios e dos gerentes. Direito de recesso. Sociedades Anônimas. Natureza Jurídica. Características. Constituição. Capital social. Valores mobiliários. Direitos e obrigações dos acionistas. Acionista controlador. Proteção dos acionistas minoritários. Órgãos da Sociedade: Assembléia Geral, Conselho de Administração. Diretoria. Conselho Fiscal. Responsabilidade dos Administradores. Transformação, incorporação, fusão e cisão. Dissolução, dissolução parcial, liquidação e extinção das sociedades.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial – Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva. 2011 NEGRÃO, Ricardo. DIREITO EMPRESARIAL - estudo unificado. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 2003 REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial – Vol. 1. 29. ed. São Paulo: Saraiva. 2003 CREPALDI, Silvio Aparecido e outro. Direito Empresarial. Curitiba. Ed. Juruá. 2011			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
GOMES, Fábio Bellote. Manual de direito comercial: de acordo com a nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas. 2. ed. ver., ampl. e atual. – Barueri: Manoel 2007 MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial: Empresa comercial, Empresários individuais, Microempresa, Sociedades empresárias, Fundo comercial. 31. ed. Rio de Janeiro: 2007. FABRETTI, Lúdio Camargo. Direito de Empresa no Novo Código Civil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. SIMÃO FILHO, Adalberto; LUCCA, Newton de (Coordenadores). Direito Empresarial Contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	7°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - II</b>	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
Sentença e coisa Julgada. Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas. Recursos Especificos. Execução Trabalhista. Procedimentos Especiais Trabalhistas. Ações Especiais Admissíveis no processo do Trabalho.			
<b>OBEJTIVOS</b>			
Dissídio Individual: Recursos e execução. Procedimentos Especiais: ação rescisória; mandado de segurança; consignação em pagamento; inquérito para apuração de falta grave. Medidas Cautelares: pressupostos: competência; liminar; procedimento; sentença; recursos. Dissídio coletivo; instauração; resposta do demandado; reconvenção; instrução; sentença; recursos; revisão; ação de cumprimento.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
SENTENÇA E COISA JULGADA: conversão do julgamento em diligência, sentença (introdução, requisitos, notificação), julgamento citra, ultra e extra petita, coisa julgada. TEORIA GERAL DOS RECURSOS TRABALHISTAS: introdução, conceito, natureza jurídica, princípios recursais, pressupostos, remessa “ex officio”, interposição por fax ou email; interposição por terceiros; juízos de admissibilidade e retratação; art. 557 do CPC; contrarrazões. RECURSOS ESPECÍFICOS: recurso ordinário, recurso de revista, embargos no TST, agravo de instrumento, agravo regimental, agravo de petição, embargos de declaração, recurso extraordinário, recurso adesivo, pedido de revisão (causa de alçada – procedimento sumário). EXECUÇÃO TRABALHISTA: conceito, estrutura orgânica, autonomia, a reforma do CPC e sua influência; princípios, títulos executivos, liquidação de sentença (espécies, sentença de liquidação), legitimação, desconsideração da pessoa jurídica, utilização do BACENJUD2, RENAJUD E INFOJUD, execução provisória e definitiva, penhora, depositário, execução por quantia certa, execução para entrega de coisa certa ou incerta; execução das obrigações de fazer e não fazer; execução de prestações sucessiva, execução contra massa falida e empresa em recuperação judicial; execução em face de empresas em liquidação extrajudicial; embargos à execução; embargos do devedor; embargos à penhora; arrematação, adjudicação e seus embargos; embargos de terceiros; exceção de pré-executividade; avaliação, expropriação, praça e leilão, remição, execução da contribuição previdenciária, execução contras as pessoas jurídicas de direito público. O PROCESSO ELETRÔNICO: importância, facilidade, certificação digital. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS TRABALHISTAS: Inquérito para apuração de falta grave, dissídio coletivo e ação de cumprimento. AÇÕES ESPECIAIS ADMISSÍVEIS NO PROCESSO DO TRABALHO: introdução, IN 27/2005 do TST, mandado de segurança, ação rescisória, consignação em pagamento, habeas corpus, habeas data, ação civil pública e coletiva; ação anulatória de cláusulas convencionais; ações cautelares; ações monitorias; ação de prestação de contas; incidentes de uniformização da jurisprudência; interdito proibitório; outras ações admissíveis no processo do trabalho..			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho São Paulo: Atlas 2007 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva 2010 LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo. LTr 2007 TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Curso de Direito Processual do trabalho. São Paulo: LTr 2007 SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. São Paulo. LTr 2009			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000. SAAD, Eduardo Gabriel. Comentários a CLT. São Paulo. LTr. 2009 ALMEIDA. Amadeu Paes de. CLT Comentada. Saraiva. 2009			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>7°</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>PRÁTICA JURÍDICA I – DIREITO CIVIL I</b>	<b>C/H:</b>	<b>60</b>
<b>EMENTA</b>			
Processo e procedimento. Procedimento comum e Ordinário. Recursos. Elaboração de procuração, peças iniciais; simulação de audiências e elaboração de recursos. Participação em audiências diversas.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Realização de atividades teóricas e práticas, reais e simuladas, proporcionando ao acadêmico conhecer e exercitar as funções dos diversos ramos jurídicos.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<b>PARTE TEÓRICA</b>			
Processo e procedimento. Procuração e substabelecimento. Procedimento Comum Ordinário e Sumário. Ordinário: petição inicial; impugnação ao valor da causa; impugnação ao pedido de AJG; respostas do réu (contestação com preliminares e mérito, exceções e reconvenção); réplica; audiência de instrução e julgamento simulada. Sumário (petição inicial e contestação). Recursos (agravo de instrumento e retido, embargos de declaração, apelação e embargos infringentes).			
<b>PARTE PRÁTICA</b>			
Atividades práticas em sala de aula ou sob a forma de trabalho individual ou grupal (também em sala de aula):			
a) elaboração de procurações e substabelecimentos; b) elaboração de iniciais tomando-se como exemplo diferentes casos concretos; c) elaboração de contestação, impugnação; d) simulação de audiências de instrução e julgamento; e) elaboração de recursos (agravo de instrumento e retido, embargos de declaração, apelação e embargos infringentes).			
Atividades extraclasses:			
a. Participação em audiências de casos não assistidos, mediante relatório: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 audiências em Vara Cível, de processo ordinário;</li> <li>• 2 audiências em Vara Cível, de processo sumário;</li> <li>• 2 audiências de conciliação, no Juizado Especial Cível;</li> <li>• 2 audiências de instrução, no Juizado Especial Cível.</li> </ul>			
OBS: os acadêmicos deverão assistir, no máximo, duas audiências por mês, computando-se no Estágio uma hora por estas duas audiências, mediante relatório.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
CAMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Lumen Juris. 2003 CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de Direito Processual Civil. Bookseller. 2003 PALAIA, Nelson. Técnica da Petição Inicial. São Paulo, Saraiva. 2010 PALAIA, Nelson. Técnica da Contestação. São Paulo. Saraiva. 2010 NERY JÚNIOR, Nelson e outros. Código de Processo civil comentado e legislação civil extravagante em vigor. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. v. 1. São Paulo: Saraiva. 2007 ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. São Paulo: Revista dos Tribunais 2004 DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros 2003 SILVA, Ovídio A. Baptista da. Curso de processo civil. Porto Alegre: Fabris, 2004 NEGRÃO, Theotônio. Código de Processo Civil e Legislação processual em vigor. Saraiva 2010 COSTA MACHADO. Código de Processo Civil Interpretado. 2011			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	7°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO</b>	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
<p>Natureza da psicologia Moderna. O comportamento anormal. Psicologia das atitudes morais. Conceitos de direito. Psicologia das demandas e dos delitos. Tipologia e motivação dos delitos. Psicologia do testemunho. Comportamento criminoso e personalidade antissocial. Anamnese. A questão ética frente à Psicologia Jurídica.</p>			
<b>OBJETIVOS</b>			
<p>O Estudo da psicologia Jurídica enquanto área de conexão entre o direito e a psicologia, bem como a identificação de seus principais institutos.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>Natureza da Psicologia moderna. O estado atual da Psicologia como ciência. Noções introdutórias ao estudo da personalidade. O cérebro, o comportamento e a cognição. O comportamento anormal (ou visto como anormal). Psicologia das atitudes morais. Conceitos de Direito, Dever, Lei e Justiça. Psicologia das demandas e dos delitos. Tipologia e motivações dos delitos. Psicologia dos delitos de grupo. Psicologia do testemunho. Prova. O criminoso e os institutos do Direito (visão psicodinâmica). Comportamento criminoso e personalidade antissocial (sociopática). Limitadores e modificadores da capacidade civil e da Responsabilidade Penal. Posturas metodológicas de investigação da Psicologia Jurídica (técnicas instrumentais e não instrumentais) Anamnese, testes, questionários. Aspectos psicológicos das diversas fases do processo judiciário nas áreas civil e criminal. Depoimento, declaração, confissão. A interação psicológico-jurídica como procedimento promotor de justiça (e de justiça social). A questão ética frente à Psicologia Jurídica.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>FIGLIOLI, José Osir; MANGINI, Rosana Cathya Ragassoni. Psicologia Jurídica. Atlas. São Paulo. 2003 ZIMMERMAN, David e COLTRO, Antônio Carlos. Aspectos Psicológicos : Na Prática Jurídica Sao Paulo: Millennium 2010. CARVALHO, Maria Cristina Neiva de; Miranda, Vera Regina. Psicologia Jurídica - Temas de Aplicação. JURUÁ. 2006</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>MIRANDA Y LOPES, Emilio. Manual de Psicologia Jurídica. SERVANDA 1990 FURTADO, Odair; Bock, Ana Mercês Bahia; Teixeira, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias - Uma Introdução ao Estudo de Psicologia - Conforme a Nova Ortografia. SARAIVA. 2000 ROVINZKI, Sonia Liane Reichert Rovinski; Cruz, Roberto Moraes. Psicologia Jurídica - Perspectivas Teóricas e Processos de Intervenção. VETOR. 2004</p>			

### 8° PERÍODO

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	<b>DIREITO</b>	PERÍODO:	8°
DISCIPLINA:	<b>DIREITO EMPRESARIAL II – TÍTULOS DE CRÉDITO</b>	C/H:	60
<b>EMENTA</b>			
Teoria Geral do Direito Empresarial. Aspectos societários da Empresa. Processo Administrativo Tributário. Crédito. Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Legislação Cambiária. Requisitos dos Títulos de Créditos. Da letra de Câmbio. Nota Promissória. Ações cambiárias. Outros Títulos de Créditos. Títulos de Crédito rural.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudo da Teoria Geral dos Títulos de Crédito, formas de cobrança e efeitos da sua emissão, bem como a abordagem da empresa em crise, especialmente no tocante à recuperação judicial, recuperação extrajudicial e falência.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1- Teoria Geral do Direito Empresarial. 2- Aspectos Societários da Empresa 3- Processo Administrativo e Tributário 4 – Crédito: histórico, conceito, sistema financeiro nacional. 5 – Teoria geral dos títulos de créditos: a) natureza da obrigação cambial; b) características: cartularidade, literalidade, autonomia, abstração, independência e legalidade. 6 – Classificação dos títulos de crédito. Quanto à natureza do direito incorporado, quanto à natureza e relevância da causa, quanto à circulação, quanto à pessoa do emitente, quanto à forma de emissão. 7– Legislação cambiária - Lei Saraiva e LUG. 8 – Requisitos dos títulos de créditos. 9 – Da letra de câmbio: histórico, saque, endosso, aceite, aval, vencimento, pagamento, protesto, intervenção e prescrição. 10 – Nota Promissória. Cheque. Duplicata Comercial. 11 – Ações cambiárias: de anulação e locupletamento. 12 – Outros títulos de crédito: debêntures, conhecimento de transporte, conhecimento de depósito e warrant; letras imobiliárias. 13 – Títulos de crédito rural, industrial e comercial.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial – Direito de Empresa – São Paulo: Saraiva. 2010 CREPALDI, Sílvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. DIREITO EMPRESARIAL – Teoria e Prática. Curitiba: Juruá 2011 NEGRÃO, Ricardo. DIREITO EMPRESARIAL - estudo unificado. 2. ed. São Paulo: Saraiva 2007 REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial – Vol. 2. – 28. ed. rev. atual. por Rubens Edmundo Requião – São Paulo: Saraiva. 2007			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
GOMES, Fábio Bellote. Manual de direito comercial: de acordo com a nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas. 2. ed. ver., ampl. e atual. – Barueri: Manoel.2003 ALBUQUERQUE, J. B. Torres. TÍTULOS DE CRÉDITO – Teoria, Jurisprudência, Legislação. Campinas: Bookseller, 2001. FABRETTI, Lúdio Camargo. Direito de Empresa no Novo Código Civil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. GOMES, Daniel. Manual de Direito Empresarial. Leme: JH Mizuno, 2007. MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial: Empresa comercial, Empresários individuais, Microempresa, Sociedades empresárias, Fundo comercial. 31. ed. Rio de Janeiro: 2007. SILVA, Marcos Paulo Félix da. Títulos de Crédito no Código Civil de 2002 – Questões Controvertidas. 1. ed. (ano 2006), 3ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011. SIMÃO FILHO, Adalberto; LUCCA, Newton de (Coordenadores). Direito Empresarial Contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	8°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO</b>	<b>C/H:</b>	80
<b>EMENTA</b>			
Direito Internacional Público. Relação com o direito Interno. Fontes. Tratados Internacionais. Pessoas Internacionais. Direito Internacional privado. Direito Uniforme e direito Comparado. As normas de Direito Internacional privado. Fontes. Direito de Família. Homologação de sentença estrangeira. Cartas Rogatórias.			
<b>OBEJTIVOS</b>			
Ministrar conhecimentos básicos sobre os princípios e normas jurídicas que regem a sociedade internacional, capacitando o aluno a utilizar as fontes de direito internacional público e de direito público interno para a solução de problemas que transcendem ao interesse exclusivo de uma única ordem estatal.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1- DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO – Conceito. Denominação. Negadores. Fundamentos. Evolução. Divisão. Importância. 2- Relação com o Direito Interno. 3- Fontes – Conceito. Classificação. Espécies: a) Costumes; b) tratados; c) Princípios Gerais de Direito; d) Decisões Judiciárias; e) Doutrina; F) Equidade; G) Atos Unilaterais. Hierarquia. Codificação. 4- Tratados Internacionais – Classificação. Terminologia. Estrutura. Condições de Validade. Celebração. 5- Tratados Internacionais – Efeitos perante Terceiros. Interpretação. Revisão. Validade. 6- Pessoas Internacionais – Conceito. Classificação. Enumeração. 7- DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO – O Domínio do DIPr. – Direito Intertemporal e direito internacional privado. 8- Direito uniforme e direito comparado. 9- As normas de direito internacional privado indiretas, diretas e qualificadoras. Unilaterais e bilaterais. 10- Fontes do Direito Internacional Privado. Lei, tratados, doutrina, jurisprudência. 11- História do Direito Internacional privado. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. 12- Direito de Família. Casamento. Regime de bens. Divórcio e direito das sucessões. 13- Homologação de sentença estrangeira. Requisitos. Procedimento e jurisprudência. 14- Cartas rogatórias			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
ARAUJO, Nadia. Direito Internacional Privado. RENOVAR. 2011 PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. Juz Podium. 2011 REZEK, Francisco – Direito Internacional Público – Saraiva 2011 TEIXEIRA, Carla Moura – Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos – Saraiva 2004			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
MELLO, Celso D. de Albuquerque – Curso de Direito Internacional Público - Renovar 2004 AMORIM, José E. – Direito Internacional Privado – Rio de Janeiro – Forense 2011 BAPTISTA, Luiz Olavo. Arbitragem Comercial e internacional, São Paulo. Lex. 2011			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	8°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO CIVIL - VII – DIREITO DE SUCESSÕES</b>	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
Introdução ao Estudo do direito das sucessões. Sucessão hereditária. Sucessão Legítima. Modos de suceder. Sucessão usufrutuária. Sucessão Testamentária. Das Formas de Testamento. Das disposições testamentárias. Substituições hereditárias. Inventário e Partilha.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudo da destinação do patrimônio da pessoa natural em razão do fato morte, dos efeitos da sucessão legítima e testamentária.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1) Introdução ao estudo do Direito das Sucessões; <ul style="list-style-type: none"> <li>1.1) Sucessão a título singular e sucessão a título universal</li> <li>1.2) sucessão legítima e sucessão testamentária</li> </ul> 2) Sucessão hereditária em geral; <ul style="list-style-type: none"> <li>2.1) Herança – abertura – transmissão, aceitação e renúncia;</li> <li>2.2) Princípio de Saisini;</li> <li>2.3) Indivisibilidade de Herança;</li> <li>2.4) Capacidade e incapacidade sucessória;</li> <li>2.5) Jacência e vacância;</li> </ul> 3) Sucessão legítima <ul style="list-style-type: none"> <li>3.1) Características principais</li> <li>3.2) Ordem de vocação hereditária;</li> <li>3.3) Sucessão dos descendentes</li> <li>3.4) Sucessão dos ascendentes</li> <li>3.5) Sucessão dos cônjuges ou companheiros</li> <li>3.6) Sucessão dos colaterais . Sucessão do Estado</li> </ul> 4) Modos de suceder <ul style="list-style-type: none"> <li>Direito próprio e Direito de representação (requisitos/efeitos)</li> </ul> 5) Sucessão usufrutuária ou usufruto vidual;           6) Legítima – cálculo e defesa;           7) Da sucessão testamentária; <ul style="list-style-type: none"> <li>Noções Gerais</li> <li>Conceito de testamento</li> <li>Capacidade testamentária (ativa e passiva).</li> </ul> 8) Das formas de testamento. <ul style="list-style-type: none"> <li>Testamento público.</li> <li>Testamento particular.</li> <li>Testamento cerrado.</li> <li>Testamento marítimo.</li> <li>Testamento militar.</li> <li>Principais características, requisitos e formalidades.</li> <li>Codicilo: conceito e características</li> </ul> 9) Das disposições testamentárias em geral <ul style="list-style-type: none"> <li>Conteúdo do testamento.</li> <li>Interpretação do testamento.</li> <li>Formas de nomeação de herdeiro ou legatário.</li> </ul> 10) Disposições testamentárias restritivas (cláusulas de inalienabilidade). <ul style="list-style-type: none"> <li>Dos legados</li> <li>Herdeiros necessários</li> </ul>			

Testemunhas testamentárias.

- 11) Substituições hereditárias
- 12) Inventário e Partilha – Noções dos dois institutos;
  - 12.1) Bens sonegados e colação de bens – Noções;
  - 12.2) Da colação em caso de filhos supervenientes a separação;
  - 12.3) Pagamento das dívidas;
  - 13.4) Nulidade de partilha.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. Sucessões. Forense. 2011  
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Sucessões. São Paulo: Editora Saraiva. 2011  
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Sucessões. São Paulo: Editora Atlas. 2007  
DINIZ. Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Sucessões. São Paulo. Saraiva 2009  
VENOSA. Silvio de Salvo. Código Civil Interpretado. Atlas. 2007

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Orlando. Direitos Reais. 19.<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense.2004.  
PONTES DE MIRANDA, Francisco. Tratado de Direito Privado. São Paulo: Editora Bookseller 2003  
PEREIRA, Caio Mário da Silva: Instituições de direito civil: Contratos. Rio de Janeiro: Forense 2003  
MONTEIRO, Washington de Barros. Direito Civil. Sucessões. Saraiva. 2004  
DINIZ. Maria Helena. Código Civil Comentado. Saraiva. 2003  
COSTA MACHADO. Código Civil interpretado. Manoel. 2011  
NERY JUNIOR. Nelson. Código Civil Comentado. Saraiva. 2009

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	8°
DISCIPLINA:	PRÁTICA JURÍDICA II – DIREITO CIVIL II	C/H:	80
<b>EMENTA</b>			
Petições sobre alimentos, Separação, divórcio, Inventário, Despejo, Execução, Medidas Cautelares, procedimentos especiais e procedimento sumaríssimo. Elaboração de petições.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Execução de petições concernentes ao mais variados assuntos da área Cível, tanto teórica como prática. Participação em audiências cíveis de conciliação e instrução em julgamento simulado e real.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<b>PARTE TEÓRICA</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alimentos.</li> <li>2. Separação (consensual e litigiosa).</li> <li>3. Divórcio (direto e conversão).</li> <li>4. Inventário.</li> <li>5. Despejo e revisional.</li> <li>6. Execução - Embargos de devedor e de terceiro.</li> <li>7. Medidas cautelares (preparatória e incidental, nominadas e inominadas).</li> <li>8. Procedimentos especiais (sugestões: consignação em pagamento, possessórias, usucapião).</li> <li>9. Procedimento sumaríssimo.</li> </ol>			
<b>PARTE PRÁTICA</b>			
Atividades práticas em sala de aula ou sob a forma de trabalho individual ou grupal (também em sala de aula):			
<ol style="list-style-type: none"> <li>a) Elaboração de uma petição inicial de alimentos (pedido e exoneração);</li> <li>b) Elaboração de iniciais de separação judicial (consensual e litigiosa, divórcio direto e conversão);</li> <li>c) Elaboração de iniciais de outra natureza (inventário, despejo, ação revisional de aluguel, execução-embargos de devedor e de terceiro);</li> <li>d) Elaboração de Medidas Cautelares (preparatória, incidental, nominada, inominada);</li> <li>e) Elaboração de petições –procedimentos especiais- consignação em pagamento, possessórias e usucapião).</li> </ol>			
Atividades extraclasse:			
<ol style="list-style-type: none"> <li>a) Participação em audiências de casos não assistidos, mediante relatório: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 audiências em Vara Cível (Área de Família);</li> <li>• 2 audiências em Vara Cível (Direito Imobiliário);</li> <li>• 2 audiências relativas ao Processo de Execução;</li> <li>• 2 audiências relativas à procedimentos especiais, como acima especificado.</li> </ul> </li> </ol>			
OBS: OBS: os acadêmicos deverão assistir, no máximo, duas audiências por mês, computando-se no Estágio uma hora por estas duas audiências, mediante relatório.			
B) Atendimento à comunidade: tal atividade, caracterizada como Estágio Curricular, ocorrerá por intermédio do Escritório de Assistência Judiciária Gratuita (ESAG) e da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, ficando o acompanhamento, avaliação e supervisão do Estágio sob a responsabilidade da Coordenadoria do Núcleo de Prática Jurídica da Instituição.			
<b>Metodologias, técnicas e recursos de ensino e de avaliação de aprendizagem</b>			
As seguintes metodologias e técnicas estão relacionadas a título exemplificativo, sem prejuízo de que o professor utilize outros recursos que considere relevantes ou opte pela não utilização de todos os que a seguir são mencionados.			

- ENSINO
  - a. Aulas expositivas e dialogadas.
  - b. Trabalhos em grupo e elaboração de peças.
  - c. Inserção de temas atuais e do cotidiano.
  - d. Estudos de caso.
  - a. Pesquisa de doutrina e jurisprudência, para fundamentar casos assistidos ou hipotéticos. Será computada no Estágio uma hora por pesquisa para casos assistidos, aceitando-se duas pesquisas por mês de naturezas diversificadas.
  - e. Atividades extraclases.
  
- AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
  - a. Avaliações escritas: provas dissertativas, peças processuais, pesquisa doutrinária e jurisprudencial.
  - b. Atividades extraclases: participação de audiências mediante relatórios e comprovantes, o que será aproveitado no Estágio Curricular.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. – São Paulo. Saraiva 2003  
NERY JÚNIOR, Nelson e outros. Código de Processo civil comentado e legislação civil extravagante em vigor. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010  
CÂMARA, Alexandre de Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 2003

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO. Hélio Apolinário. Embargos do Devedor. v. 1. 1996  
CARDOSO. Hélio Apolinário. Embargos do Devedor. v. 2. 2996  
MUJALI. Walter Brasil . Ação de Alimentos. 1994  
NEGRÃO, Theotônio. Código de Processo Civil e Legislação processual em vigor. Saraiva 2009  
MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Recurso extraordinário e recurso especial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.  
COSTA MACHADO. Código de Processo Civil Interpretado. 2011

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>8°</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>PRÁTICA JURÍDICA III – DIREITO PENAL I</b>	<b>C/H:</b>	<b>60</b>
<b>EMENTA</b>			
Inquérito policial. 2 Ação Penal. 3 Procedimentos Criminais. 4 Sentença Criminal.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Abordar os aspectos práticos do Direito Penal, mediante estudos de caso e a elaboração de peças processuais simuladas.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<b>PARTE TEÓRICA</b>			
1. Inquérito policial. 2 Ação Penal. 3 Procedimentos Criminais. 4 Sentença Criminal.			
<b>PARTE PRÁTICA</b>			
Atividades práticas em sala de aula ou sob a forma de trabalho individual ou grupal (também em sala de aula):			
a) Produção de peças processuais diversas (ações penais, recursos, pedido de revisão criminal, etc);			
b) Simulação de audiências e Júris;			
c) Pesquisas em matéria criminal (legislação, jurisprudência, doutrina jurídica e conhecimentos de ciências correlatas, como Psicologia, Sociologia, Criminologia, etc), a fim de fundamentar casos hipotéticos ou assistidos. Será computada no Estágio uma hora por pesquisa somente para casos assistidos, aceitando-se duas pesquisas por mês.			
Atividades extraclasse:			
1. Participação em audiências de casos não assistidos, mediante relatório:			
a) 2 audiências de rito ordinário			
b) 2 audiências de rito sumaríssimo			
c) 2 audiências (oitiva de testemunhas)			
d) 1 Júri a cada dois meses (dependendo da periodicidade da Comarca), computando para Estágio 5 (cinco) horas por Júri, sendo considerado apenas um Júri por mês			
e) Visitas às Delegacias, Instituto Médico Legal, Presídios, etc, tudo mediante relatório e comprovação da atividade,			
<ul style="list-style-type: none"> <li>OBS: 1. Os acadêmicos deverão assistir, no máximo, duas audiências por mês, computando-se no Estágio uma hora por duas audiências, mediante relatório. 2. Será considerada como Estágio apenas uma visita por mês, computando duas horas por visita mediante relatório, devendo ser uma de cada natureza.</li> </ul>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática do Processo Penal. São Paulo. Saraiva.			
NUCCI, Guilherme de Souza. Prática Forense Criminal. . São Paulo: RT.			
CAPEZ , Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo, Saraiva			
GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva			
BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.			
MIRABETTE, Julio Fabrini. Processo Penal, São Paulo, Atlas			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
JESUS, Damásio de. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva.			
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: RT.			
BONFIN, Edilson Mougnot. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva,			
GRINOVER, Ada Pelegrini ET AL. Recurso no Processo Penal. São Paulo. RT			
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Processo Penal e execução Penal. São Paulo. RT.			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	8º
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I</b>	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
Esta disciplina é a primeira etapa do trabalho de conclusão de curso, onde o acadêmico é orientado na produção do projeto que será executado na disciplina subsequente Trabalho de Conclusão de Curso. Aborda temas relacionados à idealização, estruturação, preparação e desenvolvimento, demonstrando as características de um bom trabalho científico.			
<b>OBJETIVOS</b>			
-Desenvolver o projeto a ser executado nas disciplinas complementares Trabalho de Conclusão de Curso II e III; - Entender as etapas de elaboração de um projeto; - Conhecer as normas utilizadas para realização do projeto; - Entender os procedimentos utilizados em atividades de pesquisa. - Desenvolver o trabalho de conclusão de Curso; - Elaborar projetos.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
- Normas institucionais: Manual do Trabalho de Conclusão de Curso e regulamento do curso de Ciências Biológicas para o Trabalho de Conclusão de Curso; - Critérios, direitos e deveres na relação acadêmico/ orientador; - Planejamento, controle, estrutura e etapas de projetos; - Teste de hipóteses e pergunta direcionadora; - Levantamento e controle de variáveis envolvidas; - Licenças, permissões autorizações; - Projetos com necessidade de aprovação pelo Comitê de Ética em pesquisa; - Análise e viabilidade econômica e riscos do projeto; - Delimitação do projeto ao tempo disponível para execução; - Definição de tema de pesquisa e plano de trabalho; - Formato, descrição e escrita das partes de um projeto; - Levantamento bibliográfico e documentação; - Regras e práticas de bibliografias; - Métodos de análise (qualitativo e quantitativo); - Técnicas de apresentação e defesa do trabalho;			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
Bibliografia básica: Kochi, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica. Teoria da Ciência e Iniciação à pesquisa. 23ªed. Petrópolis-RJ, Vozes, 2007. GUIMARAES, Isaac Sabbá. Metodologia do Ensino Jurídico. Aproximação do Método e a formação do conhecimento jurídico. 2. ed. Curitiba, PR: Editora Juruá, 2007. SANTOS, Antonio Raimundo dos Santos. Metodologia Científica. A construção do conhecimento 7ª Ed. São Paulo Lamparina. 2007. MARCONI, Marina de Andrade. Eva Maria Lacattos. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª Ed. São Paulo-SP, Atlas, 2006. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 2ª Ed, São Paulo-SP, Cortez, 2002			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002			

9º PERÍODO

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	9º
DISCIPLINA:	DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS E CONSUMIDOR	C/H:	60
<b>EMENTA</b>			
Direitos Difusos e Coletivos. Questões terminológicas. A legitimação para agir em tema de direitos difusos. A Constitucionalidade dos interesses transindividuais. O novo papel do juiz e os meios processuais disponíveis frente à tutela dos interesses difusos e coletivos. Relação Jurídica de Consumo. Princípios e diretrizes gerais do Código de Defesa do Consumidor. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto ou do serviço. Das práticas comerciais. Proteção contratual. Sanções Administrativas. Aspectos processuais.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudar o comportamento humano frente as variadas formas de expressão, tendo por base o direito constitucional, visando a proteção dos direitos tanto individuais quanto coletivos, e as regras do Direito do Consumidor.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p><b>1-DIREITOS DIFUSOS.</b> 1.1 Questões terminológicas 1.2- Características Básicas 1.3- Direitos difusos e liberdade pública 1.4- Barreiras de ordem política <b>2-A LEGITIMAÇÃO PARA AGIR EM TEMAS DE DIREITOS DIFUSOS</b> 2.1 Condições de ação 2.2 O interesse processual 2.3 A legitimação para agir 2.4 Legitimação do Ministério Público 2.5 Legitimação prevista no artigo 5 da Lei 7.347/85 <b>3- DIREITOS E INTERESSES DIFUSOS</b> 3.1 As acepções conhecidas do termo “interesse” 3.2 Os interesses frente ao plano ético-normativo 3.3 O interesse social e o interesse geral 3.4 O interesse público 3.5 O interesse individual 3.6 O interesse coletivo <b>4- O NOVO PAPEL DO JUIZ E OS MEIOS PROCESSUAIS DISPOÍVEIS FRENTE À TUTELA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS</b> <b>5- A CONSTITUCIONALIDADE DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS.</b></p> <p>. Relação Jurídica de Consumo. Princípios e diretrizes gerais do Código de Defesa do Consumidor. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto ou do serviço. Das práticas comerciais. Proteção contratual. Sanções Administrativas. Aspectos processuais.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>CARVALHO FILHO, José dos Santos. Ação Civil Pública, comentários por artigo ( lei 7.347 de 24.07.85). Rio de Janeiro: Lúmen júris. 2011MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. São Paulo 2011 ANDRADE, Adriano. Interesses Difusos e Coletivos - Esquematizado. Método. 2009</p> <p>MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses Difusos Conceito e Legitimação para agir. São Paulo. RT.</p> <p>ALVIM, Arruda et al. Código do consumidor comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais</p> <p>GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. RiodeJaneiro: Forense Universitária.</p> <p>NUNES, Rizzato. Curso de Direito do Consumidor. São Paulo. Saraiva.</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>Nancuso, Rodolfo de Canago. Ação civil Pública. 3ª ed. São Paulo. 2011VIANA. Thiago Henrique Ferdi. Manual dos Direitos Difusos e Coletivos. Millennium 2011</p> <p>ALCANTARA. Fabio Bonono de. TYutle a de Urgência Ambiental. JH Mizuno. 2008</p> <p>ISHIDA,Valter Kenji. Estatuto Da Criança E Do Adolescente. Ed. São Paulo: Atlas. 2007</p> <p>SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. Código de Defesa do Consumidor Anotado e legislação complementar. Saraiva FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de direitos do consumidor. São Paulo:</p>			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	9°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO TRIBUTÁRIO</b>	<b>C/H:</b>	80
<b>EMENTA</b>			
Sistema Constitucional Tributário. Tributos. Obrigação Tributária. Responsabilidade tributária. Lançamento Tributário. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Recursos Constitucionais.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudar o sistema tributário nacional e sua estrutura, contextualizando no âmbito dos direitos fundamentais o contribuinte, frente à esfera federal, estadual e municipal.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Sistema Constitucional Tributário: princípios, limitações ao poder de tributar e competências. Tributos: conceito e espécies. Obrigação tributária: conceito, elementos, natureza e hipótese de incidência. Responsabilidade tributária: conceito, elementos e natureza. Lançamento tributário: modalidades de lançamentos, constituição do crédito, suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Processo administrativo tributário federal e estadual. 9 – Processo judicial tributário: noções gerais e espécies. Mandado de segurança. Ação declaratória. Ação anulatória. Ação de repetição do indébito. Ação de execução fiscal. Embargos à execução fiscal. Recursos constitucionais.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense. 2010 MACHADO. Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo. Malheiros. 2011 AMARO. Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo, Saraiva. 2011 SABAGG. Eduardo. Manual de Direito Tributário. São Paulo. Saraiva. 2012			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. (atual. Misabel Abreu Machado Derzi). Rio de Janeiro: Forense. 2003 ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio. Manual de Direito Tributário. RENOVAR. 2006 CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito tributário. São Paulo. Saraiva. 2011 MELO, José eduardo Soares. Curso de Direito tributário. São Paulo. Dialética. 2005 SEABRA, Antônio Luiz Bandeira. Tributos, Taxas e Contribuições. Rio de Janeiro. Syslook 2000			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	9º
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>MEDICINA LEGAL</b>	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
Introdução. Estrutura dos órgãos periciais do Estado. Psiquiatria Forense. Imputabilidade Penal. Alcoolismo e embriaguez. Sexologia Forense. Asfixiologia. Lesões Corporais. Tanatologia forense. Antropologia Forense. Traumatologia Forense. Diagnósticos legais. Determinação médico-forense do sexo. Traumatologia forense. Meios produtores de lesões. Energias vulnerantes. Instrumentos. Laudo de morte.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Conceitos fundamentais sobre medicina legal, visando dotar o acadêmico dos conhecimentos necessários sobre as diversas possibilidades de lesões e do evento morte no ramo processual penal e civil, dando-lhe suporte para apresentar pontos de vistas em defesas, acusações e pareceres jurídicos.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1 – Introdução à Medicina Legal: conceito e importância para o Direito. Perícia médico-legal. Perito e suas funções. 2 – Estrutura dos órgãos periciais no Estado de Rondônia; o papel do advogado na solicitação e interpretação crítica dos laudos periciais. 3 – Psiquiatria Forense - personalidade: conceito, estrutura e desenvolvimento; conceito de saúde e doença mental; neuroses, distúrbios de caráter e psicoses. Doenças Mentais. 4 – Imputabilidade penal: responsabilidade penal e capacidade civil; estudo das deficiências mentais e suas implicações jurídicas. 5 – Alcoolismo e embriaguez: aspectos médicos, sociais e jurídicos; interpretação de laudos. 6 – Sexologia Forense: crimes e perversões sexuais; obstetrícia forense; abortamento e infanticídio; aspectos periciais, sociais e bioéticos. 7 – Asfixiologia: principais tipos de asfixias, suas características e repercussões jurídicas. 8 – Lesões Corporais: aspectos jurídicos e interpretação de laudos. 9 – Tanatologia forense: conceito de morte e fenômenos cadavéricos; cronotanatognose. 10 – Antropologia forense: identidade e identificação médico-legal. 11 – Traumatologia forense - agentes mecânicos: instrumentos perfurantes, cortantes, contundentes, perfuro-contundentes, corto-contundentes e perfuro-cortantes; agentes físicos: calor e eletricidade; estudo das lesões produzidas por estes agentes; asfixiologia. 12 – Diagnósticos legais. Documentos médico-legais. 13 – Determinação médico-forense do sexo. Impotência. 14 – Traumatologia forense: conceito, classificação e importância médico-legal. 15 – Meios produtores de lesões, sevícias, tortura e simulação. 16 – Energias vulnerantes físicas, químicas e mecânicas. 17 – Instrumentos, lesões. Classificação. 18 – Laudo de morte. Homicídio, suicídio, acidentes, morte cerebral e cárdio-respiratória, eutanásia e transplante. 19 – Sexologia forense: casamento, controle de natalidade, planejamento familiar, inseminação artificial, doenças sexualmente transmissíveis.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
ALCÂNTARA, Hermes Rodrigues de. Perícia médica-judicial. Rio de Janeiro: Guanabara Dois 2011 GOMES, Hélio. Medicina Legal. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2000 VANRELL, Jorge Paulete e BORBOREMA, Maria de Lourde. Manual de Medicina Legal. Leme/SP: Mizuno. 2011 CROCE, Delton. Manual de Medicina Legal. São Paulo. Saraiva. 2012			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
MARANHÃO, Odon Ramos. Curso Básico de medicina Legal. São Paulo: Malheiros. 2010 ALMEIDA JR. A e COSTA JÚNIOR, J. B. E. Lições de Medicina Legal. SP: nacional. 2005 VANRELL, Jorge Paulete e BORBOREMA, Maria de Lourde. Vademecum de Medicina Legal e Odontologia Legal. Leme/SP: Mizuno,. 2011 VANRELL, Jorge Paulete e BORBOREMA, Maria de Lourde. Sexologia Forense. Leme/SP: Mizuno,			

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	9º
DISCIPLINA:	ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL	C/H:	60
<b>EMENTA</b>			
Questões fundamentais sobre ética e moral. Teorias Éticas. Primeiras relações com o cliente. Ética e cidadania. Ética na contemporaneidade.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Possibilitar ao acadêmico a distinção entre ética e moral, bem como demonstrar a necessidade de se agir com ética em qualquer que seja a profissão, respeitando os pontos de vista diversos e agindo sempre com moral, denodo e justiça em qualquer processo que venha a atuar ou na profissão que escolher.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1 – QUESTÕES FUNDAMENTAIS: Distinção entre ética e moral; Historicidade da moral; Condições para a moralidade: consciência, liberdade, responsabilidade; Reflexões sobre as teorizações de Bem/Mal. 2 – TEORIAS ÉTICAS (abordagem histórica): a)- A ética na filosofia antiga - O ideal socrático-platônico: A ética aristotélica; Epicurismo e Estoicismo. b)- Os medievais e a fundamentação da moral. c)- Teorias éticas modernas: Antropocentrismo renascentista; Naturalismo, empirismo e racionalismo; Crítica de Hegel e de Marx. d)- Discussões contemporâneas-Contribuições da Sociologia e da Psicologia: A inversão neitzscheana; A ética discursiva; As teorias da justiça; A ética desde a alteridade e da América Latina. 3 – Primeiras relações com o cliente. Aceitação da Causa. O exercício da advocacia. Relações pessoais com o cliente. Relações em juízo. Exercício de cargos públicos e relações com a Administração. Desistência do mandato. Honorários. O Código de Ética profissional.4 - Ética e cidadania: a busca de novos valores humanos. 5 – Ética na contemporaneidade.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
Araujo Júnior, Marco Antonio. Ética Profissional. Col. Elementos do Direito. São Paulo. RT 1997 Sa, Antonio Lopes de. Ética Profissional. São Paulo. Atlas 1995 Nalini, Jose Renato. Ética Geral e Profissional São Paulo. RT 1004 BITTAR, Eduardo C.B. Curso de ética jurídica. São Paulo, Saraiva, 2004. OLIVEIRA, M. Araújo de. Ética e sociabilidade. São Paulo: Loyola. 2000			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
PEGORARO, Olinto. Ética é Justiça. Petrópolis: Vozes 1994 Estatuto da Advocacia e da OAB Aristóteles / MARTIN CLARET. Ética a Nicômaco			

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	9º
DISCIPLINA:	PRÁTICA JURÍDICA IV – DIREITO PENAL	C/H:	60
<b>EMENTA</b>			
Elaboração de petições e peças processuais penais concernentes a sentença criminal, recursos criminais; habeas corpus, revisão criminal e mandado de segurança.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Fazer com que o acadêmico seja capaz de desenvolver suas atividades nesta área específica com total segurança e conhecimentos necessários na consecução de petições, defesas e pareceres.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<b>PARTE TEÓRICA</b>			
Sentença Criminal. Noções do Tribunal do Júri. Recursos Criminais. Habeas Corpus. Revisão Criminal.			
<b>PARTE PRÁTICA</b>			
Atividades práticas em sala de aula ou sob a forma de trabalho individual ou grupal (também em sala de aula):			
a) Produção de peças processuais diversas (ações penais, recursos, pedido de revisão criminal, etc);			
b) Simulação de audiências e Júris;			
c) Pesquisas em matéria criminal (legislação, jurisprudência, doutrina jurídica e conhecimentos de ciências correlatas, como Psicologia, Sociologia, Criminologia, etc), a fim de fundamentar casos hipotéticos ou assistidos. Será computada no Estágio uma hora por pesquisa somente para casos assistidos, aceitando-se duas pesquisas por mês.			
Atividades extraclasse:			
1. Participação em audiências de casos não assistidos, mediante relatório:			
a) 2 audiências de rito ordinário			
b) 2 audiências de rito sumaríssimo			
c) 2 audiências (oitiva de testemunhas)			
d) 1 Júri a cada dois meses (dependendo da periodicidade da Comarca), computando para Estágio 5 (cinco) horas por Júri, sendo considerado apenas um Júri por mês			
e) Visitas às Delegacias, Instituto Médico Legal, Presídios, etc, tudo mediante relatório e comprovação da atividade,			
OBS: 1. Os acadêmicos deverão assistir, no máximo, duas audiências por mês, computando-se no Estágio uma hora por duas audiências, mediante relatório. 2. Será considerada como Estágio apenas uma visita por mês, computando duas horas por visita mediante relatório, devendo ser uma de cada natureza.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática do Processo Penal. São Paulo. Saraiva. 2003 NUCCI, Guilherme de Souza. Prática Forense Criminal. . São Paulo: RT.2010- CAPEZ , Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo, Saraiva,2010 GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva 2008 BONFIM, Edilson Mougenot. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva. 2010 MIRABETTE, Julio Fabrini. Processo Penal, São Paulo, Atlas 2007			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
JESUS, Damásio de. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva. 2009 NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: RT. 2009 BONFIN, Edilson Mougenot. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva,.2010 GRINOVER, Ada Pellegrini ET AL. Recurso no Processo Penal. São Paulo. RT 2009-5ex 2011			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	9°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>TÓPICOS AVANÇADOS ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ESTATUTO DO IDOSO</b>	<b>C/H:</b>	40
<b>EMENTA</b>			
Evolução das Doutrinas. A criança e o adolescente no Direito Internacional. Direitos fundamentais no Estatuto da Criança e do Adolescente. O papel da família. Direitos inerentes a Criança e ao Adolescente. Trabalho Infantil e Juvenil. A política de atendimento e o ECA. Conselhos d Direitos da Criança e do Adolescente. Entidades de atendimento. O conselho tutelar. Situação de risco e medidas previstas no ECA. Ato infracional do adolescente. Atuação das Instituições e o ECA. Os crimes e infrações administrativas contra a criança e o adolescente. Abrangência. Direitos fundamentais do Idoso. Lei 9032/95. Medidas de Proteção ao Idoso. Mecanismos processuais. Aspectos penais			
<b>OBJETIVOS</b>			
Analisar e compreender os princípios doutrinários e legais alusivos à proteção e orientação da criança e do adolescente, com os respectivos limites de ação e medidas educativas, bem como, os aspectos legais de proteção ao Idoso..			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Evolução das Doutrinas. A criança e o adolescente no Direito Internacional. Direitos fundamentais no Estatuto da Criança e do Adolescente. O papel da família. Direitos inerentes a Criança e ao Adolescente. Trabalho Infantil e Juvenil. A política de atendimento e o ECA. Conselhos d Direitos da Criança e do Adolescente. Entidades de atendimento. O conselho tutelar. Situação de risco e medidas previstas no ECA. Ato infracional do adolescente. Atuação das Instituições e o ECA. Os crimes e infrações administrativas contra a criança e o adolescente. Abrangência. Direitos fundamentais do Idoso. Lei 9032/95. Medidas de Proteção ao Idoso. Mecanismos processuais. Aspectos penais			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
KURY, Munir; SILVA, Antonio Fernando do Amaral e Silva; MENDEZ, Emilio Garcia (Coord.) Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros. LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Malheiros. LIBERATI, Wilson Donizeti; CYRINO, Publio Caio Bessa. Conselhos e fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Malheiros			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Saiba como dizer não à violência: orientações para a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Porto Alegre: MNMMR. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo. Atlas LIBERATI, Wilson Donizeti; CYRINO, Publio Caio Bessa. Conselhos e fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Malheiros			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	9º
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II</b>	<b>C/H:</b>	40
<b>EMENTA</b>			
Esta disciplina é a segunda etapa do trabalho de conclusão de curso, onde o acadêmico é orientado na produção da pesquisa que será executado na disciplina subsequente Trabalho de Conclusão de Curso. Aborda temas relacionados à idealização, estruturação, preparação e desenvolvimento, demonstrando as características de um bom trabalho científico, especialmente na elaboração da pesquisa			
<b>OBJETIVOS</b>			
- Entender as etapas de elaboração de uma pesquisa; - Conhecer as normas utilizadas para realização da pesquisa; - Entender os procedimentos utilizados em atividades de pesquisa. - Desenvolver o trabalho de conclusão de Curso.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
- Normas institucionais: Manual do Trabalho de Conclusão de Curso e regulamento do curso de Ciências Biológicas para o Trabalho de Conclusão de Curso; - Critérios, direitos e deveres na relação acadêmico/ orientador; - Planejamento, controle, estrutura e etapas de projetos; - Teste de hipóteses e pergunta direcionadora; - Levantamento e controle de variáveis envolvidas; - Licenças, permissões autorizações; - Projetos com necessidade de aprovação pelo Comitê de Ética em pesquisa; - Análise e viabilidade econômica e riscos do projeto; - Desenvolver a pesquisa de campo para feita do TCC. - Delimitação do projeto ao tempo disponível para execução; - Definição de tema de pesquisa e plano de trabalho; - Formato, descrição e escrita das partes de um projeto; - Levantamento bibliográfico e documentação; - Regras e práticas de bibliografias; - Métodos de análise (qualitativo e quantitativo); - Técnicas de apresentação e defesa do trabalho.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
Bibliografia básica: Kochi, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica. Teoria da Ciência e Iniciação à pesquisa. 23ªed. Petrópolis-RJ, Vozes, 2007. GUIMARAES, Isaac Sabbá. Metodologia do Ensino Jurídico. Aproximação do Método e a formação do conhecimento jurídico. 2. ed. Curitiba, PR: Editora Juruá, 2007. SANTOS, Antonio Raimundo dos Santos. Metodologia Científica. A construção do conhecimento 7ª Ed. São Paulo Lamparina. 2007. MARCONI, Marina de Andrade. Eva Maria Lacattos. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª Ed. São Paulo-SP, Atlas, 2006. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 2ª Ed, São Paulo-SP, Cortez, 2002			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002			

**10º PERÍODO**

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	10º
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>PRÁTICA JURÍDICA V – DIREITO TRABALHISTA</b>	<b>C/H:</b>	80
<b>EMENTA</b>			
Elaboração de petições e peças trabalhistas; participação em audiências de conciliação, instrução e julgamento, simulação de audiências trabalhistas.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Dotar o acadêmico dos conhecimentos específicos necessários para sua completa atuação na área trabalhista com desenvoltura e conhecimentos necessários para tal mister.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<b>PARTE TEÓRICA</b>			
Organização, funcionamento e competência da Justiça do Trabalho. 2 Petição inicial: rito ordinário e sumaríssimo. 3 Defesa direta e indireta. 4 Provas: documental, pericial, testemunhal, inspeção judicial, confissão, indícios e presunções. 5 Audiência inaugural. 6 Audiência de instrução/prosseguimento/ audiência una. 7 Atos decisórios: sentença e decisão interlocutória. 8 Recursos: ordinário, revista e agravo de instrumento. 9 Liquidação: cálculo, impugnação e sentença de liquidação. 10 Execução: citação, garantia do juízo, penhora e carta de sentença. Embargos à execução e agravo de petição.			
<b>PARTE PRÁTICA</b>			
Atividades Práticas em sala de aula ou sob a forma de trabalho individual ou grupal (também em sala de aula):			
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) elaboração de petição inicial (abrangendo cálculos diversos). B) Elaboração de contestação; C) elaboração de uma impugnação. D) elaboração de recursos; E) simulação de audiência; F) pesquisa para fundamentação dos casos hipotéticos ou assistidos através da jurisprudência ou doutrina e mesmo de outras ciências que possam contribuir para a resolução do problema.</li> </ul>			
Atividades extraclasse:			
a) Participação em audiências de casos não assistidos, mediante relatório: => 2 audiências do rito Ordinário; => 2 audiências do rito sumaríssimo;			
OBS: os acadêmicos deverão assistir, no máximo, uma audiência por mês, computando-se no Estágio, uma hora por audiência assistida, mediante relatório.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho São Paulo: Atlas 2009 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva 2006 LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo. LTr 2010 TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Curso de Direito Processual do trabalho. São Paulo: LTr 2009 SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. São Paulo. LTr 2010			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
SALEM. Luciano Ronignoli. Prática Forense nos Acidentes de trabalho. São Paulo. JH Mizuno. SALEM. Luciano Ronignoli. Petições trabalhistas Anotadas. São Paulo. JH Mizuno. 2009 CARDOSO. Hélio Apolinário. Petições Trabalhistas e Jurisprudência. Rio de Janeiro. bookseler. CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000. SAAD, Eduardo Gabriel. Comentários a CLT. São Paulo. LTr. 2007 ALMEIDA. Amadeu Paes de. CLT Comentada. Saraiva. 2003			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	10°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO AMBIENTAL E AGRÁRIO</b>	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
Evolução do direito Ambiental. Poder de Polícia. Classificação dos Bens ambientais. Mineração. Energia Nuclear. Responsabilidade Civil e Penal. Proteção Judicial do meio ambiente. Evolução histórica do Direito Agrário. Definição. Terras Públicas e Particulares. Contratos Agrários. Assistência, proteção e Economia rural. Tributação da Terra. Assistência financeira e creditícia. Empresa rural.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Fundamentar a necessidade de se estudar referido conteúdo no contexto da Constituição Federal e principalmente quanto aos interesses universais concernentes ao meio ambiente como um todo, visualizando todo o seu contexto político, de proteção e de responsabilidade. Analisar as funções do direito agrário, estudando e interpretando seus princípios fundamentais com sucedâneo ao direito constitucional			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
O Direito Ambiental na Constituição e na lei Ambiental: Noções gerais. Poder de Polícia e o Direito Ambiental. Política e Sistema Nacional do Meio Ambiente. Classificação dos bens ambientais. Áreas de proteção ambiental. EIA e RIMA. Urbanismo e meio ambiente. Zoneamento. Mineração. Energia Nuclear: Princípios Constitucionais, Responsabilidade Criminal, Rejeitos Nucleares. Responsabilidade Civil por dano ambiental. Responsabilidade Penal por dano ambiental. Proteção judicial do meio ambiente. Introdução Crítica ao Direito agrário. Direito agrário: definição do direito agrário, histórico, relações, fontes direito agrário comparado. Reforma agrária: E. C. No. 1/69; princípios e definições do estatuto da terra. Terras públicas e particulares: Terras devolutas, discriminação, acesso a propriedade rural, terra improdutivo, função social da terra, violência no campo financiamento, execução e administração da reforma agrária, colonização. Contratos agrários: arrendamento e parceria, estipulações contratuais. Assistência, proteção e economia rural: insumos agrícolas, mecanização e revenda de material agrícola, experimentação, pesquisa e beneficiamento de produtos agrícolas, eletrificação rural, outras modalidades de assistência. Tributação da terra e sobre a atividade rural, ITR – Conceito, histórico e aplicação, cadastros do Incra, imposto de renda sobre a atividade rural. Assistência financeira e creditícia, definições de credito rural, realizações do sistema nacional de credito rural, realizações do sistema nacional de credito rural, cédulas de credito rural. Empresa rural: atividades econômicas, empreendimentos privados, empresa rural. Histórico do ministério da agricultura, atribuições, política nacional agropecuária.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos, Trad. Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus 2003 MILARÉ, Edis.- Direito do Ambiente. Revista dos Tribunais. 2008 BARROS, Wellington Pacheco Barros. Direito Ambiental. Atlas. 2011 ALVARENGA, Octávio Mello. Direito e Política Agro ambiental. Forense. São Paulo 2003 BARROS, Wellington Pacheco de. Curso de Direito Agrário. Livraria do Advogado. Porto Alegre,			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
DE MORAES, Luis Carlos Silva. Código Florestal Comentado. São Paulo: Atlas.2000 FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Biodiversidade e Patrimônio Genético no direito Ambiental Brasileiro. São Paulo 2000 SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: RT, 1998.			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	10°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>C/H:</b>	60
<b>EMENTA</b>			
Seguridade Social. Custeio da previdência social Brasileira. Benefícios da previdência Social. Estrutura do Sistema de Seguridade. Dos Crimes e Infrações contra a Seguridade Social. Acidente do Trabalho. Assistência Social. Procedimentos processuais.			
<b>OBJETIVOS</b>			
O Estudo do direito previdenciário e sua estrutura, contextualizando no âmbito dos direitos fundamentais do assegurado, frente a esfera federal, estadual e municipal.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
1- Seguridade Social 2- Custeio da Previdência Social Brasileira 3- Benefícios da previdência Social; - Da Arrecadação e Recolhimento das Contribuições. Das Disposições Gerais da Lei 8.212/91. Dos Crimes e Infrações Contra a Seguridade Social. Plano de Benefícios da Previdência Social. 4- Estrutura do Sistema de Seguridade e da Previdência Social ; Acidente de Trabalho. Prestações em Geral. Reconhecimento de Filiação e Averbção de tempo de serviço. Aposentadoria por Invalidez. Aposentadoria por Tempo de Contribuição. Da Aposentadoria Especial. Auxílio Doença. Salário Família. Pensão por Morte e Auxílio Reclusão. 5- Assistência Social. 6-Procedimentos Processuais.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
IBRAHIM, Fábio Zambite. Curso de Direito Previdenciário. São Paulo : Impetus 2012 MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. São Paulo : Atlas 2011 MORAES. Alexandre de. Constituição Federal. São Paulo. Atlas. 2007			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
CASTRO, Carlos Alberto Pereira ET AL . Manual de Direito Previdenciário. Ed. Florianópolis:Conceito Editorial 2012 IBRAHIM, Fábio Zambite. Comentários à Reforma da Previdência. Rio de Janeiro : Impetus; 2012 KERTZMAN, Ivan. Curso Prático de Direito Previdenciário. Salvador : Editora Jus Podivm; 2011 MARTINS, Sérgio Pinto. Legislação Previdenciária. São Paulo : Atlas. 2009			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	10°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO FINANCEIRO</b>	<b>C/H:</b>	40
<b>EMENTA</b>			
1 – Ciência das Finanças e Direito Financeiro; Direito Financeiro e Direito Tributário. 2 – Despesa Pública. Receita Pública, tributos, crédito e empréstimos públicos. Moeda, inflação, orçamento público.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudo do Direito financeiro a partir de sua perspectiva histórica, dotando o acadêmico dos conhecimentos necessários no trato com esta disciplina.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
O banco conceito, histórico, tipos. o banco no sistema jurídico: funções, técnicas, natureza jurídica. Disciplina legal da 1 – Ciência das Finanças e Direito Financeiro; Direito Financeiro e Direito Tributário. 2 – Despesa Pública. Receita Pública, tributos, crédito e empréstimos públicos. Moeda, inflação, orçamento público.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense. MACHADO. Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo. Malheiros. AMARO. Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo, Saraiva. ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio. Manual de Direito Tributário. RENOVAR.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
BALEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. (atual. Misabel Abreu Machado Derzi). Rio de Janeiro: Forense. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito tributário. São Paulo. Saraiva MELO, José Eduardo Soares. Curso de Direito tributário. São Paulo. Dialética. SEABRA, Antônio Luiz Bandeira. Tributos, Taxas e Contribuições. Rio de Janeiro. Syslook			

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	10º
DISCIPLINA:	Trabalho de Conclusão de Curso III	C/H:	40
<b>EMENTA</b>			
Apresentação do Artigo Científico: compondo-se de estrutura científica, contemplando a reflexão teórica-prática com discussão dos resultados, bem como as contribuições para melhoria dos métodos de administração nas organizações estudadas, o qual será defendido em banca especialmente montada para esse fim. As atividades serão organizadas conforme Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.			
<b>OBJETIVOS</b>			
- Entender as etapas de estruturação de um artigo; - Entender a necessidade de um projeto bem planejado e como isso influencia a produção de artigos; - Conhecer as normas utilizadas para artigos; - Entender os procedimentos utilizados em atividades de pesquisa. - Preparar e estruturar artigos.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Normas institucionais: Manual do Trabalho de Conclusão de Curso e regulamento do curso para o Trabalho de Conclusão de Curso; Critérios, direitos e deveres na relação acadêmico/orientador; Controle de variáveis envolvidas; Licenças, permissões autorizações; Projetos com necessidade de aprovação pelo Comitê de Ética em pesquisa; Formato, descrição e escrita das partes de um artigo; Elaboração do artigo: Estrutura; Elaboração do artigo: Referências; Elaboração do artigo: Introdução; Elaboração do artigo: Metodologia; Métodos de análise (qualitativo e quantitativo); Elaboração do artigo: Resultados; Elaboração do artigo: Discussão; Elaboração do artigo: Conclusão; Técnicas de apresentação e defesa do trabalho.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
Kochi, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica. Teoria da Ciência e Iniciação à pesquisa. 23ªed. Petrópolis-RJ, Vozes, 2007. GUIMARAES, Isaac Sabbá. Metodologia do Ensino Jurídico. Aproximação do Método e a formação do conhecimento jurídico. 2. ed. Curitiba, PR: Editora Juruá, 2007. SANTOS, Antonio Raimundo dos Santos. Metodologia Científica. A construção do conhecimento 7ª Ed. São Paulo Lamparina. 2007. MARCONI, Marina de Andrade. Eva Maria Lacattos. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª Ed. São Paulo-SP, Atlas, 2006. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 2ª Ed, São Paulo-SP, Cortez, 2002			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002			

### DISCIPLINAS OPTATIVAS

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
CURSO:	DIREITO	PERÍODO:	10°
DISCIPLINA:	DIREITO BANCÁRIO	C/H:	60
<b>EMENTA</b>			
Evolução histórica. Direito Bancário. Fontes. Aspectos Jurídicos das operações bancárias. Financiamento bancário. Títulos de Crédito Bancários. Responsabilidade Civil e penal no Direito Bancário. A lei Uniforme de Genebra. O sigilo Bancário. A Lei de Usura. Bancos Estrangeiros. Banco Central.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Estudo do Direito Bancário a partir de sua perspectiva histórica, dotando o acadêmico dos conhecimentos necessários no trato com esta disciplina.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
O banco conceito, histórico, tipos. o banco no sistema jurídico: funções, técnicas, natureza jurídica. Disciplina legal da atividade bancária. Direito bancário: conceito, relação com outros ramos do direito. Fontes. Legislação geral e especial. Negócios jurídicos bancários: conceito, espécies. Aspectos jurídicos das operações bancárias. Contratos bancários: natureza jurídica. Depósito bancário. Conta corrente bancária. Abertura de crédito bancário. Desconto bancário. Financiamento bancário. Operações bancárias: conceito e elementos, limites, classificação. Obrigações bancárias passivas principais e acessórias. Operações bancárias ativas principais e acessórias. Negócios bancários de garantia. Títulos de crédito bancários. O cheque. Natureza jurídica. Características. A Lei Uniforme de Genebra. Obrigações hipotecárias. Responsabilidade civil e penal no Direito Bancário. O sigilo bancário. Responsabilidades. Limitações. O exame dos livros bancários. Limitações a atividade bancária. Juros. Taxas. Comissões. A Lei da Usura. Cláusula penal nos contratos bancários. Bancos estrangeiros (lei no. 4595). A auditoria e a fiscalização bancária. A Resolução nº. 220/72 do Banco Central. Banco Central. Caracterização. Natureza jurídica Legislação. Competência. Bancos de investimentos e bancos de desenvolvimento. Natureza. A Resolução nº 18 do banco central. Contrato de repasse em moeda estrangeira. Operações de "underwriting" e "openmarket". Operações para obtenção de capital de giro. A inflação nas atividades bancárias. Aspectos jurídicos. Novas perspectivas do direito bancário. Os bancos e o mercado de capitais (LEI 4728, DE 14.07.65). Resolução Bacen para relações de consumo bancário.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial – Direito de Empresa – São Paulo: Saraiva. 2011 CREPALDI, Sílvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. DIREITO EMPRESARIAL – Teoria e Prática. Curitiba: Juruá 2010 REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial – Vol. 2. – São Paulo: Saraiva. 2009			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
BORGES, João Eunápio. Títulos de crédito. Rio de Janeiro: Forense 2003 OLIVEIRA, Jorge Alcebíades Perrone. Títulos de crédito; doutrina e jurisprudência. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado 1996 ALBUQUERQUE, J. B. Torres. Títulos de Crédito: Teoria jurisprudência e legislação. Campinas. Bookseller. 2001; SANT'ANNA. Rubens. Títulos a crédito: doutrina e jurisprudência.			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	10°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>PROPRIEDADE INTELECTUAL, REGISTROS PÚBLICOS E DIREITO IMOBILIÁRIO</b>	<b>C/H:</b>	40
<b>EMENTA</b>			
A a propriedade intelectual; marcas; desenho industrial; direitos do autor; direitos conexos; cultivares; concorrência desleal; a legislação brasileira de patentes; normas e procedimentos para requerimento de patente industrial O direito imobiliário. Sistema registral. Serviços notariais e de registro: competência e natureza jurídica. Restrições edilícias do Estatuto da Cidade, do Tombante e da Vizinhança.			
<b>OBJETIVO</b>			
Abordagem dos fundamentos dos direitos relacionados a propriedade intelectual, registro público e direito imobiliário, sob o aspecto de sua aplicação e proteção jurídica.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
A a propriedade intelectual; marcas; desenho industrial; direitos do autor; direitos conexos; cultivares; concorrência desleal; a legislação brasileira de patentes; normas e procedimentos para requerimento de patente industrial O direito imobiliário. Sistema registral. Serviços notariais e de registro: competência e natureza jurídica. Restrições edilícias do Estatuto da Cidade, do Tombante e da Vizinhança.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
NADER. Paulo. Curso e Direito Civil. São Paulo. Atlas. DINIZ. Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito das Coisas. Saraiva. VENOSA. Sílvio de Salvio. Direito Civil. São Paulo. Saraiva.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Teoria do Direito Privado. Bookseller. NERY JUNIOR, Nelson et al. Código Civil Comentado. Saraiva. MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. Direito das Coisas. Saraiva.			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>10°</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>CRIMINALÍSTICA</b>	<b>C/H:</b>	<b>60</b>
<b>EMENTA</b>			
Criminalística. Conceito. Perícias. Locais de crime. Metodologia de redação de laudos periciais. Modelos de laudos periciais. Investigação Criminal. Conceito e histórico da polícia. Conceito de investigação criminal. Conceito de prova. Evolução histórica da prova criminal. Inquérito policial. Técnicas de investigação criminal.			
<b>OBJETIVOS</b>			
Introdução ao estudo da criminalística como disciplina autônoma, dotando o acadêmico dos conhecimentos necessários a respeito do comportamento criminoso. Das estatísticas, bem como do estudo comparado da criminalidade.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Evolução; Relação com outras disciplinas; História natural do delito; Conduta criminoso; Neurose e delito; Psicose e Criminalística. Conceito. Perícias. Locais de crime. Metodologia de redação de laudos periciais. Modelos de laudos periciais. Investigação Criminal. Conceito e histórico da polícia. Conceito de investigação criminal. Conceito de prova. Evolução histórica da prova criminal. Inquérito policial. Técnicas de investigação criminal.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
FERNANDES, Newton. Criminologia integrada. São Paulo; RT 2002 LYRA, Roberto. Criminologia, ed Atlas, São Paulo			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
SOARES, Orlando. Curso de Criminologia, Forense, Rio SANTOS, Juez Cirino. A Criminologia Radical, Rio: Forense			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>10°</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO</b>	<b>C/H:</b>	<b>40</b>
<b>EMENTA</b>			
Conflitos. Lide. Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos. Mudança de paradigma. Acordo. Psicologia da Persuasão. Habilidades na comunicação. Crise do Poder Judiciário. Negociação. Método Harvard. Conciliação. Mediação. Mediação Familiar. Arbitragem.			
<b>OBJETIVOS</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre o conflito e seus vários aspectos.</li> <li>• Informar sobre o panorama nacional e internacional dos meios alternativos de solução de conflitos e principais métodos existentes.</li> <li>• Informar sobre a normatização dos Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos.</li> <li>• Contribuir para o desenvolvimento de habilidades na área da Comunicação.</li> </ul> Conflitos. Lide. Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos. Mudança de paradigma. Acordo. Psicologia da Persuasão. Habilidades na comunicação. Crise do Poder Judiciário. Negociação. Método Harvard. Conciliação. Mediação. Mediação Familiar. Arbitragem.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Conflitos. Lide. Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos. Mudança de paradigma. Acordo. Psicologia da Persuasão. Habilidades na comunicação. Crise do Poder Judiciário. Negociação. Método Harvard. Conciliação. Mediação. Mediação Familiar. Arbitragem.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
CINTRA, Antônio Carlos Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, CAMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Lumen Juris. 2003			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
SOARES, Orlando. Curso de Criminologia, Forense, Rio SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. v. 1. São Paulo: Saraiva. 2007 ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. São Paulo: Revista dos Tribunais DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros NEGRÃO, Theotônio. Código de Processo Civil e Legislação processual em vigor.			

<b>FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA</b>			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	10°
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO ELEITORAL</b>	<b>C/H:</b>	40
<b>EMENTA</b>			
Direito Eleitoral. Direito eleitoral no Brasil. Quadro evolutivo do direito eleitoral. Partidos Políticos. Justiça eleitoral. Programa Eleitoral.			
<b>OBJETIVO</b>			
Estudo do Direito Eleitoral a partir de sua evolução histórica, seus fundamentos, tendo como dispositivo de análise a interpretação da legislação eleitoral diante das garantias fundamentais preconizadas na constituição Federal.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<p>1. Direito Eleitoral.</p> <p>1.1. Noções Introdutórias. 1.2. Conceitos Básicos: federação, soberania, voto. 1.3. Sistemas de Representação e de Governo</p> <p>2. Direito Eleitoral no Brasil</p> <p>2.1. Princípios Constitucionais 2.2. Sistemas Eleitorais</p> <p>3. Legislação Eleitoral no Brasil</p> <p>3.1. Quadro evolutivo da legislação eleitoral; 3.1.1 Constituição 1891, 1937, 1946, 1967 (1969), 1988; 3.2. Inelegibilidades. Constitucional e infra-constitucional (LC 64/90) ; 3.2. Condições de elegibilidade</p> <p>4. Legislação Específica</p> <p>4.1. Partidos Políticos ; 4.2. Lei n.º 9.504/97 – Eleições 4.3. Código Eleitoral; 4.4. Candidaturas: registro, impugnação, recursos; 4.5. Investigação Judicial Eleitoral 4.6. Recurso contra diplomação 4.7. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo</p> <p>5. Justiça Eleitoral</p> <p>5.1. Composição 5.2. Duplo grau de jurisdição 5.2.1 Competências originárias dos Tribunais Superiores 5.2.1.1 Poder Regulamentar do TSE: Instruções e Resoluções 5.2.1.2 Função consultiva do TSE 5.3. Natureza Jurídica da sentença eleitoral. Administrativa e Judicial.</p> <p>6. Propaganda Eleitoral. .</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
<p>LEÃO, José Anis. Direito Eleitoral. Ed. Atlas, São Paulo 1994</p> <p>CAGGIANO, Monica Herman Selem, Direito Parlamentar e Direito Eleitoral, ed Atlas, São Paulo 2004</p> <p>COSTA, Elcias Ferreira. Direito Eleitoral. Saraiva, São Paulo 1994</p> <p>MORAES, Alexandre de. Constituição Federal. Atlas. 2009</p>			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<p>CÂNDIDO, Joel Jose. Direito Eleitoral Brasileiro, Saraiva, São Paulo. 2010</p> <p>MENDES, Gilmar Et Al. Direito Constitucional. São Paulo. Saraiva. 2011</p> <p>BULGALHO, Gustavo Russignoli. Direito eleitoral.</p> <p>LULA. Carlos Eduardo de oliveira. Direito eleitoral. Comentários a Lei 9504/95 e 64/90. Vol. I.</p>			

## **ANO LETIVO**

O ano letivo abrange, no mínimo, duzentos dias, distribuídos em dois períodos letivos regulares e semestrais, cada um com, no mínimo, cem dias de atividades acadêmicas efetivas, não computados os dias reservados a exames, sendo obrigatória a presença de professores e alunos em todas as atividades acadêmicas programadas.

## **VAGAS, TURMAS E TURNOS**

O Curso de Direito da FAROL oferecerá 100 (cem) vagas por ano, em 02 (duas) turmas de 50 (cinquenta) acadêmicos, com turno de funcionamento noturno. Caso as turmas fiquem em tamanho reduzido, poderão ser anexadas e formarem turma única.

## **REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO DIPLOMA**

Para a obtenção do Diploma, faz-se necessário que o acadêmico tenha aproveitamento e frequência mínimos legalmente estabelecidos em cada disciplina. Deve, ainda, cumprir integralmente a carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares (200 horas) e aprovação na apresentação do Trabalho de Conclusão e Curso, e, observado o ciclo avaliativo do SINAES, realizar a prova do ENADE ou de outro exame que o substituir.

A avaliação dos acadêmicos será efetivada com base no aproveitamento mínimo de 70% e frequência mínima de 75% em cada disciplina, conforme legislação em vigor. Na avaliação do aproveitamento serão utilizados diversos instrumentos, como provas, trabalhos individuais ou em grupo, atividades de natureza jurídico-doutrinária e prática, além de ser considerada postura do acadêmico em sala de aula, no que diz respeito a sua participação e frequência às aulas, sempre de acordo com os planos de curso de cada disciplina.

Assim, estabelece-se como princípio uma avaliação contínua no decorrer da ministração da disciplina, ou seja, cumulativa, constante, e que reflete a permanente interação entre docentes e alunos.

## **DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

O Núcleo Docente estruturante do Curso de Direito da FAROL, instituído nos termos da Resolução 01/2012 CONAES, tem por mister desenvolver as seguintes atividades:

- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades curriculares do curso;
- Atuar diretamente no desenvolvimento da pesquisa acadêmica, revisando e determinando as linhas de pesquisas do Curso de Direito da FAROL;
- Procurar manter as diretrizes curriculares do Curso de Direito, assim como as atividades de pesquisa e extensão de acordo com as exigências que são impostas aos egressos pelo mercado de trabalho;
- Zelar pelo cumprimento e implementação das Diretrizes curriculares nacionais dos Cursos de Bacharelado em Direito;
- Buscar a constante atualização dos componentes educacionais do curso, discutindo e propondo alterações quando necessário;
- Discutir a estabelecer projetos que auxiliem as atividades acadêmicas, proporcionem o pleno desenvolvimento do acadêmico, bem como, atendam aos interesses da comunidade local;
- Implementar medidas de que tornem possíveis a formação de egressos com o perfil esperado pelo projeto pedagógico do curso e que atenda aos anseios do mercado de trabalho;
- Estimular e propor a implantação de medidas que alinhem a prática profissional a atividade acadêmica;
- Analisar as avaliações institucionais e externas e, sempre que necessário, propor medidas para a melhoria do curso;

## MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Os métodos de avaliação de conhecimentos adaptados à índole e aos critérios pedagógicos utilizados em cada disciplina, visam os seguintes objetivos:

a) Diagnosticar o nível de aquisição e organização dos conhecimentos, além do raciocínio lógico e crítico;

b) Apreciar o grau de desenvolvimento da capacidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos a novas situações, nomeadamente em função das exigências profissionais;

c) Aferir das disposições críticas face ao saber, à inovação e ao rigor metodológico.

A avaliação do discente será realizada da seguinte forma:

a) Dos acadêmicos do 1º ao 6º período:

Média = (1º Bimestre \* 0,4) + (2º Bimestre \* 0,4) + (Interdisciplinar \* 0,2) = ou 7.0

pontos

b) Dos acadêmicos do 7º ao 10º período

Média = (1º Bimestre) + (2º Bimestre)/2 = ou 7.0 pontos

A aprovação na disciplina depende da obtenção, pelo aluno, de uma classificação final igual ou superior a 07 (sete) valores, obtida em exame a realizar em data prevista no calendário escolar.

Ficam dispensados do exame previsto no número anterior, os alunos que, no decorrer do semestre, tenham obtido média de avaliação igual ou superior a 07 (sete) valores na disciplina.

Nos casos em que a avaliação de conhecimentos preveja um exame final este constará de uma prova escrita.

As provas e exames escritos a aplicar aos alunos da presente disciplina terão como modelo os cadernos de questões integrados no Exame Nacional de Desempenho (ENADE), podendo conter perguntas com abordagens semelhantes às aquelas contidas no Exame de

Suficiência dos Conselhos de Classe, bem como em exames promovidos por outros organismos de classe e ainda nos concursos federais e estaduais.

As provas e exames escritos a aplicar aos alunos conterão, obrigatoriamente, questões discursivas e questões objetivas.

A prova oral, caso adotada pelo professor, será realizada individualmente, por aluno, abordando questões de aplicabilidade dos conceitos apresentados, buscando uma interpretação lógica e crítica de sua aplicabilidade. Tais avaliações consistirão numa integração com os demais métodos avaliativos.

As provas e exames realizar-se-ão nas datas fixadas no Calendário Acadêmico.

## **AVALIAÇÃO DO CURSO**

As ciências sociais aplicadas, como é o caso do Direito, notabilizam-se por serem dinâmicas e principalmente, de se desenvolverem no curso do desenvolvimento da sociedade. A postura acadêmica deve voltar-se principalmente a sua função social, que é a de melhorar e a de buscar alternativas aos problemas encontrados pela sociedade atual, através do ensino, da pesquisa e da extensão, na constante busca em prol do desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade como um todo.

Por esta razão, a avaliação do curso de Direito da FAROL, incluso o desenvolvimento do presente projeto pedagógico, será permanente e se utilizará de vários instrumentos, em vistas a buscar o seu aprimoramento em busca dos objetivos por ele propostos.

Uma das ferramentas que serão utilizadas para servir de avaliação ao curso serão as avaliações periódicas realizadas pela CPA – Comissão Própria de Avaliação, sendo que, após a apresentação de seu relatório anual, será ele discutido através do colegiado de curso, onde serão levantadas medidas de correção e aperfeiçoamento, na busca da sua fiel qualidade e em cumprimento dos princípios fundamentais por ele estabelecidos.

Além disso, serão levantadas informações semestralmente a cada uma das turmas, mediante questões fechadas e abertas, buscando obter informações dos acadêmicos e dos

professores do curso, onde serão verificados os avanços, as fragilidades e os aspectos que necessitam de uma maior atenção e medidas de correção.

As medidas de melhoria serão implementadas de forma a permitir o adequado funcionamento do curso, bem como, a busca da real qualidade da formação profissional do discente, em tempo hábil.

Caso seja necessário, e os mecanismos de avaliação assim demonstrem, poderá ser redirecionados os objetivos, a identidade profissional do egresso, as formas de implementação, a organização curricular e as condições de funcionamento do curso, sempre na busca do alcance maior do curso no anseio de seus objetivos, cujas proposições serão coordenadas e aprovadas pelo colegiado do curso.

Os procedimentos relativos a avaliação interna do curso (professores, alunos, coordenação) serão orientados e conduzidos pela Coordenação de Curso, cujos resultados serão objeto de deliberação e proposições pelo colegiado de curso.

## **ATIVIDADES PRÁTICAS – PLANO DE ESTÁGIO**

### **NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA**

Com o intuito de aprimoramento das áreas pertinentes às carreiras jurídicas, como advocacia, magistratura, promotoria e outras, o Curso de Direito da FAROL implementará o Núcleo de Prática Jurídica e Estágio Curricular Supervisionado.

Tal Núcleo abrangerá as atividades práticas desenvolvidas:

a) junto à disciplina Prática Jurídica em sala, quando os acadêmicos irão elaborar peças processuais fundadas em casos hipotéticos;

b) Estágio Curricular desenvolvido no Centro de Assistência Jurídica (destinado a promover o atendimento da comunidade carente em nível concreto (impetração de ações judiciais) e preventivo (oferecimento de palestras, assessorias ou consultorias para órgãos comunitários);

c) estágio curricular efetuado na Defensoria Pública do Estado de Rondônia ou outros órgãos públicos conveniados com a Instituição, como Delegacias, Ministério do Trabalho, cartórios e outros;

d) estágio realizado em escritórios de advocacia devidamente credenciados na OAB/RO, a fim de que as atividades dos acadêmicos sejam computadas enquanto carga horária de Estágio.

e) estágio realizado no Fórum da cidade de Rolim de Moura e demais Fóruns sede da Justiça Estadual junto as Comarcas circunvizinha.

### **REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA – NPJ**

1) Os alunos na disciplina de estágio supervisionado terão uma carga horária de 80 horas no semestre, destas 40 horas deverão obrigatoriamente serem cumpridas junto ao NPJ e as outras 40 horas deverão ser cumpridas por meio de estágios não remunerados e audiências.

2) Das 40 horas realizadas junto ao NPJ:

2.1) O aluno deverá obrigatoriamente realizar no mínimo 2 atividades por mês junto ao NPJ, podendo realizar no máximo 4 atividades em cada mês.

2.2) Para a realização das atividades junto ao NPJ serão ao final de cada mês feitas escalas, referidas escalas serão feitas em sala de aula, podendo o aluno após este agendamento efetuar mudanças e/ou agendamentos pelo telefone.

2.3) O número máximo de aluno por sala dependerá do dia escolhida para a escala, conforme quadro abaixo:

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
MANHÃ	Máximo 5 alunos por sala	NÃO HAVERÁ ATIVIDADES			
TARDE	Máximo 5 alunos por sala	Máximo 8 alunos por sala	Máximo 8 alunos por sala	Máximo 5 alunos por sala	Máximo 5 alunos por sala

2.4) Os alunos que não estiverem agendados para um determinado dia, somente poderão realizar as atividades junto ao NPJ, se houverem vagas ou for constatado a falta de algum aluno previamente agendado.

3) Das 40 horas realizadas por meio de audiências e estágios:

3.1) Os alunos que forem cumprir as 40 horas fora do NPJ por meio de estágios deverão protocolar a ficha de avaliação, relatório de atividades e uma declaração do escritório informando que o estágio se deu de forma não remunerada.

3.2) As audiências serão comprovadas por meio da entrega de cópia da carteira de estagiário devidamente assinada pelo servidor público, ou ata de audiência com o nome do acadêmico, devendo em ambos os casos as audiências terem sido realizadas no presente semestre.

3.3) Além da ata de audiência ou da cópia da carteira de estagiário deverá o acadêmico entregar um relatório sucinto contendo informações sobre o processo e a audiência.

4) As petições, relatórios, audiências e declarações de estágio deverão ser entregues, junto ao NPJ, na segunda quarta-feira do mês, valendo para as atividades realizadas até o último dia útil do mês anterior. Caso o dia mencionado se trate de dia não útil, ficará prorrogado para os próximos dois dias úteis subsequentes.

4.1) As petições somente serão recebidas se estiverem anexadas à petição de protocolo, a qual deverá conter a indicação das petições e dos relatórios a serem entregues. As audiências não necessitam de petição de protocolo, pois, as mesmas vêm acompanhadas da carteira do estagiário.

4.2) As petições deverão ser entregues de forma impressa, somente com o nome de um acadêmico.

4.3) Na folha de protocolo deverá constar o número do processo que fora realizado o relatório e o número do caso, em ordem crescente. Devendo ainda os anexos estarem na ordem descrita na folha de protocolo.

4.4) Não será efetivado o protocolo das atividades se: a) a folha de protocolo não estiver com as informações acima descritas; b) os anexos não estiver em ordem, de acordo com o descrito na folha de protocolo; c) estiver faltando um dos anexos. Neste caso, deverá o aluno refazer a folha de protocolo ou colocar seus anexos em ordem.

5) Forma de avaliação – cada professor irá avaliar a petição que auxiliou o aluno na sua execução. Devendo analisar os seguintes elementos de acordo com o Regulamento do NPJ.

- endereçamento – de zero a 2,0 pontos

- qualificação das partes – de zero a 0,5 ponto

- ação correta – de zero a 0,5 ponto
- fundamentação ou do direito – de zero a 2,0 pontos
- pedidos - de zero a 2,0 pontos
- adequação língua portuguesa - de zero a 1,0 ponto
- aplicação linguagem jurídica - de zero a 1,0 ponto
- raciocínio jurídico - de zero a 1,0 ponto

5.1) Desta maneira, em todas as petições entregues será atribuído a nota de zero a 10 para o aluno.

5.2) Os alunos que não entregarem as petições, de forma digital em *pen drive* no mesmo dia em que realizar a atividade para correção e de forma impressa para arquivo (protocolo), não terão atribuição de notas.

5.3) As petições que forem entregues fora do prazo, sofrerão uma redução da nota em 1,0 ponto em cada petição.

6) O aluno que faltar no seu dia agendado, deverá protocolar junto ao NPJ a sua justificativa, por escrito, no prazo de 2 dias após a falta. Somente serão aceitas 4 faltas justificadas por semestre, o aluno que ultrapassar este número estará reprovado na disciplina de estágio supervisionado.

6.1) O aluno que tiver 3 faltas, sem justificativa, estará reprovado na disciplina de estágio supervisionado.

6.2) O aluno poderá informar a sua falta antes do dia agendado, podendo agendar novo dia, desde que haja vaga, sem prejuízo algum.

7) Os alunos deverão no final do dia em que realizaram a atividade no NPJ passar para a secretária as petições por meio de *pen drive* no estado em que estas se encontrarem, devendo estas conter o nome de cada aluno, seus respectivos e-mails, caso desenvolvido, data e professor orientador (de acordo com o modelo entregue).

7.1) Os professores realizarão a correção das peças encaminhadas e devolverão as mesmas devidamente corrigidas, por e-mail aos alunos.

8) Os alunos deverão frequentar o NPJ com vestimentas formais, não sendo permitido o ingresso de alunos trajando shorts, chinelo, saia curta, vestido curto, e demais vestimentas

não condizentes com a profissão forense. Estendendo-se a restrição, inclusive nas atividades realizadas aos sábados.

8.1) O aluno que não vier com a vestimenta adequada, poderá ser impedido de realizar as atividades do NPJ naquele dia.

9) É proibido a alteração de lugar dos bens contidos no NPJ, tais como: computadores, CPU, Mesas, e demais materiais, sendo a alteração de lugar destes permitida somente quando houver a autorização de um dos professores orientadores.

10) Fica proibida a permanência dos alunos junto a sala de recepção, mesmo que próximo do horário de saída, haja vista este local ser de uso da comunidade quando da vinda ao NPJ.

## **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: METODOLOGIA, SUPERVISÃO E REGULAMENTO.**

A Portaria 1.886 de 30/12/94, que fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico, faz diversas menções ao Estágio Supervisionado, acentuando a sua importância para a formação do Bacharel em Direito.

Dessa forma, entende-se que o Estágio Supervisionado não consiste apenas em levar o estudante a ter contato com a realidade e o campo profissional, mas também é um momento conseqüente das vivências/experiências propiciadas ao longo dos semestres e que direta e especificamente estão relacionadas com a realidade.

A normalização completa do Estágio Supervisionado foi estabelecida em regulamento próprio, explicitando a estrutura e o funcionamento do estágio (base legal, concepção, objetivos, áreas, campos de estágios, agentes envolvidos, abordagem metodológica, sistema de avaliação), previstos pelo currículo pleno do curso.

O Estágio Curricular Supervisionado apresenta os seguintes objetivos:

a) aprofundamento de conhecimentos técnicos e de instrumentos de manipulação do real;

b) análise crítica da experiência prática através de uma atitude profissional e de uma contribuição para o estudo e solução-proposta dos fatos ou fenômenos em todas as suas dimensões;

c) descoberta de respostas para os problemas mediante o emprego de instrumentos científicos;

d) momento de formação de sua consciência crítico-criativo como um espaço privilegiado para seu crescimento intelectual.

e) propiciar uma operacionalização de ensino prático dos diversos ramos do Direito e pela abordagem das diversas profissões jurídicas (Cartorários, Juízes, Advogados, Ministério Público), com atividades que superem as tradicionais assistencialistas, mas que conscientizem a população carente de seus direitos e obrigações na ordem jurídica.

Os estudantes, durante as disciplinas de **Prática Jurídica I, II, III, IV e V** desenvolverão seus estágios sob supervisão de professores competentes, devendo:

a) Desenvolver atividades simuladas;

b) verificar o estudo de autos findos em várias áreas do direito.

c) atuar em atendimentos de defesa do consumidor e do meio ambiente, bem como de negociações coletivas de trabalho.

d) visitar aos órgãos judiciários, visando o treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação.

e) estudar documentos que expressem as novidades determinadas pelo desenvolvimento das relações sociais e econômicas.

Ressalta-se que as atividades práticas contemplarão também o aspecto ético, com o fito de possibilitar aos acadêmicos um desenvolvimento profissional e deontológico.

Quanto ao funcionamento do Estágio em órgãos diversos, destaca-se que serão implementados convênios com variados órgãos jurídicos e profissionais.

## EMENTAS DO ESTÁGIO

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
<b>CURSO:</b>	DIREITO	<b>PERÍODO:</b>	7°
<b>DISCIPLINA:</b>	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – DIREITO CIVIL I	<b>C/H:</b>	80
EMENTA			
<p>Processo e Procedimento. Procedimento Sumário e Ordinário: Petição Inicial; Contestação; Impugnação ao Valor da Causa; Impugnação ao Pedido de AJG; Respostas do Réu: Contestação com Preliminares e Mérito, Exceções e Reconvenção; Réplica; Audiência de Instrução e Julgamento Simulada. Recursos. Elaboração de Procuração. Elaboração de Peças iniciais; Simulação de Audiências Elaboração de Recursos. Participação em Audiências Diversas.</p>			
OBJETIVOS			
<p>1) Realização de atividades teóricas e práticas, objetivando levar ao acadêmico conhecer e exercitar as funções dos diversos ramos jurídicos.</p> <p>2) Fomentar a formação humanística, técnico e prático-jurídica, além do juízo crítico e reflexivo sobre o fenômeno jurídico como forma de capacitar o bacharel de Direito na compreensão de tal fenômeno, no desenvolvimento da argumentação, da lógica, do raciocínio, na pesquisa e produção científica.</p> <p>3) Buscar entender a atuação do profissional de direito no mundo jurídico, refletindo sobre essa atuação e, principalmente, apontar as medidas cabíveis em cada um dos casos, de forma a preparar o futuro profissional para uma adequada atuação profissional após a sua formação acadêmica. Isso, sem desprezar os valores humanísticos, o raciocínio lógico e crítico e o compromisso social de cada um.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
<p>Processo e Procedimento. Procedimento Sumário e Ordinário: Petição Inicial; Contestação; Impugnação ao Valor da Causa; Impugnação ao Pedido de AJG; Respostas do Réu: Contestação com Preliminares e Mérito, Exceções e Reconvenção; Réplica; Audiência de Instrução e Julgamento Simulada. Recursos. Elaboração de Procuração. Elaboração de Peças iniciais; Simulação de Audiências Elaboração de Recursos. Participação em Audiências Diversas.</p>			
<b>PARTE PRÁTICA</b>			
<b>Atividades práticas em sala de aula ou sob a forma de trabalho individual ou grupal (também em sala de aula):</b>			
<p>Elaboração de procurações e substabelecimentos;            Elaboração de iniciais tomando-se como exemplo diferentes casos concretos;            Elaboração de contestação, impugnação;            Simulação de audiências de instrução e julgamento            Elaboração de recursos (agravo de instrumento e retido, embargos de declaração, apelação e embargos infringentes).</p>			
Atividades extra-classe:			
<p>Participação em audiências de casos não assistidos, mediante relatório:            Audiências em Vara Cível, de processo ordinário;            Audiências em Vara Cível, de processo sumário;            Audiências de conciliação, no Juizado Especial Cível;            Audiências de instrução, no Juizado Especial Cível.</p>			
<b>OBS:</b> O cômputo de horas de estágio, quanto as atividades extra-classe, deverá respeitar os quantitativos pré-informados aos Estagiários, e foram aprovados pelo Colegiado do Curso de Direito			

desta IES, e integram o Regimento do ESAG.

g) **Atendimento à comunidade:** tal atividade, caracterizada como Estágio Curricular, ocorrerá por intermédio do Escritório de Assistência Judiciária Gratuita (ESAG) e da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, ficando o acompanhamento, avaliação e supervisão do Estágio sob a responsabilidade da Coordenadoria do Núcleo de Prática Jurídica da Instituição.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, Ovídio A. Baptista da; GOMES, Fábio Luiz. **Teoria Geral Do Processo Civil**. 6ª ed. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2009.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. vol. 1, 51ª ed., Editora Forense, Rio de Janeiro: 2010.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. Vol. 2, 22ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2013.

PALAIA, Nelson. **Técnica de Contestação**. 8ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2010.

PALAIA, Nelson. **Técnica da Petição inicial**. 12ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2011.

NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 14ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2014.

NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade **Código Civil Comentado**. 10ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2013.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVIM, Arruda. **Manual de Direito Processual Civil**. Vol. 1, 12ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2008.

ALVIM, Arruda. **Manual de Direito Processual Civil**. Vol. 2, 12ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2008.

BARROSO, Darlan e LUTTIÉRE, Juliana Francisca. **Prática Jurídica Civil**. 3ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MELO, Nehemias Domingos de. **Manual de Prática Jurídica Civil – para Graduação e Exame da OAB**. 2ª ed., Editora Atlas, São Paulo: 2011.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **As Novas Reformas do CPC**. 2ª ed., Editora Forense, Rio de Janeiro, 2007.

NEGRÃO, Theotônio; GOUVEA, José Roberto F e BANDIOLI, Luiz Guilherme. **Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor**. 42ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. 17ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2014.

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>8°</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – DIREITO CIVIL II</b>	<b>C/H:</b>	<b>80</b>
<b>EMENTA</b>			
Alimentos. Separação (consensual e litigiosa). Divórcio (direto e conversão). Inventário. Despejo e revisional. Execução - Embargos de devedor e de terceiro. Medidas cautelares (preparatória e incidental, nominadas e inominadas). Procedimentos especiais (sugestões: consignação em pagamento, possessórias, usucapião). Procedimento sumaríssimo.			
<b>OBJETIVOS</b>			
1) Realização de atividades teóricas e práticas, objetivando levar ao acadêmico conhecer e exercitar as funções dos diversos ramos jurídicos. 2) Fomentar a formação humanística, técnico e prático-jurídica, além do juízo crítico e reflexivo sobre o fenômeno jurídico como forma de capacitar o bacharel de Direito na compreensão de tal fenômeno, no desenvolvimento da argumentação, da lógica, do raciocínio, na pesquisa e produção científica. 3) Buscar entender a atuação do profissional de direito no mundo jurídico, refletindo sobre essa atuação e, principalmente, apontar as medidas cabíveis em cada um dos casos, de forma a preparar o futuro profissional para uma adequada atuação profissional após a sua formação acadêmica. Isso, sem desprezar os valores humanísticos, o raciocínio lógico e crítico e o compromisso social de cada um.			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
Elaboração de petição inicial de alimentos (pedido e exoneração); Elaboração de iniciais de separação judicial (consensual e litigiosa, divórcio direto e conversão); Elaboração de iniciais de outra natureza (inventário, despejo, ação revisional de aluguel, execução-embargos de devedor e de terceiro); Elaboração de Medidas Cautelares (preparatória, incidental, nominada, inominada); Elaboração de petições –procedimentos especiais- consignação em pagamento, possessórias e usucapião.			
<b>PARTE PRÁTICA</b>			
<b>Atividades práticas em sala de aula ou sob a forma de trabalho individual ou grupal (também em sala de aula):</b>			
a) Elaboração de uma petição inicial de alimentos (pedido e exoneração); b) Elaboração de iniciais de separação judicial (consensual e litigiosa, divórcio direto e conversão); c) Elaboração de iniciais de outra natureza (inventário, despejo, ação revisional de aluguel, execução-embargos de devedor e de terceiro); d) Elaboração de Medidas Cautelares (preparatória, incidental, nominada, inominada); e) Elaboração de petições –procedimentos especiais- consignação em pagamento, possessórias e usucapião).			
<b>OBS:</b> somente serão aceitas para efeitos de Estágio até 3 (três) peças por mês, quando se tratar de peças mais consistentes ou duas mensais, no caso de peças processuais simples.			
<b>Atividades extra-classe:</b>			
<b>a) Participação em audiências de casos não assistidos, mediante relatório:</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• audiências em Vara Cível (Área de Família);</li> <li>• audiências em Vara Cível (Direito Imobiliário);</li> <li>• audiências relativas ao Processo de Execução;</li> </ul>			

- audiências relativas à procedimentos especiais, como acima especificado.

**OBS:** O cômputo de horas de estágio, quanto as atividades extra-classe, deverá respeitar os quantitativos pré-informados aos Estagiários, e foram aprovados pelo Colegiado do Curso de Direito desta IES, e integram o Regimento do ESAG.

b) **Atendimento à comunidade:** tal atividade, caracterizada como Estágio Curricular, ocorrerá por intermédio do Escritório de Assistência Judiciária Gratuita (ESAG) e da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, ficando o acompanhamento, avaliação e supervisão do Estágio sob a responsabilidade da Coordenadoria do Núcleo de Prática Jurídica da Instituição.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 2, 49ª ed., Editora Forense, Rio de Janeiro: 2014.
- THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 3, 44ª ed., Editora Forense, Rio de Janeiro: 2012.
- NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**. Vol. 5, 6ª ed., Editora Forense, Rio de Janeiro: 2013.
- NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito das Sucessões**. Vol. 6, 4ª ed., Editora Forense, Rio de Janeiro: 2010.
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca e SILVA, Márcio Henrique Mendes da. **Manual dos Procedimentos Especiais cíveis: da Legislação Extravagante**. 2ª ed., Editora Método, São Paulo: 2009.
- NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante**. 14ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2014.
- NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. **Código Civil Comentado**. 10ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2013.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Direito de Família**. Vol. 6, 10ª ed., Editora Atlas, São Paulo: 2010.
- VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Direito das Sucessões**. Vol. 7, 10ª ed., Editora Atlas, São Paulo: 2010.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues e TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**. Vol. 3, 11ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2011.
- BARROSO, Darlan e LETTIÉRE, Juliana Francisca. **Prática Jurídica Civil**. 3ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2011.
- MARINONI, Luiz Guilherme e ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de Processo Civil: Procedimentos Especiais**. 2ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2010.

FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA			
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>9°</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO III – DIREITO PENAL</b>	<b>C/H:</b>	<b>80</b>
EMENTA			
Elaboração de Petições e Peças Processuais Penais Concernentes a: Inquérito Policial; Ação Penal; Procedimentos Criminais. Sentença Criminal; Noções do Tribunal do Júri; Recursos Criminais; Habeas Corpus Revisão Criminal Mandado de Segurança.			
OBJETIVOS			
<p>1) Realização de atividades teóricas e práticas, objetivando levar ao acadêmico conhecer e exercitar as funções dos diversos ramos jurídicos.</p> <p>2) Fomentar a formação humanística, técnico e prático-jurídica, além do juízo crítico e reflexivo sobre o fenômeno jurídico como forma de capacitar o bacharel de Direito na compreensão de tal fenômeno, no desenvolvimento da argumentação, da lógica, do raciocínio, na pesquisa e produção científica.</p> <p>3) Buscar entender a atuação do profissional de direito no mundo jurídico, refletindo sobre essa atuação e, principalmente, apontar as medidas cabíveis em cada um dos casos, de forma a preparar o futuro profissional para uma adequada atuação profissional após a sua formação acadêmica. Isso, sem desprezar os valores humanísticos, o raciocínio lógico e crítico e o compromisso social de cada um.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
Elaboração de Petições e Peças Processuais Penais Concernentes a: Inquérito Policial; Ação Penal; Procedimentos Criminais. Sentença Criminal; Noções do Tribunal do Júri; Recursos Criminais; Habeas Corpus Revisão Criminal Mandado de Segurança.			
<b>PARTE PRÁTICA</b>			
<b>Atividades práticas em sala de aula ou sob a forma de trabalho individual ou grupal (também em sala de aula):</b>			
<p>a) Produção de peças processuais diversas (ações penais, recursos, pedido de revisão criminal, etc);</p> <p>b) Simulação de audiências e Júris;</p> <p>c) Pesquisas em matéria criminal (legislação, jurisprudência, doutrina jurídica e conhecimentos de ciências correlatas, como Psicologia, Sociologia, Criminologia, etc), a fim de fundamentar casos hipotéticos ou assistidos. Será computada no Estágio uma hora por pesquisa somente para casos assistidos, aceitando-se duas pesquisas por mês.</p>			
<p>1. Atividades extra-classe:</p> <p>Participação em audiências de casos não assistidos, mediante relatório:  Audiências de rito ordinário  Audiências de rito sumaríssimo  Audiências (oitiva de testemunhas)  Tribunal do Júri, computando para Estágio 5 (cinco) horas por Júri.  Visitas às Delegacias, Instituto Médico Legal, Presídios, etc, tudo mediante relatório e comprovação da atividade,</p>			
<b>OBS:</b> O cômputo de horas de estágio, quanto as atividades extra-classe, deverá respeitar os quantitativos pré-informados aos Estagiários, e foram aprovados pelo Colegiado do Curso de Direito desta IES, e integram o Regimento do ESAG.			

e) **Atendimento à comunidade:** tal atividade, caracterizada como Estágio Curricular, ocorrerá por intermédio do Escritório de Assistência Judiciária Gratuita (ESAG) e da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, ficando o acompanhamento, avaliação e supervisão do Estágio sob a responsabilidade da Coordenadoria do Núcleo de Prática Jurídica da Instituição.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de Processo Penal**. 6ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2011.  
 DELMANTO, Celso; DELMANTO, Roberto e DELMANTO, Fábio M. De Almeida. **Código Penal Comentado**. 8ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2010.  
 NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. 5ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2010.  
 MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de Processo Penal Interpretado**. 11ª ed., Editora Atlas, São Paulo: 2007.  
 CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 18ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2011.  
 GRINOVER, Auda Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães e FERNANDES, Antonio Scarance. **Recurso no Processo Penal**. 7ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2011.  
 NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 8ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2011.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. 33ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2011.  
 FRANCO, Alberto Silva et al. **Código de Processo Penal e sua interpretação Jurisprudencial: doutrina e jurisprudência**. Vol. 1, 2ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2004.  
 FRANCO, Alberto Silva et al. **Código de Processo Penal e sua interpretação Jurisprudencial: doutrina e jurisprudência**. Vol. 2, 2ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2004.  
 FRANCO, Alberto Silva et al. **Código de Processo Penal e sua interpretação Jurisprudencial: doutrina e jurisprudência**. Vol. 3, 2ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2004.  
 FRANCO, Alberto Silva et al. **Código de Processo Penal e sua interpretação Jurisprudencial: doutrina e jurisprudência**. Vol. 4, 2ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2004.  
 FRANCO, Alberto Silva et al. **Código de Processo Penal e sua interpretação Jurisprudencial: doutrina e jurisprudência**. Vol. 5, 2ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2004.  
 NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 9ª ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2009.

#### FAROL – FACULDADE DE ROLIM DE MOURA

<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>10º</b>
<b>DISCIPLINA:</b>	<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV – DIREITO TRABALHISTA</b>	<b>C/H:</b>	<b>80</b>

#### EMENTA

Elaboração de Petições e Peças Processuais Trabalhistas: participação em audiências de conciliação, instrução e julgamento.

#### OBJETIVOS

- 1) Realização de atividades teóricas e práticas, objetivando levar ao acadêmico conhecer e

exercitar as funções dos diversos ramos jurídicos.

2) Fomentar a formação humanística, técnico e prático-jurídica, além do juízo crítico e reflexivo sobre o fenômeno jurídico como forma de capacitar o bacharel de Direito na compreensão de tal fenômeno, no desenvolvimento da argumentação, da lógica, do raciocínio, na pesquisa e produção científica.

3) Buscar entender a atuação do profissional de direito no mundo jurídico, refletindo sobre essa atuação e, principalmente, apontar as medidas cabíveis em cada um dos casos, de forma a preparar o futuro profissional para uma adequada atuação profissional após a sua formação acadêmica. Isso, sem desprezar os valores humanísticos, o raciocínio lógico e crítico e o compromisso social de cada um.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Elaboração de petição inicial (abrangendo cálculos diversos). Elaboração de contestação; elaboração de uma impugnação; elaboração de recursos; simulação de audiência; pesquisa para fundamentação dos casos hipotéticos ou assistidos através da jurisprudência ou doutrina e mesmo de outras ciências que possam contribuir para a resolução do problema.

#### PARTE PRÁTICA

##### Atividades práticas no Núcleo de Práticas Jurídicas:

- b) elaboração de petição inicial (abrangendo cálculos diversos).
- c) Elaboração de contestação;
- d) elaboração de uma impugnação.
- e) elaboração de recursos;
- f) simulação de audiência;
- g) pesquisa para fundamentação dos casos hipotéticos ou assistidos através da jurisprudência ou doutrina e mesmo de outras ciências que possam contribuir para a resolução do problema.

##### Atividades extra-classe:

1. Participação em audiências de casos não assistidos, mediante relatório:

**OBS:** O cômputo de horas de estágio, quanto as atividades extra-classe, deverá respeitar os quantitativos pré-informados aos Estagiários, e foram aprovados pelo Colegiado do Curso de Direito desta IES, e integram o Regimento do ESAG.

**Atendimento à comunidade:** tal atividade, caracterizada como Estágio Curricular, ocorrerá por intermédio do Escritório de Assistência Judiciária Gratuita (ESAG) e da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, ficando o acompanhamento, avaliação e supervisão do Estágio sob a responsabilidade da Coordenadoria do Núcleo de Prática Jurídica da Instituição.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Curso de Direito Processual Trabalhista: Processo de Conhecimento 01**. Vol. 01; Editora LTR, São Paulo: 2009.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Curso de Direito Processual Trabalhista: Processo de Conhecimento 02**. Vol. 02; Editora LTR, São Paulo: 2009.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Curso de Direito Processual Trabalhista: Processo de Execução, Processo Cautelar e Procedimentos Especiais**. Vol. 03; Editora LTR, São Paulo: 2009.

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de Direito do Trabalho**. 8ª ed., editora LTR, São Paulo: 2012.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das leis do Trabalho: Legislação Complementar/Jurisprudência**. 36ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2011.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Amador Paes. **CLT Comentada**. 7ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2011.  
CARDOSO, Helio Apoliano. **Petições Trabalhistas e Jurisprudência: teoria, jurisprudência e prática**. 1ª ed., Editora Bookseller, São Paulo: 2001.  
NASCIMENTO, Amauri Mascaro e NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 29ª ed., Editora Saraiva, São Paulo: 2014.  
SALEM, Luciano Rossignolli. **Petições Trabalhistas Anotadas**. 9ª ed., Editora JH Mizuno, São Paulo: 2011.  
MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 26ª ed., Editora Atlas, São Paulo: 2010.  
MARTINS, Sergio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 35ª ed., Editora Atlas, São Paulo: 2014.

## DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Uma das ações pedagógicas da FAROL encontra-se centrada no ato de **aprender fazendo**, preocupação que existe desde a seleção de docentes, privilegiando a excelência profissional na área de atuação tanto quanto a titulação e experiência acadêmica.

Este **aprender fazendo** orienta a execução das disciplinas, incentivando o uso da prática não somente como fruto da teoria, mas também como sua gênese, proporcionando ao estudante a possibilidade de construir o conhecimento a partir da reflexão da experiência prática, somada à literatura e experiência dos docentes.

Esta é a filosofia que orienta a ação do Estágio Curricular Supervisionado, bem como do **Centro de Assistência Jurídica (CEAJUR)** da FAROL e de atividades como Júri e audiências simuladas, Grupos de Estudos Jurídicos, todas para ser executadas em espaço próprio, segundo projeto arquitetônico apresentado.

O **CEAJUR** da FAROL será um órgão que funcionará em prol da comunidade carente, oferecendo também palestras, assessorias ou consultorias jurídicas nos bairros menos favorecidos, por meio de centros comunitários ou outros locais de representatividade, além de atuação judicial nas áreas cível e penal, exceto Tribunal do Júri, sempre mediante a supervisão e orientação de docentes experientes e qualificados.

O **CEAJUR** da FAROL será um espaço onde os estudantes irão confrontar a realidade do mercado, atendendo a situações e exigências reais e, assim, adquirindo uma maturidade e experiência profissional que permitirão que ingresse no mercado com vantagens competitivas em relação aos profissionais sem a graduação, bem como aos egressos de cursos superiores de orientação tradicional.

Tal Centro terá o seu funcionamento explicitado em Regulamento próprio, aprovado por órgãos competentes da Instituição, como se comprova a seguir:

## **ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As Atividades Complementares têm por finalidade possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do acadêmico, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o mesmo alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos ao curso, não se confundindo com o Estágio Curricular Supervisionado.

Assim, se orientam a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, e se constituem em componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do formando.

Devido à relevância, contemplam 200 horas, as quais devem ser integralizadas até o final do Curso de Direito.

As Atividades Complementares serão desenvolvidas por meio de:

- a) disciplinas extracurriculares;
- b) disciplinas de outros cursos de graduação (cursado na sua totalidade pelo acadêmico), na própria FAROL ou em outras Instituições de Ensino Superior;
- c) projetos e programas de pesquisa orientados por docentes da FAROL e aprovados pela Coordenação de Pesquisa;
- d) eventos diversos na área jurídica (seminários, simpósios, congressos, conferências, etc.);
- e) eventos diversos em área não jurídica, mas afins (seminários, simpósios, congressos, convenções, conferências, etc.);
- f) outras atividades complementares, compreendendo: assistir comprovadamente apresentação de trabalhos de conclusão de curso de graduação em direito, defesa de dissertação

e tese; atividades de extensão universitária.

### TABELA DE HORAS COMPLEMENTARES

*(as atividades válidas serão aquelas da qual o acadêmico participou a partir do ingresso no Curso de Direito)*

<b>Descrição da Atividade</b>	<b>Documentos Comprobatórios</b>	<b>Limite máximo p/ horas RAC</b>
Cursos livres, preparatórios e outros eventos na área jurídica ou afins promovidos pela <b>FAROL</b> (seminários, simpósios, conferências, encontros, palestras, jornadas, workshops, etc.) <b>* De acordo com a carga horária do certificado apresentado</b>	RAC+Certificado	<b>200H</b>
Cursos livres, preparatórios e outros eventos na área jurídica ou afins promovidos por outras entidades (seminários, simpósios, conferências, encontros, palestras, jornadas, workshops, etc.) <b>* De acordo com a carga horária do certificado apresentado</b>	RAC + certificado	<b>100 h</b>
Participação em Congresso Nacional/Internacional <b>* De acordo com a carga horária do certificado apresentado</b>	certificado	<b>40 h</b>
Disciplinas afins com o Direito (disciplinas extracurriculares ou eletivas cursadas em quaisquer outros cursos de graduação) desde que não aproveitadas na graduação	Histórico escolar	<b>60h</b>
Iniciação Científica, sob orientação de docente da <b>FAROL</b> em uma das linhas de pesquisa. <b>* Cada produção valerá 20 horas</b>	Declaração do docente orientador	<b>50h</b>
Trabalhos científicos (Projetos de Pesquisa, Resenhas, etc) publicados em periódicos jurídicos indexados sob orientação de docente da <b>FAROL</b> . <b>* cada trabalho valerá 10 horas</b>	Cópia dos dados de Catalogação + Cópia do índice	<b>50h</b>
Artigos de interesse na área jurídica publicados em periódicos indexados e sob orientação de docente da <b>FAROL</b> <b>*cada artigo valerá 10horas.</b>	Cópia dos dados de Catalogação + Cópia do índice ou Cópia autenticada da publicação	<b>50h</b>
Artigos publicados em Revistas Científica	Cópia dos dados de Catalogação + Cópia do índice ou Cópia autenticada da publicação	<b>20</b>
Trabalho voluntário em projetos de	Certificado	

extensão da <b>FAROL</b> <b>* cada trabalho valerá 05 horas</b>		<b>30h</b>
Monitoria <b>* cada período valerá 20 horas</b>	Declaração e relatório do docente	<b>20h</b>
Participação em grupos de estudos ou pesquisa sob a supervisão e orientação de docente da <b>FAROL</b> <b>*cada participação valerá 03 horas</b>	Declaração e relatório do docente	<b>30h</b>
Visita Técnica sob orientação de professor da <b>FAROL</b> para conhecimento de órgão jurídico. <b>* cada visita valerá 03 horas</b>	Relatório	<b>10h</b>
Apresentação de trabalhos (comunicador, painelistas, expositor, etc), referentes às áreas do Direito ou ciências afins, desde que autorizados pela Coordenação de Atividades Complementares do curso. <b>*cada apresentação valerá 03 horas</b>	Certificado	<b>20h</b>
Realização de Estágios Extracurriculares.	Declaração ou relatório Do órgão responsável	<b>20</b>
Participação de Cursos à distância. Nestes casos, são validadas a carga horária relativa a 10% da carga horária prevista para o curso.	Certificado	<b>15</b>
Palestras proferidas não vinculadas a projetos de extensão.	Certificado	<b>10</b>
Atividades de Tutoria	Certificado	<b>10</b>
Realização de Cursos Técnicos em áreas afins.	Certificado	<b>10</b>
Realização de Cursos livres.	Certificado	<b>05</b>
Participação em atividades de cunho cultural/científico.	Certificado ou declaração	<b>05</b>
Premiação em concursos.	Certificado	<b>05</b>
Participação Farol Social.	Certificado	<b>20</b>
Participação em Órgãos Colegiados.	Documento comprobatório	<b>05</b>
Participação em Projetos de Extensão Comunitária.	Certificado	<b>10</b>
Assistir comprovadamente Apresentação de trabalhos de conclusão de curso de graduação em Direito, defesa de dissertações e teses. <b>*cada participação valerá 01 hora</b>	Relatório do discente	<b>10</b>
Participação em Apresentação de	Declaração	<b>10</b>

Trabalhos do Interdisciplinar		
Participação em júri, audiências na vara cível ou criminal mediante relatório circunstanciado do ato assistido (em formulário próprio), valendo cada júri 5 (cinco) horas, e demais audiências de instrução e julgamento 02 (duas) horas, sendo que não serão aceitas audiências de conciliação.	Cópia da ata da audiência	<b>30</b>
Outras Atividades aprovadas pela Coordenação das Atividades Complementares do curso.	Relatório e documentos comprobatórios	<b>10h</b>

### **DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: ARTIGO CIENTÍFICO.**

O Artigo Científico obrigatório para a conclusão do curso, consiste em pesquisa individual que orienta e visa propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar as habilidades adquiridas no curso como forma de estímulo à produção científica, devendo, de acordo com a Matriz Curricular, serem desenvolvida nos 8º, 9º e 10º períodos, totalizando 200 horas.

A elaboração do Artigo Científico deverá estar diretamente relacionada às práticas desenvolvidas no decorrer dos períodos. As atividades para a confecção da monografia poderão relacionar-se aos campos de estágio a partir de recortes sistemáticos da atuação e deve estar relacionado à delimitação do perfil profissional traçado.

A monografia deverá estar em consonância com o Manual de Normas Técnicas da ABNT, os manuais estabelecidos pela FAROL e Regulamento próprio, como demonstrado a seguir:

### **PESQUISA, EXTENSÃO E PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

#### **Da Pesquisa**

A Linha de Pesquisa tem em perspectiva um *problema de conhecimento*, ou uma *questão* de caráter científico e tecnológico que demanda e justifica esforços sistemáticos de investigação. A *unidade* de que se deve revestir a *questão* em apreço, a fim de ser tratada como tal, repousa, por seu turno, numa confluência intersubjetiva de entendimentos, num movimento de

aproximação entre as óticas das quais partem os membros de uma determinada comunidade acadêmica e que conduzem a sua formulação e valoração.

Relativamente às Áreas de Conhecimento e Aplicação, pode-se acrescentar que a Linha de Pesquisa delimita temáticas em que aquela(s) encontra(m) maior condensação e expressão, além de relevância social e adequação aos recursos institucionais.

A Linha de Pesquisa aponta temáticas privilegiadas e oportunas para que o horizonte maior de investigação, dado pela área, traduza-se em objetos concretos de pesquisa.

A pertinência da Linha de Pesquisa subordina-se à *relevância* do conhecimento científico e tecnológico almejado, assim como à sua integração com o Ensino e a Extensão. O conceito encerra as duas dimensões do conhecimento: a dimensão *científica*, relativa ao estudo da natureza e da realidade social e humana, em busca de seus princípios explicativos; e a dimensão *tecnológica*, relativa ao desenvolvimento de respostas e instrumentos, intelectuais e materiais, voltados ao atendimento de necessidades relevantes, pelas diversas áreas do saber. A presença maior de uma ou de outra caracteriza a natureza da Linha de Pesquisa - como pesquisa primordialmente fundamental ou aplicada - e, por conseguinte, o tipo principal de resultados a que visa.

A *oportunidade* da Linha de Pesquisa decorre do aproveitamento das condições efetivas da Instituição, no que tange aos recursos humanos, físicos e financeiros para a investigação científica. Ao evocar as condições efetivas da Instituição, considera simultaneamente a história desta e suas potencialidades futuras. De um lado, observa a tradição investigativa que fundamenta tais pesquisas, dada a consolidação geral do respectivo campo de conhecimento e o grau de maturidade alcançado pela Instituição; de outro, tem em vista a inserção desta no cenário científico e tecnológico futuro, conforme sua visão prospectiva e os investimentos que tenciona realizar.

A Linha de Pesquisa exerce um efeito propulsor sobre os projetos de investigação, no duplo sentido de induzi-los numa certa direção e de assegurar sua constante renovação.

Para cumprir esse papel, a Linha de Pesquisa supõe um grupo de pesquisadores aglutinados, cuja unidade temática, ao facultar uma ação multidirigida e comportar abordagens múltiplas, faz confluír as iniciativas individuais, sem descaracterizá-las.

Por suas características, a Linha de Pesquisa demanda procedimentos de difusão e acompanhamento apropriados, que transcendam aqueles aplicados aos projetos. Seu poder agregador depende de sua visibilidade e legitimidade entre os pesquisadores da Instituição. Sua correta avaliação e sua reformulação necessitam, em particular, de mecanismos que preservem a memória institucional e permitam aquilatar os resultados alcançados, a médio e em longo prazo, diante dos objetivos previstos.

Os acadêmicos do curso serão estimulados a participar de projetos de pesquisa dirigidos pelos professores pesquisadores ou ainda a integrar os Grupos de Estudos dirigidos pelos professores pesquisadores ou orientadores de Monografia Jurídica, de modo a lhes permitir um aprofundamento dos problemas científicos previamente delimitados através das Linhas de Pesquisa instituídas no curso.

Assim, com o intuito de promover a pesquisa, instituída desde o primeiro período, o curso de Direito apresenta a implementação e funcionamento das seguintes linhas de pesquisa e grupos de estudo, divididos segundo a área de interesse:

#### **A) EIXO DE PESQUISA EM DIREITO PÚBLICO:**

##### **Linha de Pesquisa em Interações Sociais: questões culturais e ordenamento jurídico-penal**

Se formos pensar no ensino do Direito em termos de Brasil, percebe-se uma grande necessidade de mudança em relação à prática pedagógica junto aos acadêmicos, muitas vezes ainda pautada na leitura de legislações ou mesmo na valorização de uma postura conservadora, positivista e limitada, impedindo a elaboração de raciocínios e reflexões fundamentais para a compreensão do Direito enquanto ciência dinâmica e passível de ser construída e reconstruída constantemente.

Desta feita, para que o docente seja inovador e responsável no sentido de contribuir para uma transformação necessária, não basta trabalhar em torno do ato de “ensinar”, até porque o professor nada mais representa do que um mediador e incentivador da construção do saber jurídico, muitas vezes aprendendo por meio da própria prática, mas primar pela extensão e também pela pesquisa, a qual deveria estar presente não apenas na academia, mas na formação educativa como um todo, inserida desde a infância do indivíduo, pois somente através do ato investigativo será possível construirmos novos posicionamentos, sem reproduzir situações existentes ou copiar idéias.

Os estudos estarão voltados para a área do Direito Penal, possibilitando uma iniciação científica que abranja publicações de artigos e resumos, palestras seminários e, finalmente, produção científica de monografia jurídica.

### **Linha de Pesquisa em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos**

A pesquisa sobre o tema *Sistema Constitucional de Garantia de Direitos* irá possibilitar ao aluno o aprofundamento sobre temas de Direito Constitucional da mais alta relevância para a vida acadêmica e profissional.

A linha de pesquisa se desdobrará em duas subáreas: *Instrumentos Constitucionais de Efetivação dos Direitos Fundamentais*, que abrange todos os direitos assegurados e instrumentos jurídicos que permitem a proteção e concretização dos Direitos Fundamentais, e *As Garantias de Acesso à Justiça*, abrangendo as diversas formas de se buscar a manifestação e a solução de controvérsias pelo Poder Judiciário, bem como os outros modos de produção da Justiça no Estado Democrático de Direito. Fundar-se-á na interpretação harmônica e sistemática do Direito de forma a permitir ao acadêmico a compreensão ampla e diversificada das disciplinas estudadas no decorrer do Curso de Graduação.

### **Linha de Pesquisa em Direito indígena**

Tendo em vista que o Estado de Rondônia tem várias tribos indígenas e que tem um significativo percentual de habitantes indígenas na comunidade, justifica-se a linha de pesquisa sobre os silvícolas, uma vez que se pretende mostrar o encontro do mundo dos indígenas, seus direitos, o dever de respeitar sua cultura, o direito originário de suas terras, o reconhecimento deles como cidadãos, porém, como uma sociedade organizada a partir de valores diferentes, a relação do indígena com os diversos ramos do direito, as leis especiais voltadas a esse povo, a FUNAI como seu órgão representativo e também sua lei de “proteção”.

Justifica-se, ainda, a linha focada em direito indígena, uma vez que está evidente o quanto são rechaçados os direitos e garantias das comunidades indígenas, buscando alertar para a necessidade da defesa do direito dos índios e da preservação de seus hábitos e sua cultura.

### **Linha de Pesquisa em Globalização e a flexibilização no mundo do trabalho**

A transferência incessante do capital dos países para as grandes corporações e a formação de blocos econômicos e áreas de livre comércio dentro do processo denominado de *Globalização* representam forte pressão para mudanças nas relações trabalhistas em tudo aquilo que possa reduzir a flexibilidade e a obtenção de lucro nos processos de transformação econômica.

O Direito do Trabalho já passou por algumas transformações nesse sentido, como a criação de contratos de trabalho por prazo determinado, por exemplo, mas que não são considerados suficientes para os fins almejados pelos detentores do capital.

Assim, frente às discussões que ocupam o Congresso Nacional, os sindicatos, o Governo e as classes trabalhadora e empresarial, deve o acadêmico de Direito saber transitar frente à linha com subsídios científicos e éticos para a sua melhor formação intelectual e profissional.

## **B) EIXO DE PESQUISA EM DIREITO PRIVADO:**

### **Linha de Pesquisa em Direito de família – Vicissitudes e Aspectos Psicossociais**

A família brasileira e, por conseqüência, o Direito de Família no seu encaixo, vem sofrendo profundas mudanças na sua estrutura interna e social. É preciso considerar, como sempre, que as atualizações legislativas do direito familiar surgem somente quando já consolidadas suas alterações no seu mundo fático, para bem adiante e no seu rastro, sucederem as modificações legais.

Seria caótico ao destinatário do Direito de Família, que carrega tensões emocionais e problemas de ordem material, se acaso só pudesse vislumbrar proteção e segurança jurídica de suas ansiedades e necessidades quando já modificados os regramentos legais, uma vez supridas as lacunas verificadas neste espaço de transição.

Haveria, nessa espera, um imenso hiato entre a realidade e o direito a realizar, que o Judiciário não costuma e tem o dever de não esperar, diante do caso concreto, já que o julgador está aparelhado pela liberdade decisória do seu bom senso, do recurso aos usos e costumes, aos princípios da analogia, da doutrina e jurisprudência, para, assim, atingir o bem comum e realizar o melhor direito e atingir o fim social.

O Direito não regula sentimentos, mas pode e deve regular as conseqüências que advêm das relações sentimentais entre pessoas; no direito familiar discutem-se sempre os sentimentos, portanto, gerando efeitos psicossociais.

Isto posto, devemos buscar uma nova perspectiva além a legal, pois o direito familiar será melhor com um planejamento psicológico e social.

### **C) EIXO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS APLICADAS AO DIREITO (PSICOLOGIA, SOCIOLOGIA, FILOSOFIA E LÍNGUA PORTUGUESA)**

#### **Linha de Pesquisa em relação dialético-positivista nas ciências jurídicas**

A relação epistemológica entre as diversas e diferentes origens de conhecimentos construídos a partir de diversas e diferentes origens sócio-culturais, econômicas e

políticas do homem, remete a discussões de temas sobre a construção daquilo que pode ser compreendido como justo ou injusto.

Nesse sentido, a discussão do Direito como instrumento que garanta a execução da idéia daquilo que na sociedade é constituído como justiça justifica a iniciativa de caminhar pelas metodologias dialético-positivistas para conhecer os vieses que incidem por caminhos diversos tanto na teoria como no exercício do Direito, contribuindo tanto para a ciência como para a aprendizagem acadêmica.

### LINHA DE PESQUISA DO CURSO DE DIREITO

Linha de Pesquisa	Sub-Linhas	Disciplinas de abrangência
<b>1 Estado, Direito e Justiça</b>	1.1 Direito Administrativo e urbanístico; 1.2 Teoria do Direito do Estado e da cidadania; 1.3 Ministério público e administração da justiça; 1.4 Direito Difuso 1.5 Direitos e deveres dos portadores de necessidades especiais; 1.6 Política da ordem econômica e tributária 1.7 Inovações e reformas processuais; 1.8 Tribunal do Júri e Sistema Penal 1.9 Sistema Prisional 1.10 Aspectos Jurídicos Penais	Teoria Geral do Processo, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Econômico, Direito Financeiro, Direito Internacional Público, Direito Previdenciário, Direito Penal, Teoria Geral do Estado, Criminologia, Direito eleitoral.
<b>2 Democracia e Cidadania</b>	2.1 Direitos Humanos 2.2 Poder e cidadania no Estado Democrático de Direito; 2.3 Direitos fundamentais e dignidade da pessoa Humana; 2.4 Controle de constitucionalidade; 2.5 O pensamento constitucional contemporâneo; 2.6 O Estado e dimensão internacional.	História do Direito, Filosofia, Hermenêutica, Sociologia Jurídica, Psicologia Jurídica, Ciências Sociais, Economia política, Direito Constitucional, Direitos Humanos
<b>3 Direito Privado contemporâneo e novos direitos</b>	3.1 Família e Direitos sucessórios; 3.2 Contratos e relações patrimoniais 3.3 Direitos Sociais 3.4 Relação de emprego, proteção e flexibilidade do trabalho 3.5 Benefícios Previdenciários e garantia de aposentadoria 3.6 Inovações e reforma; 3.7 Dano moral e saúde do trabalhador; 3.8 Relações empresariais	Direito Civil, Direito do Trabalho, Direito Empresarial, Direito Internacional Privado, Direito Eletrônico, Direito do Consumidor, Direito Previdenciário.
<b>4 Direito ambiental material e a sustentabilidade</b>	4.1 Biodireito e Bioética; 4.2 Política e reforma agrária 4.3 Crime ambiental 4.4 Relações jurídicas ambientais;	Direito Agrário, Direito Ambiental;

### GRUPOS DE PESQUISA

Em relação aos grupos de pesquisa, o Curso de Direito mantém o *Núcleo de Pesquisa em Ciências Jurídicas*, que tem como meta promover a integração dos grupos de pesquisa

implementados no curso, subsidiando a práxis do futuro operador do Direito enquanto pesquisador, fomentando a pesquisa acerca de questões relevantes na formação do cidadão crítico-reflexivo e viabilizando a interdisciplinaridade através do ordenamento jurídico.

Através de grupos de pesquisa, torna-se possível:

- publicar a produção construída dentro da Instituição e em seu exterior, propondo convênios com outras instituições ou grupos de pesquisa em âmbito estadual e nacional;
- viabilizar parcerias que aloquem a pesquisa em consonância com os ideais sociais e humanitários que fundamentam o trabalho acadêmico;
- permear os projetos de pesquisa com as demandas da comunidade ou de questões que necessitem reflexão e transformação, quer em nível municipal, estadual ou nacional.

Os grupos de pesquisa garantem a relação entre os aportes teóricos e a cotidianidade, o que é fundamental na formação do operador do Direito, promovendo uma nova mentalidade sobre a pesquisa, pautada na criticidade, cientificidade e elaboração de um ideário voltado para a construção de uma sociedade dinâmica e comprometida com a emancipação e politicidade.

## **GRUPOS DE ESTUDO**

Justifica-se a implementação de grupos de estudo como possibilidade de ampliação e construção de conhecimento e como instrumento para conscientizar os futuros operadores do Direito quanto à importância decisiva do estudo, da leitura, da discussão e da reflexão na vida de formadores de opinião, proporcionando condições para que o participante também desenvolva uma gama de conhecimentos teóricos (sempre relacionados ao aspecto prático) suficientes para diferenciá-lo dos demais.

Ademais, devidamente orientado por um docente, o grupo de estudo possibilita ao acadêmico o desenvolvimento de técnicas eficazes de estudo bem como discussões reflexivas e

aperfeiçoamento no que se relaciona à pesquisa científica, tendo em vista que muitos temas podem ser trabalhados a partir do grupo de estudo.

Com esses grupos, pretende-se promover a realização de estudos na área jurídica bem como de conteúdos que tenham importância determinante no mundo do Direito, como por exemplo vocabulário jurídico, estimulando e possibilitando a construção do saber de forma crítica e reflexiva.

Através do grupo de estudo, pretende-se que o acadêmico:

- aprenda a ler de forma interativa e prazerosa, destacando e discutindo as principais idéias do material lido;
- saiba organizar seu tempo em função do estudo a ser realizado, começando desde o primeiro período do curso de Direito;
- desenvolva a potencialidade de discutir idéias, explicá-las ao outro e sintetizá-las através do registro;
- questione, sane dúvidas e troque informações e conhecimentos entre si;
- promova o aprofundamento de conhecimentos teóricos e os relacione ao cotidiano do futuro profissional.

A periodicidade das reuniões bem como os registros das mesmas figurará como delimitação da própria dinâmica dos grupos, assim como a proposição da divulgação e apresentação da produção dos grupos será estabelecida por critérios internos aos mesmos.

Vale destacar que a participação nos diferentes grupos de estudos caracteriza atividade complementar de ensino e, na medida em que o acadêmico tiver cumprido as horas exigidas, as excedentes serão acrescidas ao histórico como participação voluntária em grupos de pesquisa através de declarações semestrais emitidas pela Instituição.

## **PROJETO DE ATENDIMENTO EXTRACLASSE**

O ensino é um processo que se caracteriza pelo desenvolvimento e transformação progressiva das capacidades intelectuais dos alunos, em direção ao domínio dos conhecimentos e habilidades, e sua aplicação. Por isso, obedece a uma direção, orientando-se para objetivos definidos. O desenvolvimento desse processo tem um caráter intencional e sistemático, em virtude do qual as tarefas docentes de planejamento, de execução das atividades didáticas e de avaliação do rendimento escolar.

A FAROL dará prioridade ao ensino de graduação. Por isso irá desenvolver uma rotina de reflexão coletiva sobre eventuais dificuldades que possam surgir na prática pedagógica, com o objetivo de buscar um patamar cada vez mais elevado na qualidade dos serviços que serão prestados, tendo como proposta um atendimento extraclasse que venha proporcionar tanto ao aluno quanto ao docente um amadurecimento de seus conhecimentos acadêmicos, visto que dentro do currículo de cada disciplina prevê uma carga horária disponível a este atendimento.